



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

Conselho Superior

Avenida Vicente Simões, 1111 – Bairro Nova Pouso Alegre – 37550-000 - Pouso Alegre/MG

Fone: (35) 3449-6150/E-mail: reitoria@ifsuldeminas.edu.br

RESOLUÇÃO Nº 007/2017, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia – Modalidade Educação a Distância.

O Reitor e Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Professor Marcelo Bregagnoli, nomeado pelos Decretos de 12 de agosto de 2014, DOU nº 154/2014 – seção 2, página 2 e em conformidade com a Lei 11.892/2008, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a deliberação do Conselho Superior em reunião realizada na data de 27 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º – **Aprovar** o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia – Modalidade Educação a Distância (Anexo), revogando a Resolução 075/2016.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Alegre, 27 de março de 2017.

Marcelo Bregagnoli
Presidente do Conselho Superior
IFSULDEMINAS



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO SUL DE MINAS GERAIS**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

**Muzambinho – MG
2017**

GOVERNO FEDERAL
Ministério da Educação

PRESIDENTE DA REPÚBLICA (interino)
Michel Temer

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
José Mendonça Bezerra Filho

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Eline Neves Braga Nascimento

REITOR DO IFSULDEMINAS
Marcelo Bregagnoli

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
Honório José de Moraes Neto

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Flávio Henrique Calheiros Casimiro

PRÓ-REITOR DE ENSINO
Carlos Alberto Machado Carvalho

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO
Cléber Ávila Barbosa

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
José Luiz de Andrade Rezende Pereira

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS

Conselho Superior

Presidente

Marcelo Bregagnoli

Representantes dos diretores gerais dos campi

Carlos Henrique Rodrigues Reinato, João Paulo de Toledo Gomes, João Olympio de Araújo Neto, Luiz Carlos Machado Rodrigues, Marcelo Carvalho Bottazzini, Miguel Angel Isaac Toledo del Pino, Thiago Caproni Tavares

Representante do Ministério da Educação

Edson Silva da Fonseca

Representantes do Corpo Docente

Carlos Cezar da Silva, Eugênio José Gonçalves, Fábio Caputo Dalpra, Fátima Saionara Leandro Brito, Jane Piton Serra Sanches, Luciano Pereira Carvalho, Rodrigo Cardoso Soares de Araújo

Representantes do corpo técnico-administrativo

Ana Marcelina de Oliveira, Eliane Silva Ribeiro, Márcio Feliciano do Prado, Otávio Soares Papparidis, Rogério Willian Fernandes Barroso, Sílvio Boccia Pinto de Oliveira Sá, Sissi Karoline Bueno da Silva

Representantes do Corpo Discente

Alysson Bonjorne de Moraes Freitas, Cristiano Sakai Mendes, Guilherme Vilhena Vilasboas, Jhuan Carlos Fernandes de Oliveira, Luciano de Souza Prado, Paulo Antonio Batista, Raphael de Paiva Gonçalves

Representantes Egressos

Andressa Rodrigues Silva, Éder Luiz Araújo Silva, Jorge Vanderlei Silva, Keniara Aparecida Vilas Boas, Vinícius Puerta Ramos

Representantes das Entidades Patronais

Jorge Florêncio Ribeiro Neto e Rodrigo Moura

Representantes das Entidades dos Trabalhadores

Célio Antônio Leite e Elizabete Missasse de Rezende

Representantes do Setor Público ou Estatais

José Carlos Costa, Rubens Ribeiro Guimarães Júnior

Membros natos

Rômulo Eduardo Bernardes da Silva, Sérgio Pedini

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL
DE MINAS GERAIS**

DIRETORES GERAIS DOS *campi*

Campus Inconfidentes

Miguel Angel Isaac Toledo Del Pino

Campus Machado

Carlos Henrique Rodrigues Reinato

Campus Muzambinho

Luiz Carlos Machado Rodrigues

Campus Passos

João Paulo de Toledo Gomes

Campus Poços de Caldas

Thiago Caproni Tavares

Campus Pouso Alegre

Marcelo Carvalho Bottazzini

Campus Avançado de Carmo de Minas

João Olympio de Araújo Neto

Campus Avançado de Três Corações

Francisco Vitor de Paula

COORDENADORA DO CURSO

Valdirene Pereira Costa

EQUIPE ORGANIZADORA DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

DOCENTES - NDE

Campus Muzambinho

Maria Lúcia Queiroz Guimarães Hernandez
Valdirene Pereira Costa

Campus Inconfidentes

Everaldo Rodrigues Ferreira
Ivan Paulino Pereira

Campus Machado

Maria Aparecida Cangussu
Michele Correia Freitas Soares

Campus Poços de Caldas

Luciana Abreu Nascimento

Campus Pouso Alegre

Sueli Machado Pereira de Oliveira

Campus Passos

Luciana Vanessa de Almeida Buranello

Campus Avançado Carmo de Minas

Giovane José da Silva

Campus Avançado Três Corações

Antonio Sérgio da Costa

ELABORAÇÃO DOS PLANOS DAS UNIDADES CURRICULARES

NOME	TITULAÇÃO	ÁREA DE ATUAÇÃO
Adriana Correia Almeida Batista	- Graduação em Pedagogia - Mestrado e Doutorado em Educação	Metodologia do Ensino da Matemática I
Andrezza Simonini Souza	- Graduação em Letras. - Especialização em Língua Inglesa. - Mestrado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem.	Alfabetização e Letramento I Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS
Amauri Araújo Antunes	- Graduação em Artes Cênicas; Graduação em Letras; Graduação em Artes; Graduação em Filosofia. - Mestrado em Teoria e História Literária; - Doutorado em Teatro	Ludicidade na escola
Ariana Vieira Silva	- Graduação em Engenharia Agrônômica; - Mestrado em Agronomia; - Doutorado em Agronomia	Elaboração de Trabalhos Acadêmicos
Cristiane Fortes Gris Baldan	- Graduação em Agronomia - Mestrado em Agronomia - Doutorado em Agronomia	Elaboração de Projetos de Pesquisa
Daniela Ferreira Cardoso Cruvinel	- Graduação em Ciências Biológicas - Mestrado em Tecnologia Ambiental	Práticas como Componentes Curriculares
Ediano Dionísio do Prado	- Graduação em ciências sociais. - Mestrado em sociologia.	Diversidade e Educação
Emerson José Simões	- Graduação em Artes Cênicas e Direção Teatral	Metodologia do Ensino de Artes
Everaldo Rodrigues Ferreira	- Graduação em Letras. - Mestrado em Linguística	Leitura e Produção de Texto
Giovane José da Silva	- Graduação (licenciatura e bacharelado), mestrado e doutorado em História. - Graduação em filosofia.	Educação aberta e a distância Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso

Hugo Baldan Junior	- Graduação em estudos sociais. - Mestrado Meio Ambiente e Recursos Hídricos. - Doutorado em Ciências	Educação Ambiental
Ieda Mayumi Sabino Kawashita	- Graduação em Educação física. - Mestrado em Educação.	Fundamentos da Educação Especial
Ivan Paulino Pereira	- Graduação em Tecnologia Análise e desenvolvimento de Sistema. Licenciatura em computação. - Especialização em Engenharia de Software Com Ênfase em Software Livre	Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação
Karla Aparecida Zucoloto	-Graduação em Pedagogia. - Mestrado e Doutorado em educação.	Fundamentos de Currículo na Educação Infantil
Larissa Sales Martins	Graduação em enfermagem. Pós graduação em Gestão da saúde	Saúde da Criança
Ligia Lopes Rueda Kocian	Graduação em educação física. Graduação em Pedagogia. Especialização em Dança e Consciência Corporal	Educação, Corpo e Movimento
Lívia Carolina Vieira	Licenciatura em História Licenciatura em Pedagogia Mestrado em Educação Doutorado em Educação	Filosofia da Educação
Lorena Temponi Boechat Reis	Graduação em Pedagogia. Mestrado em educação, administração e comunicação. Doutorado em engenharia agrícola	Tecnologia Educacional
Luciana de Abreu Nascimento	Graduação em Pedagogia. Mestrado em educação e saúde na infância e adolescência	Metodologia do Ensino de Ciências
Luciana Vanessa de Almeida Buranello	Graduação em ciências e matemática. Mestrado e doutorado em educação para ciência	Metodologia do Ensino da Matemática II
Marcos Roberto Cândido	Graduação em historia. Mestrado em lingüística	Metodologia do Ensino de História
Marcus Fernandes Marcusso	Graduação em historia. Mestrado em educação	História da Educação
Maria Aparecida Rodrigues	Graduação em Pedagogia.	Metodologia da Pesquisa em

Cangussu	Mestrado e doutorado em educação	Educação
Maria Lúcia de Queiroz G. Hernandes	Graduação em Pedagogia. Mestrado e doutorado em educação.	Didática do Ensino Educação de Jovens e Adultos
Michele Correa Freitas Soares	Graduação em Pedagogia Mestrado em Educação	Metodologia da Educação Infantil Alfabetização e Letramento II
Renato Brasil Mazzeu	Graduação em ciências sociais. Mestrado em sociologia	Sociologia da Educação
Renê Lepiani Dias	Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia	Metodologia do Ensino de Geografia
Ricardo Aparecido Avelino	- Graduação, Especialização e mestrado em Educação Física.	Metodologia do Ensino da Educação Física
Sueli Machado Pereira de Oliveira	Graduação em Pedagogia. Mestrado e Doutorado em educação, conhecimento e inclusão social	Política e Organização da Educação Básica
Valéria de Rezende Pereira	- Graduação em Letras - Especialização em Metodologia do Ensino de Português - Mestrado em Linguística	Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa
Valdirene Pereira Costa	Graduação em Pedagogia. Mestrado em Educação	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem Gestão Escolar

SUMÁRIO

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO	12
1.1. IFSULDEMINAS – Reitoria.....	12
1.2 Entidade Mantenedora	12
1.3. IFSULDEMINAS – Pólo: Campus Muzambinho – Campus Proponente	13
2. DADOS GERAIS DO CURSO	13
3. HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS	14
4. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CAMPUS PROPONENTE	15
5. APRESENTAÇÃO DO CURSO	18
5.1 Características dos estudantes graduados em Pedagogia	20
6. JUSTIFICATIVA.....	22
7. OBJETIVOS DO CURSO.....	23
7.1. Objetivo Geral	23
7.2. Objetivos Específicos	23
8. FORMA(S) DE INGRESSO.....	24
9. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO	25
10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	26
10.1. Matriz	26
10.2 – Descrição do Curso	30
11. EMENTÁRIO	33
12. POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO.....	70
12.1. Bibliotecas dos Polos de Apoio Presencial	71
13. METODOLOGIA	72
13.1. Tecnologias da informação e comunicação – TIC's no processo ensino aprendizagem	74
13.2. Mecanismos de interação e tutoria	76
13.3 Papel do Professor e Papel do Tutor (Professor Mediador).....	78
13.4 O Design Instrucional	78
13.5 Os encontros presenciais obrigatórios.....	79
14. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	80
15. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)/	
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	84
15.1 Regulamento das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC)/	
Atividades Complementares.....	85

16 PRÁTICAS ENQUANTO COMPONENTE CURRICULAR - PCCs	110
17. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	112
17.1 Verificação do Rendimento Escolar e da Aprovação	113
17.2 Avaliação da Aprendizagem de forma presencial:	114
17.3 Avaliação da Aprendizagem através do Ambiente Virtual	116
17.4 Atribuições do Docente em relação às avaliações	116
17.5 Atribuições do Tutor em relação às avaliações	117
18. Terminalidade Específica e Flexibilização Curricular	117
18.1 Terminalidade Específica	117
18.2 Flexibilização Curricular	119
18.3 Avaliação Inclusiva	120
19. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	122
20. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC	124
21. APOIO AO DISCENTE	125
21.1 Atendimento a pessoas com Deficiência ou com Transtornos Globais	129
22. MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL	131
23. CORPO DOCENTE	132
23.1. Núcleo Docente Estruturante - NDE	136
23.2. Funcionamento do Colegiado de Curso	137
23.3. Atuação do(a) Coordenador(a)	139
24. MATRÍCULA, CANCELAMENTO DE MATRÍCULA, RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA, APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS, MUDANÇA DE CAMPUS E DE POLO PRESENCIAL, VAGAS REMANESCENTES (TRANSFERÊNCIA EXTERNA E PORTADOR DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO), AVALIAÇÃO, DEPENDÊNCIA, REUNIÕES PEDAGÓGICAS.	140
25. INFRAESTRUTURA DO CAMPUS MUZAMBINHO (CAMPUS PROPONENTE)	140
25.1 Setor Pedagógico	140
25.2 O Centro de Educação a Distância – CEAD do Campus Muzambinho	141
25.2.1 Infraestrutura do Polo de Apoio Presencial do Campus Muzambinho	142
25.3 Biblioteca Monteiro Lobato	142
25.4 Laboratórios específicos do curso de Licenciatura em Pedagogia	144
25.4.1 Laboratório Específico: Brinquedoteca do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho	144

25.4.2 Laboratório Específico: Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – Programa LIFE da CAPES.....	146
26. CERTIFICADOS E DIPLOMAS	147
27. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1. IFSULDEMINAS – Reitoria

Nome do Instituto	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
CNPJ	10.648.539/0001-05
Nome do Dirigente	Marcelo Bregagnoli
Endereço do Instituto	Av. Vicente Simões, 1.111
Bairro	Nova Pouso Alegre
Cidade	Pouso Alegre
UF	Minas Gerais
CEP	37550-000
DDD/Telefone	(35)3449-6150
E-mail	reitoria@ifsuldeminas.edu.br

1.2 Entidade Mantenedora

Entidade Mantenedora	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC
CNPJ	00.394.445/0532-13
Nome do Dirigente	Eline Neves Braga Nascimento
Endereço da Entidade Mantenedora	Esplanada dos Ministérios Bloco I, 4º andar – Ed. Sede
Bairro	Asa Norte
Cidade	Brasília
UF	Distrito Federal
CEP	70047-902
DDD/Telefone	(61) 2022-8597
E-mail	setec@mec.gov.br

1.3. IFSULDEMINAS – Pólo: Campus Muzambinho – Campus Proponente

Nome do Campus Ofertante				CNPJ	
Instituto Federal do Sul de Minas Gerais – Campus Muzambinho				10.648.538/0002-96	
Nome do Dirigente					
Luiz Carlos Machado Rodrigues					
Endereço do Instituto				Bairro	
Estrada de Muzambinho, km 35, Cx Postal 02				Morro Preto	
Cidade	UF	CEP	DDD/Telefone/Fax	Endereço Eletrônico	
Muzambinho	MG	37890000	35 3571 5053	www.muz.ifsuldeminas.edu.br	

2. DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: Pedagogia

Modalidade: Licenciatura - A distância – EaD. O Curso é institucional, isto é, mantido com recursos humanos e financeiros do campus proponente e segue a Resolução CONSUP 009/2014 e suas alterações pela Resolução CONSUP 038, de 30 de junho de 2015.

Local de Funcionamento: IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho (Campus Proponente). Pólos de Apoio Presencial - *campi*: Inconfidentes, Machado e Muzambinho

Ano de Implantação: 2017

Habilitação: Educação Infantil, Anos iniciais do Ensino Fundamental, Gestão da Unidade Escolar

Número de Vagas Oferecidas: 300 vagas.

Requisitos de Acesso: Estudante com Ensino Médio completo ou equivalente e aprovação em exame de processo seletivo ou atender as normas institucionais para transferência interna e externa.

Forma de ingresso: Processos seletivos – Vestibular

Duração do Curso: Quatro (4) anos – Oito (8) semestres

Tempo Máximo para Integralização do Curso: 8 anos. A integralização corresponde ao dobro do tempo do curso.

Periodicidade de oferta: Anual

Estágio Supervisionado: Sim – 400 horas.

Carga Horária total: 3.200 h

Ato Autorizativo: Resolução CONSUP nº 07/2017

3. HISTÓRICO DO IFSULDEMINAS

O IFSULDEMINAS foi constituído pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que delimitou seus serviços educacionais dentre aqueles pertencentes à educação profissional, técnica de nível médio e superior, e estabeleceu sua finalidade de fortalecer o arranjo produtivo, social e cultural regional.

A instituição se organiza como autarquia educacional multicampi, com proposta orçamentária anual para cada campus e para a Reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios ao servidor, os quais têm proposta unificada. Possui autonomia administrativa e pedagógica.

Suas unidades físicas se distribuem no Sul de Minas Gerais da seguinte forma: Campus de Inconfidentes; Campus de Machado; Campus de Muzambinho; Campus de Passos; Campus de Poços de Caldas; Campus de Pouso Alegre; Campus avançado de Carmo de Minas; Campus avançado de Três Corações; Reitoria em Pouso Alegre.

A estrutura multicampi começou a constituir-se em 2008, quando a Lei 11.892/2008 transformou as escolas agrotécnicas federais de Inconfidentes, Machado e Muzambinho em campus Inconfidentes, campus Machado e campus Muzambinho do IFSULDEMINAS, cuja Reitoria situa-se, desde então, em Pouso Alegre.

Em 2009, estes três campi iniciais lançaram polos de rede em Passos, Poços de Caldas e Pouso Alegre, os quais se converteram nos campus Passos, campus Poços de Caldas e campus Pouso Alegre.

Em 2013, foram criados os campus avançados de Carmo de Minas e de Três Corações. Ambos os campus avançados derivaram de polos de rede estabelecidos na região do circuito das águas mineiro, que fora protocolada no Ministério da Educação, em 2011, como região prioritária da expansão.

Compete aos campi prestar os serviços educacionais para as comunidades em que se inserem. A competência estruturante da Reitoria influencia a prestação educacional concreta no dia a dia dos campi.

A Reitoria comporta cinco pró-reitorias: Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. As pró-reitorias são competentes para estruturar suas respectivas áreas.

A Pró-Reitoria de Ensino, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e a Pró-Reitoria de Extensão concentram serviços de ensino, pesquisa científica e integração com a comunidade. As outras duas pró-reitorias – Pró-Reitoria de Planejamento e Administração e Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – concentram as competências de execução orçamentária, infraestrutura e monitoramento de desempenho (IFSULDEMINAS. Plano de Desenvolvimento Institucional, 2014-2018).

4. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO CAMPUS PROPONENTE

A cidade de Muzambinho está localizada em Minas Gerais, estado com 586.528 Km² e dividido em 853 municípios, sendo caracterizado pela regionalização e diversidade de sua economia e recursos naturais. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2006), a mesorregião do sul de Minas Gerais, onde está localizado o IFSULDEMINAS, é formada por dez microrregiões, 146 municípios e aproximadamente 2,5 milhões de habitantes.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015, o município de Muzambinho apresenta uma população estimada de 21.017 habitantes, e área territorial de 409,948 km² (IBGE, 2010). Sua economia fundamenta-se, primeiramente, no setor de serviços, depois no setor de agropecuária e, por último, no setor de indústria, ao contrário do padrão estadual e nacional que apresentam o setor de indústria mais representativo que o setor agropecuário.

No município de Muzambinho também se localiza o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – *campus* Muzambinho – que está situado na Estrada de Muzambinho – km 35 – Bairro Morro Preto, a 5 km da sede do município. Está inserido em uma região eminentemente agropastoril. Entre os principais produtos que movimentam a economia local, assim como verificado em todo o sul de Minas Gerais, encontra-se a cultura do café. Neste sentido, a missão do IFSULDEMINAS – *campus* Muzambinho, nos seus 67 anos de ensino agrícola, tem sido voltada para a formação profissional em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento da região.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – *campus* Muzambinho, é hoje uma Instituição orientada pela SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica- e vinculado ao MEC – Ministério da Educação - e sua origem é de 31 de dezembro de 1948, quando a comunidade muzambinhense entregou à União a gleba de terra necessária para a instalação de uma instituição de educação voltada para a agropecuária, obedecendo ao acordo firmado entre as partes em 22 de outubro de 1948.

Durante sua existência, o IFSULDEMINAS, *campus* Muzambinho, esteve permanentemente ligado ao ensino agrícola. De forma ininterrupta, desempenhou sua função de formação de profissionais ligados à agropecuária, numa prática educativa que sempre privilegiou a cidadania crítica, obtendo grande sucesso. Ao longo dos anos da história da referida instituição, esta recebeu três denominações: de 1953 a 1964, Escola Agrotécnica de Muzambinho; de 1964 a 1979, Colégio Agrícola de Muzambinho; então, por meio do Decreto nº 83.935/1979, recebeu o nome de Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho - MG.

A transformação da Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – *campus* Muzambinho, foi uma conquista que ressaltou a importância de sua área de atuação e, que durante toda sua existência, procurou o aprimoramento da qualidade do ensino ofertado, assim como a ampliação de sua função social.

Uma das missões do IFSULDEMINAS, *campus* Muzambinho, corresponde à capacitação, promoção e apoio aos agricultores familiares, às

associações comunitárias rurais, cooperativas e associações de produtores, bem como toda a iniciativa de desenvolvimento rural sustentável. Deste modo, a instituição visa promover uma educação de excelência por meio da tríade ensino, pesquisa e extensão, possibilitando a interação entre as pessoas, estabelecendo parcerias com outros órgãos e instituições, ampliando o conhecimento e construindo novas tecnologias e, ainda, proporcionando o desenvolvimento da região sul-mineira. Simultaneamente, objetiva-se a formação dos seus ingressos, a proposição de alternativas de renda compatíveis com o equilíbrio ecológico, a fixação do homem ao campo como agente difusor das tecnologias de convivência e recuperador dos fatores ambientais essenciais a sua sobrevivência.

O IFSULDEMINAS – *campus* Muzambinho – oferta cursos em nível técnico e superior, os quais podem ser desenvolvidos em modalidades presenciais ou à distância. Atualmente, os cursos oferecidos são:

- Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio.
- Técnico Subsequente em Administração; em Agropecuária; em Contabilidade; em Enfermagem; em Informática; em Segurança do Trabalho; em Meio Ambiente.
- Especialização Técnica em Enfermagem do Trabalho.
- PROEJA - Ensino Médio e Técnico em Edificações
- Graduação, com titulação de Bacharel, em Engenharia Agrônômica; em Ciência da Computação; em Medicina Veterinária.
- Graduação, com titulação de Licenciado, em Educação Profissional e Tecnológica; em Ciências Biológicas.
- Graduação, com titulação de Bacharel e ou Licenciado, em Educação Física.
- Tecnologia em Cafeicultura
- Pós-graduação em Cafeicultura; Gestão Pública; Educação Infantil; Gestão Escolar; Alfabetização e Letramento

□ Educação à Distância em Técnico em Alimentos; Técnico em Análises Clínicas; Técnico em Cafeicultura; Técnico em Informática; Técnico em Logística; Técnico em Meio Ambiente; Técnico em Vigilância em Saúde; Especialização Técnica em Enfermagem do Trabalho.

O IFSULDEMINAS – *campus* Muzambinho, teve declarada a sua regularidade de oferta de cursos pela Portaria nº 072/1980, da Secretaria de Ensino, vinculada ao MEC. Foi transformado em Autarquia Federal pela Lei nº 8.731/1993, o que proporcionou maior agilidade na gestão de recursos e racionalização dos gastos, resultando em significativas melhorias nas estruturas física e pedagógica da Instituição.

O IFSULDEMINAS – *campus* Muzambinho - é uma instituição pensada a partir do ambiente onde se situa e se origina. Comum às demais instituições de Ensino, organiza-se para desenvolver sua missão cultural que significa: transmissão, perseverança e transformação do saber para atender a geração de uma investigação criativa; formação de profissionais necessários à sociedade; bem como a missão social de manter-se a serviço da região e do desenvolvimento científico e tecnológico nacional.

Considerando o cenário nacional relativo à expansão do ensino superior e do ensino técnico e, também, a condição de Muzambinho frente a este contexto, é imprescindível que a cidade disponha de instituições que ofereçam cursos de qualidade capazes de atender às necessidades e expectativas do mercado de trabalho, assim como às demandas da sociedade em geral. É justamente nessa perspectiva que se inserem as atividades do IFSULDEMINAS - *campus* Muzambinho.

5. APRESENTAÇÃO DO CURSO

O curso de Licenciatura em Pedagogia teve as atividades autorizadas pela Resolução CONSUP nº 041 de 08 de agosto de 2011, que dispõe sobre a aprovação “*ad referendum*” da criação do Curso Superior de Pedagogia junto aos *campi* do IFSULDEMINAS. A criação de um curso de licenciatura decorreu da elevada demanda pela formação de educadores no Brasil, com caráter

crítico, e que auxiliassem na construção de uma sociedade igualitária e justa. Especificamente, o curso de Pedagogia surge da preocupação do IFSULDEMINAS com a qualidade da formação do professor que é um dos fatores que contribui fortemente para a construção de uma escola de boa qualidade. Mas essa qualidade não pode ser apenas relacionada ao conteúdo do ensino. A formação dos professores deve proporcionar-lhes, além do conhecimento específico de sua área ou nível de atuação, os recursos necessários para que sejam capazes de desenvolver um trabalho pedagógico que ofereça às crianças as condições necessárias para que elas possam construir um mundo orientado pela solidariedade e respeito às diferenças. O crescimento do número de crianças que, por vários motivos, são atendidas em creches e pré-escolas, vem exigindo que o IFSULDEMINAS também se comprometa com a formação de educadores para a educação infantil (0 a 5 anos). Essa necessidade é ainda maior quando se constata que esse atendimento é feito pelas Prefeituras que, em muitos casos, não contam com profissionais formados para atender as crianças, especialmente aquelas que por sua condição social mais necessitam de apoio. O atendimento proporcionado na educação infantil deve ir além do pedagógico por si só, ele deve ampliar-se num trabalho especial do educador que deve ser responsável pelo *educar e cuidar*. Essas duas palavras desvelam novas responsabilidades para esse profissional que, portanto, deve ter uma formação humana e cidadã.

A concretização dessa proposta exige um grande esforço de todas as instituições responsáveis pela formação de professores. Nesse contexto, a Reitoria do IFSULDEMINAS tomou a iniciativa de acolher e dar tramitação a uma proposta de curso de nível superior para formação de professores para atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, ligados às redes públicas (estadual e municipal) e privada. O pressuposto para tal iniciativa funda-se na especificidade da clientela, que será objeto de formação em exercício. Para o seu desenvolvimento serão mobilizados docentes do IFSULDEMINAS. O curso está organizado em oito períodos com disciplinas que abrangem as grandes áreas de formação. Tem a duração mínima de 3.240 horas.

5.1 Características dos estudantes graduados em Pedagogia

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia, Resolução CNE/CP nº 1/2006, o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;

III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;

VI - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

VIII - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais,

classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;

XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre educandos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

XV - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

XVI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

Portanto, os estudantes graduados em Pedagogia estão aptos a exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares; III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

O conjunto de valores e procedimentos presente nos licenciados em Pedagogia pelo IFSULDEMINAS está de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014 – 2018) e viabiliza tanto o incremento institucional como a geração e fortalecimento de uma sociedade justa e equilibrada.

O licenciado em Pedagogia tem a profissão regulamentada pela base legal: 1) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96); 2) Parecer CNE/CP nº 1/2006, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Pedagogia; 3) Resolução CNE/CP nº 02/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e formação continuada.

6. JUSTIFICATIVA

A utilização de recursos tecnológicos na ação pedagógica implica a fixação de balizas para identificar a iniciativa do IFSULDEMINAS. São elas as seguintes:

- O uso de computadores interligados no ambiente universitário é hoje ferramenta diária de trabalho. Esse meio permite não só a difusão como também a otimização e geração do saber científico. Bastam alguns exemplos para confirmar essa assertiva, como das bibliotecas virtuais, do projeto Genoma.

- Em diversas regiões do país, programas de formação que utilizam intensamente recursos tecnológicos de comunicação vêm sendo desenvolvidos. O IFSULDEMINAS pretende inserir-se nesse campo com uma proposta inovadora, que visa aplicar diversas possibilidades de interação para formação de educadores.

Esse programa é, portanto, orientado por dois fundamentos: oferecer novas possibilidades de organização para programas de formação de professores e explorar os recursos tecnológicos de comunicação e informação reconhecendo as possibilidades existentes para ações educacionais.

Diferentes perspectivas norteiam este programa e podem ser sumariadas em três ideias mestras:

- formação de um professor reflexivo;
- desenvolvimento de saberes relacionados a ação docente;
- assegurar uma articulação entre formação inicial e continuada. Essas perspectivas traduzem um compromisso com uma formação baseada na reflexão permanente e conhecimento construído, também, a partir da prática.

7. OBJETIVOS DO CURSO

7.1. Objetivo Geral

Oferecer formação em nível superior por meio da Licenciatura em Pedagogia, modalidade a distância (EaD), para o público que queira se habilitar ao exercício do magistério da Educação Infantil e dos anos iniciais do ensino Fundamental, bem como das funções previstas no art. 64 da LDB.

7.2. Objetivos Específicos

- Desenvolver processos pedagógicos que visem à elaboração de conhecimentos teóricos e competências relativas à docência, otimizando a reflexão, a prática pedagógica e a autonomia intelectual.
- Estimular a reflexão sobre a prática pedagógica cotidiana do educando, possibilitando-lhe a reconstrução do processo de análise da prática docente, tendo como instrumental os fundamentos da perspectiva de intervenção.
- Possibilitar aos educandos o domínio crítico do uso das novas tecnologias disponíveis na sociedade e, especialmente, nas escolas.
- Contribuir para a interação entre os diversos níveis e modalidades de ensino, especialmente entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.
- Formar o gestor para a Unidade escolar.

8. FORMA(S) DE INGRESSO

As formas de acesso ao curso foram elaboradas com base na Resolução CONSUP n.º 071/2013, que dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos cursos de Graduação do IFSULDEMINAS. Conforme Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014 – 2018), os requisitos mínimos para ingresso no curso superior de Licenciatura em Pedagogia – modalidade EaD – do IFSULDEMINAS, são: ter concluído o Ensino Médio ou equivalente e ter sido aprovado em exame de processo seletivo ou atender às normas institucionais para transferência interna, externa e *ex officio*.

O acesso ao curso de Licenciatura em Pedagogia – modalidade EaD - ocorre mediante processo seletivo, pautado nos princípios institucionais, de acordo com a legislação vigente, e presente em edital próprio, sendo realizada entradas anuais. Em cada processo seletivo são ofertadas 300 (trezentas) vagas. No IFSULDEMINAS, a forma de acesso ao curso superior ocorre a partir de processos seletivos por meio da modalidade:

- Vestibular: na forma de prova escrita, com instruções e orientações estabelecidas em edital específico.

Conforme PDI 2014 - 2018, os estudantes ingressam no IFSULDEMINAS por meio de processos seletivos promovidos de acordo com a Lei n.º 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, e ao Decreto n.º 7.824/2012, que regulamenta a citada lei; o IFSULDEMINAS, do total de vagas ofertadas, reserva vagas às ações afirmativas e de inclusão social pelo sistema de cotas. O referido decreto determina que os editais dos concursos seletivos das instituições federais de educação indicarão, de forma discriminada, por curso e turno, o número de vagas reservadas.

Outra forma de acesso ao curso de Licenciatura em Pedagogia – modalidade EaD - é a partir de transferências interna, externa e *ex officio*, com regulamentações específicas, conforme Resoluções CONSUP n.º 028/2011 e CONSUP n.º 071/2013. As transferências internas e externas estão condicionadas pela disponibilidade de vagas no curso pretendido, compatibilidade curricular e aprovação em teste de conhecimentos. A transferência *ex officio* está condicionada à compatibilidade curricular e à

comprovação de que o interessado ou o familiar do qual o interessado depende teve o local de trabalho alterado por remoção ou transferência, conforme a Lei nº 9.536/1997.

Finalmente, após aprovação e ingresso - seja por meio do processo seletivo ou via transferência, a matrícula e rematrícula do estudante ocorrerá conforme a Resolução CONSUP nº 071/2013 e de acordo com a Instrução Normativa PROEN que dispõe *sobre Normas complementares à Resolução CONSUP nº 071/2013 que se aplicam os cursos de graduação ofertados na modalidade EaD no âmbito do IFSULDEMINAS.*

Os períodos de matrícula e rematrícula serão definidos em Calendário Escolar.

9. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO E ÁREAS DE ATUAÇÃO

Considerando-se as necessidades educacionais decorrentes do estágio atual do desenvolvimento social do País, e a formação profissional exigida para o exercício das atividades referentes à docência na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental e à gestão escolar, espera-se que o profissional formado possa:

- Desenvolver o domínio do processo de ensino-aprendizagem em suas múltiplas dimensões interdisciplinares.
- Desenvolver competências para conceber, executar e avaliar projetos educacionais/pedagógicos (coletivos e interativos), articulando teoria e prática.
- Desenvolver senso-crítico e participativo no âmbito educacional e social.
- Desenvolver competências para a avaliação do curso e de programas de ensino e/ou atividades nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação infantil.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

10.1. Matriz

PRIMEIRO PERÍODO				
DISCIPLINAS	CH	DOCENTE	TITULAÇÃO	CAMPUS DE ORIGEM DO DOCENTE
Educação Aberta e a Distância	45	Giovane José da Silva	Doutor	NDE - Campus Carmo de Minas
Leitura e Produção de Texto	75	Everaldo Rodrigues Ferreira	Mestre	NDE - Campus Inconfidentes
Elaboração de Trabalhos Acadêmicos	60	Ariana Vieira Silva	Doutora	Campus Muzambinho
Filosofia da Educação	75	Lívia Carolina Vieira	Doutora	Campus Inconfidentes
Prática como Componente Curricular I	75	Daniela Ferreira Cardoso Cruvinel	Mestre	Campus Muzambinho
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO: 330 horas				

SEGUNDO PERÍODO				
DISCIPLINAS	CH	DOCENTE	TITULAÇÃO	CAMPUS DE ORIGEM DO DOCENTE
Sociologia da Educação	75	Renato Brasil Mazzeu	Mestre	Campus Muzambinho
História da Educação I	60	Marcus Fernandes Marcusso	Mestre	Campus Inconfidentes
Fundamentos de Currículo No Ensino Fundamental	75	Maria Lúcia de Queiroz G. Hernandes	Doutora	Campus Muzambinho
Tecnologia Educacional	60	Lorena Temponi Boechat Reis	Doutora	Campus Poços de Caldas
Prática como Componente Curricular II	60	Daniela Ferreira Cardoso Cruvinel	Mestre	Campus Muzambinho
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO SEGUNDO PERÍODO: 330 horas				

TERCEIRO PERÍODO				
DISCIPLINAS	CH	DOCENTE	TITULAÇÃO	CAMPUS DE ORIGEM DO DOCENTE
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	75	Valdirene Pereira Costa	Mestre	Coord. - NDE - Campus Muzambinho
Educação, Corpo e Movimento	45	Ligia Lopes Rueda Kocian	Especialização	Campus Carmo de Minas
História da Educação II	30	Marcus Fernandes Marcusso	Mestre	Campus Inconfidentes
Didática do Ensino	75	Maria Lúcia de Queiroz G. Hernandes	Doutora	NDE - Campus Muzambinho
Metodologia do Ensino da Matemática I	75	Adriana Correia Almeida Batista	Doutora	Campus Passos
Prática como Componente Curricular III	60	Daniela Ferreira Cardoso Cruvinel	Mestre	Campus Muzambinho
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO TERCEIRO PERÍODO: 360 horas				

QUARTO PERÍODO				
DISCIPLINAS	CH	DOCENTE	TITULAÇÃO	CAMPUS DE ORIGEM DO DOCENTE
Metodologia do Ensino de Artes	45	Emerson José Simões	Graduação	Campus Pouso Alegre
Metodologia do Ensino da Matemática II	75	Luciana Vanessa de Almeida Buranello	Doutora	NDE - Campus Passos
Metodologia do Ensino de Ciências	60	Luciana de Abreu Nascimento	Doutora	NDE - Campus Poços de Caldas
Educação Ambiental	45	Hugo Baldan Junior	Doutor	Campus Muzambinho
Saúde da Criança	45	Larissa Sales Martins	Especialista	Campus Muzambinho
Prática como Componente Curricular IV	60	Daniela Ferreira Cardoso Cruvinel	Mestre	Campus Muzambinho
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO QUARTO PERÍODO: 330 horas				

QUINTO PERÍODO				
DISCIPLINAS	CH	DOCENTE	TITULAÇÃO	CAMPUS DE ORIGEM DO DOCENTE
Fundamentos de Currículo na Educação Infantil	75	Karla Aparecida Zucoloto	Doutora	Campus Pouso Alegre
Ludicidade na Escola	45	Mauro Araújo Antunes	Doutor	Campus Três Corações
Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa	75	Valéria de Rezende Pereira	Mestre	Campus Muzambinho
Metodologia do Ensino da Educação Física	45	Ricardo Aparecido Avelino	Mestre	Campus Muzambinho
Prática como Componente Curricular V	75	Daniela Ferreira Cardoso Cruvinel	Mestre	Campus Muzambinho
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO QUINTO PERÍODO: 315 horas				

SEXTO PERÍODO				
DISCIPLINAS	CH	DOCENTE	TITULAÇÃO	CAMPUS DE ORIGEM DO DOCENTE
Alfabetização e Letramento I	75	Andrezza Simonini Souza	Mestre	Campus Poços de Caldas
Metodologia do Ensino da Geografia	60	Renê Lepiani Dias	Doutor	Campus Muzambinho
Metodologia da Educação Infantil	75	Michele Correia Freitas Soares	Mestre	NDE - Campus Machado
Metodologia da Pesquisa em Educação	45	Maria Aparecida Rodrigues Cangussu	Doutora	NDE - Campus Machado
Prática como Componente Curricular VI	75	Daniela Ferreira Cardoso Cruvinel	Mestre	Campus Muzambinho
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO SEXTO PERÍODO: 330 horas				

SÉTIMO PERÍODO				
DISCIPLINAS	CH	DOCENTE	TITULAÇÃO	CAMPUS DE ORIGEM DO DOCENTE
Alfabetização e Letramento II	75	Michele Correia Freitas Soares	Mestre	NDE - Campus Machado
Metodologia do Ensino de História	60	Marcos Roberto Cândido	Mestre	Campus Muzambinho
Diversidade e Educação	60	Ediano Dionísio do Prado	Mestre	Campus Inconfidentes
Elaboração de Projeto de Pesquisa	60	Cristiane Fortes Gris Baldan	Doutora	Campus Muzambinho
Política e Organização da Educação Básica	60	Sueli Machado Pereira de Oliveira	Doutora	NDE - Campus Pouso Alegre
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO SÉTIMO PERÍODO: 315 horas				

OITAVO PERÍODO				
DISCIPLINAS	CH	DOCENTE	TITULAÇÃO	CAMPUS DE ORIGEM DO DOCENTE
Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação	45	Ivan Paulino Pereira	Especialista	NDE - Campus Inconfidentes
Fundamentos da Educação Especial	60	Ieda Mayumi Sabino Kawashita	Mestre	Campus Muzambinho
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	60	Andrezza Simonini Souza	Mestre	Campus Poços de Caldas
Educação de Jovens e Adultos	45	Maria Lúcia de Queiroz G. Hernandes	Doutora	NDE - Campus Muzambinho
Gestão Escolar	45	Valdirene Pereira Costa	Mestre	Campus Muzambinho
Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso	35	Giovane José da Silva	Doutor	NDE - Carmo de Minas
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO OITAVO PERÍODO: 290 horas				

C. H. TOTAL DAS DISCIPLINAS, INCLUINDO AS PRÁTICAS COMO COMPONENTE CURRICULAR – PCC		2600
C. H. ESTÁGIO SUPERVISIONADO		400
C. H. ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICA		200
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO		3200
TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE	QUANTIDADE DE DOCENTES	PORCENTAGEM
DOUTORES	15	48,4%
MESTRES	12	38,7%
ESPECIALISTAS	3	9,7%
GRADUADO	1	3,2%
TOTAL	31 Docentes	100%

10.2 – Descrição do Curso

O curso de licenciatura em Pedagogia ofertado pelo IFSULDEMINAS, apresenta carga horária total de 3.200 (três mil e duzentas) horas, sendo 2.200 (duas mil e duzentas) horas ligadas às atividades formativas, 400 (quatrocentas) horas decorrentes de Práticas como Componentes Curriculares, 400 (quatrocentas) horas decorrentes do Estágio Supervisionado, 200 (duzentas) horas de atividades teóricas e práticas para aperfeiçoamento.

O curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSULDEMINAS, oferece atividades diversificadas para os educandos, tais como: Disciplinas com aulas teóricas e práticas; Práticas pedagógicas dentro das disciplinas de conteúdos específicos; Atividades de pesquisa dentro do projeto do trabalho de conclusão de curso e em iniciação científica; Atividades de Campo.

A formação de licenciados em Pedagogia pelo IFSULDEMINAS contempla uma abordagem transversal entre as disciplinas e projetos, em conformidade com a legislação vigente, salientando-se:

- Política de atendimento a portadores de necessidades especiais

O IFSULDEMINAS, *campus* Muzambinho, conta com o NAPNE - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – sendo este, em parceria com o corpo docente e demais setores institucionais, os responsáveis pela garantia de acesso e permanência dos estudantes com necessidades especiais

no espaço educacional da IES. Na perspectiva da educação inclusiva, o Núcleo tem desenvolvido ações em conformidade com o Decreto Federal nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado.

A equipe do NAPNE é composta por representantes do corpo técnico-administrativo, docentes, discentes e representantes das famílias assistidas. O NAPNE tem como objetivo incluir todos os estudantes e servidores que possuem qualquer tipo de barreira motora, intelectual ou social. Situações envolvendo gestantes; estudantes acidentados; deficientes físicos; educandos com problemas de visão, audição e fala; vítimas de preconceito racial ou de orientação sexual; são alguns exemplos de atuações assistidas pelo NAPNE.

- Relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

Em atendimento à Lei nº 10.639/2003; Lei nº 11.645/2008; Resolução CNE/CP nº 01/2004, as relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, serão trabalhadas em conteúdos abordados nas disciplinas *Sociologia da Educação e Diversidade e Educação*, as quais abordam conteúdos atrelados à riqueza cultural e, também, de comportamentos e hábitos observados na sociedade brasileira, preparando os licenciados em Pedagogia para o convívio harmônico em uma sociedade multifacetada e, deste modo, habilitando-os para as práticas profissionais e cidadãs.

- LIBRAS

Em atendimento ao Decreto nº 5.626/2005, a oferta da disciplina LIBRAS é obrigatória em todos os cursos. Neste caso, a disciplina será ofertada no 8º período do curso, sendo obrigatória a todos os licenciados em Pedagogia do IFSULDEMINAS.

- Educação Ambiental

Em atendimento à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002; Resolução CNE/CP nº 2/2012, os cursos devem

prever em seus projetos o trabalho com Educação Ambiental. Neste caso, a disciplina que engloba tal conteúdo é ofertada no 4º período.

- Educação em Direitos Humanos

Em atendimento à Resolução nº 01/2012, os cursos devem atender às Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Nesse caso, o conjunto de conteúdos abordados nas disciplinas Sociologia da Educação e Estudos Étnicos, Raciais, da Diversidade e Educação atendem a essa demanda específica.

O maior conhecimento e vivência sobre as atividades e práticas ligadas à licenciatura também serão contemplados em conteúdos trabalhados e debatidos por diversas disciplinas ao longo do curso, a se destacar: Didática do Ensino; Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem; Tecnologia Educacional; Educação de Jovens e Adultos – EJA; Educação Ambiental; Gestão Escolar; Educação Especial; LIBRAS; Estudos Étnicos, Raciais, da Diversidade e Educação; Sociologia da Educação.

Finalmente, os estudantes do curso de Pedagogia – modalidade Licenciatura – do IFSULDEMINAS, ao longo do desenvolvimento acadêmico, realizarão obrigatoriamente 400 (quatrocentas) horas de Práticas enquanto Componentes Curriculares (PCC's). Isso proporcionará, aos futuros licenciados, atividades práticas e teóricas relacionadas ao exercício da docência junto à Educação Básica – educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, além de apresentá-los à vivência de práticas educativas relacionadas a ações cotidianas não escolares.

Deste modo, caberá aos estudantes de Licenciatura em Pedagogia, a partir da integração dos conhecimentos obtidos ao longo do semestre letivo, a elaboração de material(is)-técnico, científico, didático e pedagógico – relacionado aos conteúdos de Pedagogia. Objetiva-se, então, o rompimento das ideias que segregam, ao longo do desenvolvimento acadêmico do discente, as disciplinas específicas de conteúdos voltadas para área pedagógica, o que não raramente repercute na redução da interdisciplinaridade, com consequências negativas para o perfil do futuro professor.

11. EMENTÁRIO

1º Período
Disciplina: Educação Aberta e a Distância – Carga Horária: 45 horas
<p>Ementa: A modalidade de Educação a Distância: histórico, características, definições, regulamentações. A Educação a Distância no Brasil. O que é educação a distância? Conceitos fundamentais da Educação a Distância. Métodos de ensino: presencial e a distância. A convergência entre educação virtual e presencial. O papel do educando na EaD: organização, autonomia, motivação. A mediação pedagógica na modalidade de educação a distância. Organização de situações de aprendizagem. Ambientes Virtuais de ensino-aprendizagem. Particularidades do AVA utilizado pelo IFSULDEMINAS.</p>
<p>Referências Bibliográficas</p> <p>BÁSICA CAMPOS, F. C. A.; SANTORO, F. M. et all. Cooperação e aprendizagem online. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.</p> <p>GOEDERT, L., SILVA, M. C. R. F., MACIEL, V. de A. Fundamentos da Educação a Distância. Caderno Pedagógico. UDESC: Florianópolis, 2010.</p> <p>GUTIÉRREZ, F. & PIETRO, D. A Mediação Pedagógica: Educação a Distância Alternativa. Campinas, Papirus, 1994.</p> <p>COMPLEMENTAR BELLONI, M. L. Educação a Distância. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.</p> <p>MOORE, M.; G. KEARSLEY. Educação a Distância: uma visão integrada. São Paulo: THOMSON, 2007.</p> <p>PALLOF R. M.; PRATT, K. Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço: estratégias eficientes para salas de aula on-line. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p> <p>PETERS, O. Didática do ensino a distância. Trad. Ilson Kayser. São Leopoldo/RS: Editora UNISINOS, 2001.</p> <p>_____. A educação a distância em transição: tendências e desafios. Trad. Leila Ferreira de Souza Mendes. São Leopoldo: Unisinos, 2003.</p>

1º Período
Disciplina: Leitura e Produção de Texto – Carga Horária: 75 horas
Ementa: Língua Portuguesa: gramática, literatura, produção e análise de textos orais e escritos, verbais e não-verbais. Interdisciplinaridade.
Referências Bibliográficas BÁSICA CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo . 4.ed. Rio de Janeiro: LEXIKON, 2007. GARCIA, Othon M. (Othon Moacyr). Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar . 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Para entender o texto: leitura e redação . 17.ed. São Paulo: Ática, 2007. COMPLEMENTAR BLIKSTEIN, I. Técnicas de comunicação escrita . 22. ed. São Paulo: Ática, 2006. MAIA, J. D. Gramática: teoria e exercícios . São Paulo: FTD, 2000. SOARES, M. Linguagem e escola: uma perspectiva social . 12. ed. São Paulo, 1994. SOLÉ, I. Estratégias de leitura . 6. ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998. VANOYE, Francis; OSAKABÉ, Haqira. Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita . 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

1º Período
Disciplina: Elaboração de Trabalhos Acadêmicos – Carga Horária: 60 horas
<p>Ementa: O texto acadêmico e o processo de construção do conhecimento. A divulgação científica e o desenvolvimento do pensamento crítico por meio da leitura e produção de gêneros textuais acadêmicos: Fichamento, Resumo, Resenha, Projeto e Artigo. Técnicas de paráfrase e objetividade no discurso. Revisão da norma padrão culta da língua portuguesa.</p>
<p>Referências Bibliográficas</p> <p>BÁSICA</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 306 p. ISBN 978-85-224-4814-2 .</p> <p>SECAF, Victória. Artigo científico: do desafio à conquista: enfoque em tese e outros trabalhos acadêmicos. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Atheneu, 2010. 138 p. ISBN 978-85-388-0132-0.</p> <p>SILVA, Ezequiel Theodoro da. O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 119 p. ISBN 978-85-249-1719-6 (broch.).</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BLIKSTEIN, Izidoro,. Técnicas de comunicação escrita. 22. ed. São Paulo: Ática, 2012. 102 p. (Princípios ; 12). ISBN 978-85-08-10225-9 (broch.).</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 225 p. ISBN 978-85-224-4878-4 (broch.).</p> <p>MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 560 p. ISBN 978-85-224-5722-9 (broch.).</p> <p>SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p. ISBN 978-85-249-1311-2 (broch.).</p> <p>VOLPATO, Gilson Luiz. Ciência: da filosofia à publicação. 5. ed. amp., reest., rev. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007. 245 p. ISBN 978-85-98605-23-4.</p>

1º Período
Disciplina: Filosofia da Educação – Carga Horária: 75 horas
Ementa: Fundamentos filosóficos da educação. O processo educativo e a imagem do homem. A reflexão filosófica e o pensamento pedagógico.
Referências Bibliográficas BÁSICA ARANHA, M. L. A. de. Filosofia da educação . 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006. CHAUÍ, M. Convite à filosofia . São Paulo: Ática, 2000 LUCKESI, Cipriano Carlos. Introdução a filosofia: aprendendo a pensar . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012. COMPLEMENTAR ARANHA, M. L. A. História da Educação e da pedagogia: geral e Brasil . 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006. MESZAROS, I. A educação para além do capital . 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. SAVIANI, D. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política . 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2009. SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica . 18. ed. Campinas: Autores Associados, 2009. VEIGA, I. P. A. Formação de professores: políticas e debates . 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

2º Período
Disciplina: Sociologia da Educação – Carga Horária: 75 horas
Ementa: Introdução aos conceitos básicos da sociologia e às diferentes escolas sociológicas. A sociologia como ciência. As relações entre a educação e a sociedade e entre a educação e a sociologia. Estudo das concepções teóricas sobre a educação no discurso sociológico dos autores clássicos das Ciências Sociais: Emile Durkheim, Max Weber e Karl Marx.
Referências Bibliográficas BÁSICA BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação . Petrópolis/R.J.: Vozes, 2012. CARVALHO, Alonso Bezerra de (org.). Sociologia e educação . São Paulo: AVERCAMP, 2006. DURKHEIM, E. Educação e sociologia . Portugal: Edições 70, 2011. COMPLEMENTAR COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade . São Paulo: Moderna, 2005. FORACCHI, M.; MARTINS, José de Souza (orgs.) Sociologia e sociedade . Rio de Janeiro: LTC, 2008. FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia . São Paulo: Paz e Terra, 1996. GIDDENS, A. Sociologia . São Paulo: ARTMED, 2001. GUIMARAES NETO, Euclides. Educar pela sociologia: contribuições para a formação do cidadão . Belo Horizonte: RHJ, 2012. OLIVEIRA, P. S. de. Introdução a sociologia . 19. ed. São Paulo: Ática, 1999.

2º Período
Disciplina: História da Educação I – Carga Horária: 60 horas
<p>Ementa: Este componente curricular empreenderá a reconstrução da história da educação e da pedagogia como prática social, analisando os fundamentos da educação em geral. Para tanto, levará em consideração as fases da história da educação, o surgimento de sistemas educacionais, ideias e práticas pedagógicas e a construção do pensamento educacional da Antiguidade ao século XXI.</p>
<p>Referências Bibliográficas BÁSICA</p> <p>CAMBI, F. História da Pedagogia. São Paulo: UNESP, 1999.</p> <p>MANACORDA, M. A. História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>ARANHA, M. L. A. História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil. São Paulo, Ed. Moderna, 2006.</p> <p>GENTILI, P. (org.). Pedagogia da exclusão: crítica ao neo-liberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.</p> <p>LOMBARDI, José Claudinei (Org). Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais . 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.</p> <p>PILETTI, C.; PILETTI, N.. História da educação: de Confúcio a Paulo Freire. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>SAVIANI, D. (Org.); LOMBARDI, J. C. (Org.); SANFELICE, J. L. (Org.) História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. 141 p. (Coleção Educação Contemporânea).</p>

2º Período
Disciplina: Fundamentos de Currículo no Ensino Fundamental – Carga Horária: 75 horas
Ementa: Fundamentos histórico, cultural, epistemológico social e ideológico das concepções de currículo nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Componentes curriculares. Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's.
Referências Bibliográficas BÁSICA APPLE, M. W. Ideologia e currículo . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. GARCIA, R. L.; MOREIRA, A. F. B. Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2003. GARCIA, R. L.; PACHECO, J. A.; MOREIRA, A. F. B. Currículo: pensar, sentir e diferir. Rio de Janeiro: DP&A, 2004 COMPLEMENTAR ARIÈS, P. História Social da Criança e da Família . 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. BRASIL, MEC. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais . Brasília: MEC/SEF, 1999. ESTEBAN, M. T. Escola, currículo e avaliação . São Paulo: Cortez, 2003. GARCIA, R. L.; MOREIRA, A. F. B.; ALVES, M. P. C. Currículo, cotidiano e tecnologias . São Paulo: Junqueira & Marin, 2006. SILVA, T. T. da.; MOREIRA, A. F. B. Currículo, cultura e sociedade . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

2º Período
Disciplina: Tecnologia Educacional – Carga Horária: 60 horas
<p>Ementa: As tecnologias educacionais. Informática e educação. O computador como recurso tecnológico no processo de ensino aprendizagem e ferramenta para confecção de material didático. O uso dos recursos audiovisuais na Educação. Impactos da Internet na educação escolar e na formação continuada do professor. O uso de Softwares educativos e Softwares Livres como ferramenta de apoio ao docente. Educação a distância.</p>
<p>Referências Bibliográficas</p> <p>BÁSICA</p> <p>FREIRE, Wendel (Org). Tecnologia e educação: as mídias na prática docente. Rio de Janeiro: Wak, 2008. 128 p. ISBN 978-85-7854-014-2 (broch.).</p> <p>KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 8. ed. Campinas: Papyrus, 2010. 157 p. (Prática pedagógica). ISBN 85-308-0708-1 (broch.).</p> <p>LEITE, Lígia Silva (Coord.). Tecnologia educacional: descubra suas possibilidades na sala de aula. [8. ed.]. Petrópolis: Vozes, c2003. 133 p. ISBN 978-85-3262-798-6 (broch.)</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>ALMEIDA, Fernando Jose de. Educação e informática: os computadores na escola .5. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 127 p. (Questões da nossa época; 36). ISBN 978-85-249-1878-0 (broch.).</p> <p>COX, Kenia Kodel. Informática na educação escolar. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. 124 p. (Polêmicas do nosso tempo; 87.). ISBN 978-85-7496-071-5 (broch.).</p> <p>SANCHO, Juana M. Tecnologias para transformar a educação. Porto Alegre Bookman 2014 1 recurso online ISBN 978-85-3630-879-1</p> <p>TAJRA, Sanmya Feitosa. Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade. 8. ed. São Paulo: Érica, 2008. 224 p. ISBN 978-85-365-0200-7 (broch.).</p> <p>VELOSO, Renato. Tecnologia da Informação e Comunicação. São Paulo, Saraiva: 2008. ISBN : 978-85-0214-592-4</p>

3º Período
Disciplina: Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem – Carga Horária: 75 horas
<p>Ementa: O objeto de estudo da psicologia. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. As abordagens do desenvolvimento humano: inatista-maturacionista, comportamentalista, interacionista (Piaget) e histórico-cultural (Vygotsky). O papel do professor que emerge mediante as abordagens estudadas. A concepção de educando que emerge mediante as abordagens estudadas. Temas contemporâneos: bullying, a síndrome de Burnout, drogas, família e escola, adolescência.</p>
<p>Referências Bibliográficas</p> <p>BÁSICA BIAGGIO, A.M.B. Psicologia do desenvolvimento. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. FONTANA, R.A.C.; CRUZ, M.N. Psicologia e trabalho pedagógico. São Paulo: Atual, 1999. GOULART, I.B. Psicologia da educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.</p> <p>COMPLEMENTAR CARVALHO, A.M.; SALLES, F.; GUIMARÃES, M. Desenvolvimento e aprendizagem. Belo Horizonte: Ed. UFMG: Proex, 2006 PIAGET, J. Experiências básicas para utilização pelo professor. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. PIAGET, J. A psicologia da criança. 19. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003. SANTOS, M.S.; XAVIER, A.S.; NUNES, A.I.B. Psicologia do desenvolvimento: temas e teorias contemporâneas. Brasília: Liber Livro, 2009. VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.</p>

3º Período
Disciplina: Educação, Corpo e Movimento – Carga Horária: 45 horas
Ementa: Dimensões do movimento e da corporeidade da criança. Ludicidade, jogos e brincadeiras como estratégia na aquisição do movimento. Cultura corporal, expressão e ritmo. Interdisciplinaridade.
Referências Bibliográficas BÁSICA FONSECA, V. Psicomotricidade: perspectivas multidisciplinares. Porto Alegre: Artmed, 2004. GALLARDO, J. S. P. Educação física escolar: do berçário ao Ensino Médio. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. VENÂNCIO, Silvana; FREIRE, João Batista (Orgs.). O Jogo Dentro e Fora da Escola. Campinas: Autores Associados, 2005. COMPLEMENTAR RANGEL, I. C. A. Educação Física na Infância. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. FREIRE, J. B. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física. 5. ed. São Paulo: Scipione, 2009. PINTO, J. R. Corpo, movimento e educação: o desafio da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: Sprint, 1997. DANTAS, E. Pensando o corpo e o movimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Shape, 2005 SANCHEZ, P. A. A psicomotricidade na educação infantil: uma prática preventiva e educativa. Porto Alegre: Artmed, 2003.

3º Período
Disciplina: Didática do Ensino – Carga Horária: 75 horas
Ementa: Educação e Sociedade. Educação Escolar. Concepções de educação: tradicional, escolanovista, tecnicista e progressista. Noções de Currículo. Plano de Curso, de unidade e de aula. Avaliação. Interdisciplinaridade. Relação professor-educando.
Referências Bibliográficas BÁSICA FAZENDA, I. Didática e interdisciplinaridade . 17. ed. Campinas: Papirus, 2011. LIBÂNEO, J. C. Didática . 34. ed. São Paulo: Cortez, 1994. LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar . 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011. COMPLEMENTAR SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo . 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999 HAYDT, R.C.C. Curso de didática Geral . 8. ed. São Paulo: Ática, 2010 PILETTI, Claudino. Didática Geral . 24. ed. São Paulo: Ática, 2010. ZABALA, Antoni. A Prática Educativa: como ensinar . Porto Alegre: Artmed, 1998. CANDAU, V. M. A didática em questão . 32. ed. Campinas: Papirus, 2011.

3º Período
Disciplina: História da Educação II – Carga Horária: 30 horas
Ementa: Através da evolução da Educação Brasileira em suas fases históricas, este componente curricular, discute os principais ideários educacionais, destacando alguns educadores brasileiros.
Referências Bibliográficas BÁSICA HILSDORF, M. L. S. História da educação brasileira: leituras. São Paulo: Cengage Learning, 2003. ROMANELLI, O. História da Educação no Brasil. 37 Ed. Petrópolis: Vozes, 2012. SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007 COMPLEMENTAR BEISIEGEL, Celso de Rui. Paulo Freire. Recife: Massangana, 2010. BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel González; NOSELLA, Paolo. Educação e cidadania: quem educa o cidadão? 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010. NOSELLA, Paolo. Qual compromisso político?: ensaios sobre a educação brasileira pós-ditadura. Bragança Paulista: EDUSF, 1998. SAVIANI, D. Escola e democracia. Campinas: Autores Associados, 2002. SAVIANI, D. (Org.); LOMBARDI, J. C. (Org.); SANFELICE, J. L. (Org.) História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. 141 p. (Coleção Educação Contemporânea).

3º Período
Disciplina: Metodologia do Ensino da Matemática I – Carga Horária: 75 horas
<p>Ementa: Conceito de número (aspectos qualitativos e quantitativos). O Sistema de Numeração Decimal. Operações fundamentais: Adição, subtração e diferentes tipos de problemas envolvendo suas propriedades. A resolução de problemas como perspectiva metodológica. Jogos matemáticos como recurso pedagógico. Planejamento de atividades e materiais de ensino na área da matemática nos anos iniciais da alfabetização.</p>
<p>Referências Bibliográficas</p> <p>BÁSICA BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. <i>Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares</i>. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999</p> <p>ALVES, E. M. S. A ludicidade e o ensino de matemática: uma prática possível. Campinas: Papirus, 2012.</p> <p>GERALDO, A. C. H. Didática das ciências naturais na perspectiva histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2009.</p> <p>COMPLEMENTAR KAMII, C. A criança e o número. 31. ed. Campinas: Papirus, 2003.</p> <p>POLYA, G. A arte de resolver problemas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1995.</p> <p>SMOLE, K. C. S.; DINIZ, M. I.; CANDIDO, P. Coleção Matemática: Figuras e formas. V. 3. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>_____. Jogos matemáticos de 1º a 5º ano. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>_____. Coleção matemática: Brincadeiras infantis nas aulas de matemática. V. 2. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p>

4º Período
Disciplina: Metodologia do Ensino de Artes – Carga Horária: 45 horas
<p>Ementa: Conteúdos programáticos fundamentais da Arte e diferentes linguagens da expressão artística (dança, música, desenho, teatro, pintura, modelagem) na escola. Estudo de conceitos e princípios básicos. Criatividade. Interdisciplinaridade. Planejamento e desenvolvimento de atividades e materiais de ensino na área de Artes.</p>
<p>Referências Bibliográficas BÁSICA BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares nacionais: Artes. Brasília: MEC/SEF, 2001.</p> <p>FERRAZ, M. H. T. & FUSARI, M. F. R. Metodologia do ensino de arte: fundamentos e preposições. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O brincar e suas teorias. São Paulo: CENGAGE Learning, 2011.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BENJAMIM, W. Reflexões: a criança, o brinquedo e a educação. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2002.</p> <p>COX, M. Desenho da criança. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010</p> <p>FERRAZ, M. H. T. & FUSARI, M. F. R. Metodologia do ensino de arte: fundamentos e preposições. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>JEANDOT, N. Explorando o universo da música. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2008</p> <p>KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogos tradicionais infantis : o jogo, a criança e a educação. São Paulo: Vozes, 1993.</p>

4º Período
Disciplina: : Metodologia do Ensino da Matemática II – Carga Horária: 75 horas
<p>Ementa: Operações fundamentais: multiplicação, divisão e suas propriedades; diferentes tipos de problemas envolvendo o campo multiplicativo: raciocínio combinatório e multiplicação retangular. Frações, números decimais e porcentagem; geometria; grandezas e medidas e tratamento da informação. Jogos matemáticos como recurso pedagógico. Planejamento de atividades e materiais de ensino na área da matemática nos anos finais do ciclo de alfabetização.</p>
<p>Referências Bibliográficas</p> <p>BÁSICA BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: adaptações curriculares. <i>Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999</i></p> <p>ALVES, E. M. S. A ludicidade e o ensino de matemática: uma prática possível. Campinas: Papyrus, 2012.</p> <p>GERALDO, A. C. H. Didática das ciências naturais na perspectiva histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2009.</p> <p>COMPLEMENTAR KAMII, C. A criança e o número. 31. ed. Campinas: Papyrus, 2003.</p> <p>PARRA, C. Didática da Matemática. Porto Alegre: Artmed, 1996.</p> <p>SMOLE, K. C. S.; DINIZ, M. I.; CANDIDO, P. Coleção Matemática: Figuras e formas. V. 3. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>_____. Jogos matemáticos de 1º a 5º ano. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>_____. Coleção matemática: Brincadeiras infantis nas aulas de matemática. V. 2. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p>

4º Período
Disciplina: : Metodologia do Ensino de Ciências – Carga Horária: 60 horas
<p>Ementa: O Ensino Ciências: abordagens teóricas e pesquisas da área. Papel do ensino de ciências e inter-relações com os demais componentes curriculares. Referências nacionais para a construção do currículo e para ensino de ciências naturais na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Metodologia do ensino de ciências: planejamento, desenvolvimento e avaliação.</p>
<p>Referências Bibliográficas</p> <p>BÁSICA</p> <p>ARCE, Alessandra; SILVA, Debora A. S. M. da; VAROTTO, Michele. Ensinando ciências na educação infantil. Campinas: Alínea, 2011. 133 p. ISBN 978-85-7516-529-4 (broch)</p> <p>DELIZOICOV, Demétrio; SILVA, Antonio Fernando Gouvêa da (Colab.). Ensino de ciências: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 364 p. (Docência em formação - ensino fundamental). ISBN 978-85-249-0858-3 (broch.).</p> <p>TEIXEIRA, Paulo Marini (Org.). Ensino de ciências: pesquisas e reflexões. Ribeirão Preto: Holos, 2006. 144 p. ISBN 85-86699-53-5 (broch.).</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>ASTOLFI, Jean-Pierre; DEVELAY, Michel. Didática das ciências. 16. ed. Campinas: Papyrus, 2011. 123 p. ISBN 85-308-0116-4 (broch.).</p> <p>BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais. Brasília, MEC/SEF, 1997.</p> <p>CARVALHO, Anna Maria Pessoa de et al. Ciências no ensino fundamental: o conhecimento físico. 1. ed. São Paulo: Scipione, 2010. 199 p. (Pensamento e ação no magistério). ISBN 978-85-262-3447-5 (broch.).</p> <p>GERALDO, Antonio Carlos Hidalgo. Didática de ciências naturais na perspectiva histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2009. xii, 170 p. (Formação de professores). ISBN 978-85-7496-227-6 (broch.).</p> <p>KRASILCHIK, Myriam; MARANDINO, Martha. Ensino de ciências e cidadania. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2004. 88 p. (Cotidiano escolar). ISBN 85-16-04422-X (broch.).</p>

4º Período
Disciplina: Educação Ambiental – Carga Horária: 45 horas
<p>Ementa:</p> <p>1. Introdução: inter-relação entre Educação, Sociedade e Ambiente - 1.1.Educação para a mudança; 1.2. A crise socioambiental; 1.3. Problematizando as concepções de meio ambiente, desenvolvimento sustentável e educação ambiental. 2. O campo da Educação Ambiental - 2 1. Políticas Públicas em EducaçãoAmbiental; 2.2. Concepções de Educação Ambiental na produção teórico-prática; 2.3. A formação da prática docente em Educação Ambiental; 2.4. O diagnóstico da Educação Ambiental na educação formal; 2.5. Análise de material didático e paradidático voltados para Educação Ambiental. 3. Avaliação e auto-avaliação – 3.1. Apresentação dos trabalhos finais; 3.2.Avaliação da disciplina; 3.3. Auto-avaliação.</p>
<p>Referências Bibliográficas</p> <p>BÁSICA</p> <p>BRÜGGER, P. Educação ou adestramento ambiental? Editora Letras Contemporâneas, 2004.</p> <p>GAUDIANO, E. G. Educação Ambiental. São Paulo: Instituto Piaget, 2005.</p> <p>PENTEADO, H. D. Meio Ambiente e Formação de Professores. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BARCELOS, V. Educação Ambiental e complexidade. Santa Catarina: EDUNISC, 2008.</p> <p>GUIMARÃES, M. A dimensão ambiental na educação. Campinas: Papyrus, 1995. 107 p. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).</p> <p>LISBOA, C. P. Educação ambiental: da teoria à prática. São Paulo: Mediação, 2012</p> <p>TRISTÃO, M. A educação ambiental na formação de professores: redes de saberes. São Paulo: Annablume; Vitória, 2004. 236 p.</p> <p>LOUREIRO, C.F.B. Trajetórias e fundamentos da educação ambiental. São Paulo:Cortez, 2004a. 176 p.</p>

4º Período
Disciplina: Saúde da Criança – Carga Horária: 45 horas
Ementa: Saúde da criança de 0 a 10 anos. Conceitos de saúde, nutrição e higiene. Políticas de Atenção à saúde da criança. Programas de saúde, higiene e nutrição na educação infantil e nos anos Iniciais do Ensino Fundamental. Desnutrição: determinantes, desenvolvimento físico, psíquico e social da criança. Puericultura e imunização. Prevenção de acidentes na infância. Violência doméstica na infância.
Referências Bibliográficas BÁSICA BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares. Brasília: MEC/SEF/SEESP,1999. BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, n. 33) BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. COMPLEMENTAR BEE, H. A criança em desenvolvimento. 9 ed. Porto Alegre: Artmed, 2003. BRASIL, Ministério da Educação. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC / SEF, 1998. v. 1-2. BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Criança. Estatuto da criança e do adolescente. 3.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. ENGEL, J. Avaliação em Pediatria. 3 ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2002. NEBIA. M.A.F. Ensinando a cuidar da criança. Rio de Janeiro: Difusão Enfermagem, 2003.

5º Período
Disciplina: Fundamentos de Currículo na Educação Infantil – Carga Horária: 75 horas
<p>Ementa: Análise dos fundamentos e pressupostos históricos, culturais, políticos, econômicos e sociais da Educação Infantil e sua função no sistema escolar. A criança e a sociedade contemporânea. O lugar social da criança na modernidade. Diversidade cultural e práticas infantis. A cultura da infância e a infância na cultura. Diferentes visões de infância: literatura, cinema, televisão, propaganda, museus, artes plásticas. A criança e a indústria cultural. Criança, natureza, mundo social e conhecimento. Os projetos didáticos e as áreas curriculares integradas.</p>
<p>Referências Bibliográficas</p> <p>BÁSICA ARIËS, P. História Social da Criança e da Família. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. KRAMER, Sonia et al. (Org.). Infância e educação infantil. Campinas: Papyrus, 2012.</p> <p>COMPLEMENTAR BENJAMIN, Walter. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. 1. ed. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2002. BRASIL, MEC. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. KORCZAK, Janusz. Quando eu voltar a ser criança. São Paulo: Summus, 1981. 155 p. (Novas buscas em educação; 9). KRAMER, Sonia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. OLIVEIRA, Zilma de (Org.). A criança e seu desenvolvimento: perspectivas para se discutir a educação infantil. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p>

5º Período
Disciplina: Ludicidade na Escola – Carga Horária: 45 horas
<p>Ementa: Conceito de jogo, brinquedo e brincadeira. Jogo na educação: aspectos histórico e cultural. Jogo simbólico e a ação pedagógica. Ludicidade e prática pedagógica. Brinquedoteca.</p>
<p>Referências Bibliográficas BÁSICA</p> <p>ALVES, E. M. S. A ludicidade e o ensino de matemática: uma prática possível. Campinas: Papyrus, 2012.</p> <p>KISHIMOTO, Tizuko Morchida. O brincar e suas teorias. São Paulo: CENGAGE Learning, 2011.</p> <p>SANTOS, Santa M. P. Brinquedoteca – o lúdico em diferentes contextos. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BENJAMIM, W. Reflexões: a criança, o brinquedo e a educação. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2002.</p> <p>COX, M. Desenho da criança. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010</p> <p>FERRAZ, M. H. T. & FUSARI, M. F. R. Metodologia do ensino de arte: fundamentos e preposições. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>JEANDOT, N. Explorando o universo da música. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2008</p> <p>KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogos tradicionais infantis: o jogo, a criança e a educação. São Paulo: Vozes, 1993.</p>

5º Período
Disciplina: Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa – Carga Horária: 75 horas
<p>Ementa: A evolução do currículo de Língua Portuguesa no país. A Linguística e Sociolinguística no ensino de Língua Portuguesa. Estratégias de leitura em sala de aula. A construção de enunciados (Matriz de Língua Portuguesa- Descritores). Estudo do cruzamento de diferentes linguagens e sua significação. Discussão da leitura, literatura, literatura infantil, televisão, história em quadrinhos, desenho animado, pintura, fotografia. Diferentes gêneros e formas discursivas, instâncias singulares de produção de conhecimento. Estudo da intertextualidade presentes na produção e leitura de textos. Interdisciplinaridade.</p>
<p>Referências Bibliográficas BÁSICA</p> <p>CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. Nova gramática do português contemporâneo. 4.ed. Rio de Janeiro: LEXIKON, 2007.</p> <p>FARACO, C. E. Gramática. 20 ed. São Paulo: Ática, 2010</p> <p>FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Para entender o texto: leitura e redação. 17.ed. São Paulo: Ática, 2007.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BLIKSTEIN, I. Técnicas de comunicação escrita. 22. ed. São Paulo: Ática, 2006.</p> <p>MAIA, J. D. Gramática: teoria e exercícios. São Paulo: FTD, 2000.</p> <p>SOARES, M. Linguagem e escola: uma perspectiva social. 12. ed. São Paulo, 1994.</p> <p>SOLÉ, I. Estratégias de leitura. 6. ed. Porto Alegre: ARTMED, 1998.</p> <p>TERRA, E. Gramática, Literatura e Redação. São Paulo: Scipione, 1999.</p>

5º Período
Disciplina: Metodologia do Ensino de Educação Física – Carga Horária: 45 horas
Ementa: Educação Física e diferentes linguagens da expressão corporal. Conhecimentos sobre o corpo: esportes, jogos, lutas e ginásticas; atividades rítmicas; atividades expressivas. Dimensões metodológicas do ensino da Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Interdisciplinaridade. O lúdico e a importância do brincar. Jogos na formação da criança. Planejamento e desenvolvimento de atividades e materiais de ensino na área de Educação Física.
Referências Bibliográficas BÁSICA ARRIBAS, T. L. A educação física de 3 a 8 anos . 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. BRACHT, V. Educação Física e aprendizagem social . Porto Alegre: Magister, 1992. DANTAS, E. Pensando o corpo e o movimento . 2. ed. Rio de Janeiro: Shape, 2005 COMPLEMENTAR BROTTO, F. O. Jogos cooperativos . Vol. I. 7. ed. São Paulo: Projeto cooperação, 2003. BROTTO, F. O. Jogos cooperativos . Vol. II. São Paulo: Projeto Cooperação, 2001. DEACOVE, J. Manual dos jogos cooperativos . São Paulo: Projeto cooperação, 2002. KISHIMOTO, T. M. Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação . 13. e. São Paulo: Vozes, 2004.

6º Período
Disciplina: Alfabetização e Letramento I – Carga Horária: 75 horas
Ementa: Bases epistemológicas da aprendizagem da leitura e da escrita. Conceitos fundamentais de alfabetização e letramento. Interdisciplinaridade.
Referências Bibliográficas
BÁSICA
CARVALHO, M. Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999
SOARES, M. Alfabetização e Letramento. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
COMPLEMENTAR
CAGLIARI, L. C. Alfabetização & Linguística. 11. ed. São Paulo: Scipione, 2009.
CAGLIARI, G. M.; CAGLIARI, L. C. Diante das letras: a escrita na alfabetização. Campinas: Mercado de Letras, 1999.
FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
KLEIMAN, A.; MORAES, S. E. Leitura e Interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola. Campinas: Mercado das Letras, 2001.
SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

6º Período
Disciplina: Metodologia do Ensino de Geografia – Carga Horária: 60 horas
<p>Ementa: As noções de espacialidade e temporalidade apreendidas e vivenciadas pelo educando nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Ressignificando o conhecimento e a percepção do espaço: a construção da identidade, cidadania e sustentabilidade a partir do espaço sensorial-afetivo no cotidiano infantil. Alfabetização cartográfica: construção de conhecimentos, signos e representações no espaço imediato da criança. Os componentes de metodologia do ensino aplicados à prática educativa em Geografia: diretrizes e pressupostos teórico-metodológicos. Intervenções e aplicações pedagógicas na metodologia do ensino geográfico. As novas tendências metodológicas no ensino de Geografia.</p>
<p>Referências Bibliográficas</p> <p>BÁSICA</p> <p>LESANN, Janine. Geografia no ensino fundamental I: Formação Docente. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm Editora Ltda, 2009.</p> <p>PENTEADO, H. D. Metodologia do ensino de história e geografia. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>STRAFORINI, R. Ensinar geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. São Paulo: Annablume, 2004.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>CASTROGIOVANNI, A. C., CALLAI, H. C., KAERCHER, N. A. Ensino de Geografia: práticas e contextualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2009.</p> <p>CARLOS, Ana Fani A. (org.) etalli. Geografia em sala de aula:práticas e reflexões. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.</p> <p>MENDES, João. Fundamentos e metodologia do ensino de geografia. Editora Fael, 2010.</p> <p>REGO, Nelson; MOLI, Jaqueline; AIGNER, Carlos. Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais.Porto Alegre: UFRGS, 2006.</p> <p>SHOKO, Kimura. Geografia no ensino básico – questões e propostas. São Paulo: Contexto, 2008.</p>

6º Período
Disciplina: Metodologia da Educação Infantil – Carga Horária: 75 horas
Ementa: Aspectos teóricos que orientam a ação docente. Diagnóstico dos componentes metodológicos envolvidos. Organização do tempo e do espaço. Utilização das várias linguagens. Adaptação da criança à escola. Planejamento didático em educação infantil: introdução, justificativa, objetivos, conteúdos específicos, etapas previstas, coleta e análise de dados.
Referências Bibliográficas BÁSICA DE VRIES, Rheta e ZAN, Bety. Ética na Educação Infantil: o ambiente sócio-moral na escola. Porto Alegre: Artmed, 1998. HORN, Maria das Graças S. Sabores, Cores, Sos, Aromas: a organização dos espaços na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004. OLIVEIRA, Zilma Ramos. Educação Infantil: fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005 COMPLEMENTAR ANGOTTI, Maristela. O trabalho Docente na Pré-Escola: revisitando teorias, descortinando práticas. 2. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 2002. BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa e SOLÉ, Isabel. Aprender e ensinar na Educação Infantil. Porto alegre: Artmed, 1999. RIZZO, Gilda. Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. ZABALZA, Miguel. Qualidade em educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 1998.

6º Período
Disciplina: Metodologia da Pesquisa em Educação – Carga Horária: 45 horas
Ementa: Normas técnicas para trabalhos científicos. A produção de fichamentos, resumos e sínteses através de uma abordagem crítica. Coleta de dados e pesquisa de campo. Lógica e argumentação científica. Classificação das pesquisas e suas abordagens: quantitativa, qualitativa e pesquisa participante. A elaboração de projetos. A produção de relatórios. Espaço de introdução do educando às linguagens de acesso às diferentes fontes de produção da pesquisa educacional: biblioteca, meios informatizados, leitura, interpretação e produção de textos e artigos com diferentes abordagens. O método científico e a prática da pesquisa.
Referências Bibliográficas BÁSICA COSTA, C.B.G. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (Org.). Normas e padrões para elaboração de trabalhos acadêmico-científicos, monografias e teses (ABNT) . Muzambinho, 2006. MEDEIROS, J.B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. COMPLEMENTAR BARROS, A. J. S. B.; LEHFELD, N. A. S. Fundamentos da metodologia científica . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2007. BRANDÃO, C. R. Pesquisa participante . 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. FAZENDA, I. Metodologia da pesquisa educacional . 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010. MARCONI, M. A Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatórios. 7. ed. São Paulo: Ática, 2011. SANTOS, A.R. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

7º Período
Disciplina: Alfabetização e Letramento II – Carga Horária: 75 horas
Ementa: A apropriação da linguagem escrita. Pressupostos teórico-epistemológicos na alfabetização. Relações entre alfabetização, construção do conhecimento e letramento. Oralidade e função social da escrita. Interdisciplinaridade.
Referências Bibliográficas BÁSICA CAGLIARI, L. C. Alfabetização e lingüística . 10. ed. São Paulo: Scipione, 2002. SOARES, M. B. Alfabetização e letramento . São Paulo: Contexto: 2003. TEIXIDÓ, M. M.; MORILO, M. M.; CURTO, L. M. Escrever e ler: como as crianças aprendem e como os professores podem ensiná-las a escrever e a ler . V. 1. Porto Alegre: Artmed, 2000. COMPLEMENTAR BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: adaptações curriculares . Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999 KAUFMAN, A. M.; CASTEDO, M. Alfabetização de crianças: construção e intercâmbio – experiências pedagógicas na educação infantil e no ensino fundamental . 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998 MORAIS, A. G. de. Ortografia: ensinar e aprender . 4. ed. São Paulo: Ática, 2000. TEIXIDÓ, M. M. Escrever e ler: materiais e recursos para a sala de aula . V. 2. Porto Alegre: Artmed, 2000. WEISZ, T. Por trás das letras . São Paulo: FTD, 1992.

7º Período
Disciplina: Metodologia do Ensino de História – Carga Horária: 60 horas
Ementa: O ensino da História e suas implicações no processo educativo. História na Sala de Aula. A realidade do ensino de História no Brasil. Alternativas metodológicas e elementos didáticos no ensino de História.
Referências Bibliográficas BÁSICA BITTENCOURT, Circe M. F. O saber histórico em sala de aula. São Paulo: Contexto, 1998. BORGES, Vavy P. O que é História? São Paulo: Brasiliense, 1980. PINSKY, Jaime. O ensino de historia e a criação do fato. São Paulo: Contexto, 1997. COMPLEMENTAR BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC – Parâmetros Curriculares Nacionais: história, 1998. BITTENCOURT, Circe M.F. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004. BLOCH, Marc Leopold Benjamim. Apologia da história, ou, o ofício de historiador. São Paulo: Zahar, 2001. HOBSBAW, Eric. Era dos Extremos: o breve Século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. KARNAL, Leandro. História na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2004.

7º Período
Disciplina: Diversidade e Educação – Carga Horária: 60 horas
<p>Ementa: Educação para as relações étnico-raciais. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e sociais. Cultura afro-brasileira e indígena. Políticas de ações afirmativas e discriminação positiva: a questão das cotas.</p>
<p>Referências Bibliográficas</p> <p>BÁSICA</p> <p>ANDRÉ, M. Pedagogia das diferenças na sala de aula. 7. Ed. Campinas: Papirus, 2006.</p> <p>DINIZ, M.; VASCONCELOS, R.N. Pluralidade cultural e inclusão na formação de professores e professoras. Belo Horizonte: Editora Formato, 2004.</p> <p>RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BRASIL. MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais: primeira a quarta série: temas transversais: pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília, MEC/SEF, v. 2, 2. Ed. 2000.</p> <p>FARIAS, P.S.; PINHEIRO, M.L. Novos estudos em relações étnico-raciais. São Paulo: Contra Capa, 2014.</p> <p>FÁVERO, O.; IRELAND, T.D. Educação como exercício de diversidade. Brasília: Unesco, 2007.</p> <p>LOURO, G.L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S.V. Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.</p> <p>SILVERIO, V.R.; MATTIOLI, E.A.K. Relações étnico-raciais: um percurso para educadores. São Carlos: EDUFSCAR, 2013.</p>

7º Período
Disciplina: Elaboração de Projetos de Pesquisa – Carga Horária: 60 horas
<p>Ementa: Refletir o método científico; analisar os caminhos necessários para cumprir os objetivos determinados em uma pesquisa; auxiliar o discente no rigor científico necessário para o estudo de seu respectivo objeto de estudo; proporcionar maior excelência na produção escrita, nos seminários, nas resenhas e, por fim, na projeção do artigo que fechará este curso de pós-graduação.</p>
<p>Referências Bibliográficas BÁSICA</p> <p>CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.</p> <p>SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>SEVERINO, Antonio Joaquim. Como ler um texto de filosofia. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2009. 72 p.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002. (www.abnt.org.br)</p> <p>CORRÊA, E. José; VASCONCELOS, Mara & Souza, M. S. de Lemos. Iniciação à metodologia científica: participação em eventos e elaboração de textos científicos. Belo Horizonte, UFMG, 2011. <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/147?show=full>.</p> <p>ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 12. ed.. SP: Perspectiva, 1995.</p> <p>MAIA, Paulo Leandro. O abc da metodologia: métodos e técnicas para elaborar trabalhos científicos (ABNT). 3. ed. São Paulo: Universitária de Direito, 2011. 136 p</p> <p>SEVERINO, Antonio Joaquim. Como ler um texto de filosofia. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2009. 72 p.</p>

7º Período
Disciplina: Política e Organização da Educação Básica – Carga Horária: 60 horas
<p>Ementa: O Público, o Estatal e o Privado na educação brasileira. Estrutura e Funcionamento da Educação Básica: impasses e perspectivas das políticas educacionais. Organização dos sistemas de ensino. Políticas públicas educacionais e legislação de ensino: a Lei nº 9.394/96 e suas implicações nos diferentes níveis de modalidade de ensino.</p>
<p>Referências Bibliográficas</p> <p>BÁSICA BRANDÃO, Carlos da Fonseca. LDB passo a passo: Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei n. 9.394/96 comentada e interpretada, artigo por artigo. 5. ed. rev. atual. São Paulo: Avercamp, 2015. (broch.). LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2013. (Docência em formação saberes pedagógicos). SAVIANI, D. Educação brasileira: estrutura e sistema. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>AMARAL, Nelson Cardoso. Para compreender o financiamento da educação básica no Brasil. Brasília: Liber Livro, 2012. (Coleção formar). BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o manifesto. Brasília: MEC, 2014. JEFFREY, Debora Cristina; AGUILAR, Luis Enrique (Org.). Política educacional brasileira: análises e entraves: (níveis e modalidades). Campinas: Mercado de Letras, 2012. MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho). VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Política educacional no Brasil: introdução histórica. 3. ed. Brasília: Liber Livro, 2011.</p>

8º Período
Disciplina: Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação – Carga Horária: 45 horas
Ementa: Tecnologias: instrumentais, intelectuais e educacionais; Espaços diferenciados de aprendizagem; Mídias na Educação; Informática na Educação; Softwares Educacionais; Objetos de Aprendizagem; Redes Virtuais de Aprendizagem.
Referências Bibliográficas BÁSICA COX, K. K. Informática na educação escolar . Campinas: Autores Associados, 2003. OLIVEIRA, Ramos de. Informática educativa: dos planos e discursos a sala de aula . Campinas, Papyrus, 1997. SOBRAL, A. V. Internet na escola: o que é? Como se faz? 3. ed. Rio de Janeiro: Loyola, 2002. COMPLEMENTAR MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Novas tecnologias e mediação pedagógica . 19. ed. Campinas: Papyrus, 2012. FERRETI, C. J.; FRANCO, M. L.; ZIBAS, D. Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar . 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. MASSETTO, M. T.; MORAN, J. M.; BEHRENS, M. Novas tecnologias e mediação pedagógica . Campinas: Papyrus, 2000. ROSINI, A. M. Novas tecnologias da informação e a educação a distância . São Paulo: Pioneira, 2007. TAJRA, S. F. Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor . São Paulo: Érica, 2012.

8º Período
Disciplina: Fundamentos da Educação Especial – Carga Horária: 60 horas
Ementa: Análise histórica da Educação Especial, contemplando o estudo das políticas públicas para a educação inclusiva. Estudo sobre os sujeitos do processo da educação inclusiva com ênfase na aprendizagem. Análise da organização e estrutura de currículos e conteúdos programáticos utilizados na educação especial.
Referências Bibliográficas BÁSICA BEYER, Hugo Otto. Inclusão e avaliação na escola de educandos com necessidades educacionais especiais. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2006. PADILHA, Ana Maria. Práticas Pedagógicas na Educação Especial. São Paulo: Ed. Aut. Assoc, 2005. MAZZOTTA, M. J. S., Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas, 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011. COMPLEMENTAR BRASIL, Lei nº13.146 de 6 de julho/2015. Estatuto da Pessoas com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm . CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. Belo Horizonte: Mediação, 2004. FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. Educação Inclusiva. Rio de Janeiro: Dp&a, 2003. GONZÁLES, E. (Colab.). Necessidades educacionais específicas, intervenção psicoeducacional. Porto Alegre: Artmed, 2007. Disponível em: http://ares.bvirtual.com.br/editions/790-necessidades-educacionais-especificas . dp?search_id=3392405&search_results_type=Edition Acesso em: 02. mar. 2010 MANTOAN, Maria Tereza Égler. Inclusão escolar: o que é? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

8º Período
Disciplina: Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS – Carga Horária: 60 horas
Ementa: Aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - LIBRAS: características básicas da fonologia. O intérprete de Libras e seus principais requisitos. Noções básicas de léxico, morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais. Noções de variação. Praticar LIBRAS: desenvolver a expressão visual-espacial para a docência.
Referências Bibliográficas BÁSICA FIGUEIRA, A. S. Material de Apoio para o aprendizado em LIBRAS. Porto Alegre: mediação, 2011. GESSER, A. LIBRAS: que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009. QUADROS, R.M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. COMPLEMENTAR ALMEIDA, E. C. de.; DUARTE, P. M. Atividades ilustradas em sinais da LIBRAS. São Paulo: Revinter, 2004 CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, W. D. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001. LACERDA, C.B.F. de. Intérprete de LIBRAS. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009. REIS, B. A.C. Dos.; SEGALLA, S. R. ABC em LIBRAS. São Paulo: Panda Books, 2009. SANTANA, A P. Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas. São Paulo:Plexus, 2007.

8º Período
Disciplina: Gestão Escolar – Carga Horária: 45 horas
Ementa: Educação escolar e não escolar. Instituições escolares ou não escolares. Gestão democrática. Papel do gestor. Organização do trabalho pedagógico. Superação da dicotomia entre os aspectos administrativos e pedagógicos da gestão.
Referências Bibliográficas BÁSICA LIBÂNEO, J.C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. rev. e ampl. Goiânia: MF Livros, 2008. LUCK, H. Liderança em gestão escolar. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. PARO, V.H. Administração escolar: introdução crítica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012. COMPLEMENTAR BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho escolar e direitos humanos. Brasília: MEC, 2008. LUCK, H. Gestão participativa na escola. Petrópolis: Vozes, 2006. PRAIS, M.L.M. Administração colegiada na escola pública. 3. ed. Campinas: Papirus, 1994. SANTOS, C.R. A gestão educacional e escolar para a modernidade. São Paulo: Cengage Learning, 2009. SILVA, A.M.M. et al. Educação formal e não formal, processos formativos e saberes pedagógicos: desafios para a inclusão social. Recife: ENDIPE, 2006.

8º Período
Disciplina: Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Carga Horária: 45 horas
<p>Ementa: Aspectos históricos da educação de jovens e adultos (EJA) do Brasil. A educação de adultos nas Campanhas de educação de massa. Concepção freireana de Educação: educação bancária, educação problematizadora e dialogicidade. Pressupostos teórico-metodológicos da educação de jovens e adultos. Análise da EJA como instrumento de inclusão social, considerando as formas de atuação dos docentes nos primeiros anos do ensino fundamental e a especificidade do trabalho com jovens e adultos.</p>
<p>Referências Bibliográficas</p> <p>BÁSICA</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 55. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.</p> <p>PAIVA, V.P. História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.</p> <p>SOARES, L.; GIOVANETTI, M.A.G.C.; GOMES, N.L. Diálogos na educação de jovens e adultos. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 5840, de 13 de julho de 2006. Institui no âmbito federal o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer nº 11 de 10 de maio de 2000.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Resolução do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica nº 01 de 5 de Julho de 2000.</p> <p>GADOTTI, M.; ROMÃO, J.E. Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>VÓVIO, C.L.; IRELAND, T.D. Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. 2. ed. Brasília: MEC, 2008.</p>

8º Período
Disciplina: Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso – Carga Horária: 35 horas
<p>Ementa: A dialética da pesquisa em educação: escolha, delimitação e abordagem teórico-metodológica do tema de pesquisa e sua reelaboração constante. Pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa. Orientação do trabalho final de graduação: abordagem teórica, organização, coerência, finalização do trabalho de pesquisa. Reflexão sobre o papel do orientador e o papel do orientando no processo de elaboração da monografia. Debates dirigidos sobre questões relacionadas à plágio, direitos autorais, pesquisas em internet (qualidade <i>versus</i> quantidade). Apresentação e defesa.</p>
<p>Referências Bibliográficas BÁSICA</p> <p>FAZENDA, I. C. A. Metodologia da pesquisa educacional. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.</p> <p>_____. Avaliação qualitativa. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>BARROS, A. J. S. B.; LEHFELD, N. A. S. Fundamentos da metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2007.</p> <p>FAZENDA, I. C. A. Metodologia da pesquisa educacional. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>MARCONI, M. A Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatórios. 7. ed. São Paulo: Ática, 2011.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>TRIVINOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.</p>

12. POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO

Uma política de aquisição do acervo é importante tendo em vista que os cursos na modalidade a distância estão igualmente submetidos aos processos de avaliação e reconhecimento do MEC.

No entanto, vale corroborar Robson Santos da Silva (2013, p.24), para quem a legislação brasileira para a EaD “ainda é um grande obstáculo não só para separar a EAD das demais questões educacionais, mas também por fazer com que ela seja estruturada com base nas práticas já estabelecidas na educação presencial, não atendendo assim aos aspectos didático-pedagógicos que lhe são peculiares”.

Isso fica patente quando se analisa o Instrumento MEC/INEP de Avaliação dos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, que propõe para atribuição de conceito 5:

[...] bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, disponível na proporção média de um exemplar para menos de 5 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES (MEC/INEP, 2015, p.30).

Portanto, no caso do curso em questão, com previsão de oferta de trezentas (300) vagas anuais, trinta e cinco (35) componentes curriculares principais, com três (3) referências básicas cada e um exemplar para cada cinco (5) educandos, têm-se o total de seis mil e trezentos (6.300) exemplares a serem distribuídos nos três polos de apoio presencial.

Quanto à bibliografia complementar não há exigência de que os títulos sejam impressos ou estejam presentes no acervo da biblioteca do campus proponente e nos polos do curso.

Portanto, uma ação inicial realizada foi a de orientar os docentes do NDE do curso de Pedagogia EaD, quando do processo de escolha das referências bibliográficas, a se utilizarem do acervo presente nas bibliotecas do IFSULDEMINAS, sobretudo do campus proponente e seus polos.

Ao final do processo uma lista do acervo necessário será enviado para consulta junto ao responsável pela biblioteca do campus proponente e polos do curso.

Tal lista, certificada pelo responsável da biblioteca do campus proponente e polos do curso, tornar-se-á um documento elucidativo dos títulos constantes e ausentes no acervo, bem como um instrumento norteador da política de aquisição de novos títulos pelo campus proponente e seus polos. Para tanto, será realizado um pedido formal de aquisição dos títulos pelo NDE e o campus/polos terão dois/três anos para se organizar o orçamento e adquirir o acervo necessário.

12.1. Bibliotecas dos Polos de Apoio Presencial

Os educandos que buscam os pólos de apoio presencial para ter suporte as suas necessidades de ensino-aprendizagem precisam das bibliotecas e, conseqüentemente, do profissional bibliotecário. Logo, este educando deverá encontrar a infraestrutura necessária para um atendimento eficiente e eficaz de suas demandas de conhecimento, já que os polos funcionam como extensão do IFSULDEMINAS.

O MEC estabelece os critérios para o funcionamento das bibliotecas nos polos de apoio presencial. O documento “Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância” estabelece que os mesmos cursos devam ter em sua infraestrutura de apoio polos com uma biblioteca contendo: “[...] um acervo mínimo para possibilitar acesso dos estudantes à bibliografia, além do material instrucional utilizado pelo curso; sistema de empréstimo de livros e periódicos ligados à sede da IES para possibilitar acesso à bibliografia mais completa, além do disponibilizado no polo (BRASIL. Ministério da Educação, 2007, p.19)

Ainda de acordo com o documento em questão, é importante quem as bibliotecas dos polos possuam acervo atualizado, amplo e compatível com as disciplinas ministradas nos cursos ofertados. Seguindo a concepção de amplitude de meios de comunicação e informação da educação à distância, o material oferecido na biblioteca deve ser disponibilizado igualmente em diferentes mídias. É importante também que a biblioteca esteja informatizada, permitindo que sejam realizadas consultas online, solicitação virtual de empréstimos dos livros, entre outras atividades de pesquisa que facilitem o

acesso ao conhecimento. Além disso, a biblioteca deve dispor em seu espaço interno de salas de estudos individuais e em grupo (BRASIL. Ministério da Educação, 2007, p. 26).

Todos os serviços supracitados são possíveis de ser oferecidos pelas bibliotecas do campus proponente e dos polos do curso. De qualquer modo, uma solicitação formal das necessidades de atendimento dos estudantes foi enviada à coordenação de bibliotecas do IFSULDEMINAS e aos Diretores Gerais dos campi envolvidos, de modo a fomentar ações e práticas no sentido de atender à legislação e aos referenciais de qualidade exigidos.

13. METODOLOGIA

Como ensinar na educação a distância, por meio de atividades assíncronas e/ou por meio de uma sincronia mediada por tecnologias de informação e comunicação?

Uma resposta a esta pergunta passará ao largo do tradicional modelo “explicar a matéria - aplicar o exercício”, já criticado no âmbito da educação presencial.

Na EaD, é possível – e preciso – pensar em metodologias que ultrapassem este modelo, sobretudo diante de uma realidade de educandos-trabalhadores, público que predomina nos cursos a distância. Os “estudos de caso”, por exemplo, constituem uma excelente alternativa: dão o problema primeiro e exigem o estudo em sequência.

Nos encontros presenciais obrigatórios a diversificação das metodologias será incentivada, tais como seminários, trabalhos de campo, pesquisas em bibliotecas, seminários entre outros, de modo a se evitar o abuso da aula expositiva. Isso não significa dizer que a aula expositiva não seja necessária, mas de fomentar a aula expositiva dialogada que permite, com maior sucesso, a participação e envolvimento dos educandos.

Já na perspectiva das atividades à distância, o discente será informado sobre os processos acadêmicos previstos para a modalidade a distância, bem como dos mecanismos de comunicação e de interação disponibilizados.

Nesse sentido, além das capacitações e formações específicas para a EaD realizadas em disciplinas específica no primeiro semestre e ao longo do curso nas Práticas como Componentes Curriculares (PCC), um Guia do Educando/Disciplina será oferecido aos estudantes.

Nele, descrevem-se as metodologias empregadas com o uso das TIC's e as estratégias que possibilitam aos educandos construir ativamente o conhecimento; descrevem também o ambiente virtual de aprendizagem (AVA) e os recursos disponíveis aos discentes; igualmente, informam as práticas pedagógicas que serão desenvolvidas pelos professores no decorrer do curso e sua coerência com a metodologia prevista/implantada.

Os recursos disponibilizados no AVA e sua escolha serão orientados por um Designer Instrucional e buscarão atender aos diferentes perfis de aprendizagem, a saber:

Ativos: Tendem a reter e compreender melhor a informação participando ativamente de alguma atividade, discutindo, ou explicando para outros. Gostam do trabalho em grupo.

Reflexivos: Preferem refletir calmamente sobre a informação; podem ser mais lentos para iniciar uma atividade e gostam do trabalho individual ou em equipe.

Sensoriais: Gostam de resolver problemas através de procedimentos bem estabelecidos e não apreciam complicações e surpresas. Tendem a ser práticos e cuidadosos e não gostam de disciplinas que não têm uma conexão aparente com o mundo real.

Intuitivos: Preferem descobrir possibilidades e interrelações; gostam de inovação e não apreciam a repetição. São rápidos, criativos e apreciam a variedade.

Visuais: Lembram-se mais do que viram e preferem as representações visuais, como quadros, gráficos, vídeos e demonstrações.

Verbais: Tiram mais proveito das explanações escritas e faladas; gostam de ouvir e de tomar notas. Materiais de apoio impressos são úteis para eles; repetem as palavras, falando ou escrevendo; fazem a leitura de suas notas em silêncio e transformam diagramas em palavras.

Sequenciais: Constroem conhecimentos em passos lineares, com cada passo derivado do anterior. Tendem a seguir caminhos lógicos e graduais, enfatizando a análise e os detalhes.

Globais: Aprendem em grandes saltos, absorvendo o material sem enxergar conexões e repentinamente compreendem tudo. Precisam do contexto e têm facilidade para juntar elementos. O foco está na síntese e no pensamento sistêmico.

Para tanto, diferentes Tecnologias da Informação e Comunicação serão utilizadas no processo de ensino-aprendizagem.

13.1. Tecnologias da informação e comunicação – TIC's no processo ensino aprendizagem

São recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, com destaque para aquelas disponíveis no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle.

As Tecnologias de Informação e Comunicação previstas no processo de ensino-aprendizagem permitirão a execução do projeto pedagógico do curso

O AVA se define para além de simples repositório de textos, imagens e vídeos, ou mero veículo de transmissão de conteúdos lineares, mas uma mídia composta de ferramentas síncronas e/ou assíncronas que oportunizam novas competências, habilidades, formas de ser e fazer discente e docente.

Nesse sentido, o AVA será construído atendendo aos princípios do Design Instrucional e da Aprendizagem *e-Learning*, permitindo a realização das seguintes atividades, a saber:

Atividades assíncronas (autoinstrucionais e colaborativas): atividades nas quais o discente desenvolve sem horário determinado e dirigido por recursos de ensino e aprendizagem (REAs), tais como efetuar leituras, assistir a vídeo aulas, percorrer objetos de estudos, efetuar pesquisas, participar de fóruns de discussão dentre outras.

Atividades síncronas (interativas e supervisionadas): atividades nas quais os discentes participam, a partir de horários previamente agendados, tendo sua participação e interação supervisionadas pelo docente e/ou

mediador (tutor), que podem ser virtuais (chat, videoconferência ou webconferência) ou ainda presenciais (aulas e avaliações).

Tele aulas: síncronas (aula com horário previamente agendado e com a participação dos discentes) e assíncronas (aulas gravadas para serem assistidas pelos discentes sem horário previamente agendado).

Para cumprir os objetivos mínimos previstos é necessário que o AVA contenha recursos mínimos de atividades e que os docentes as utilizem diversificadamente, tais como aquelas presentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, que é o AVA escolhido para a oferta do curso. Destacam-se, dentre outros:

– **Referendo**: atividade que permite ao docente realizar sondagens de opinião sobre diversos assuntos. O docente produz uma questão diagnóstica e as opções de resposta das quais os discentes terão que assinalar.

– **Diário**: ferramenta que permite atividades reflexivas. O docente propõe questões para reflexão ou permite que os discentes produzam narrativas livres. Os discentes poderão em qualquer momento continuar ou alterar suas reflexões e os docentes poderão intervir a qualquer momento. Trata-se de uma ferramenta privada na qual apenas o discente autor do diário e o respectivo docente têm acesso ao seu conteúdo.

- **Diálogo**: ferramenta que permite a troca de mensagens entre dois participantes (docente-discente/discente-discente). Desde que a atividade tenha sido criada, qualquer participante pode iniciar um diálogo, convidando alguém para uma conversa assíncrona.

– **Lição**: utilizada quando é necessário transmitir aos discentes informações sobre um assunto complexo organizando-o em tópicos. O assunto é dividido em tópicos menores a serem apresentados por partes e de acordo com uma estrutura de navegação.

– **Glossário**: dicionário que pode ser utilizado para escrever alguns termos relacionados com um determinado assunto. Uma das suas funcionalidades mais importantes é a possibilidade de realçar termos existentes no glossário ao aparecerem num recurso ou atividade da página (hiperlinks).

– **Trabalho**: permite ao docente agendar /propor a realização de tarefas que envolvam a elaboração de algum produto em formato digital a ser submetido na plataforma em prazo definido. As tarefas mais comuns neste tipo

de atividade incluem artigos, ensaios, projetos e relatórios. O docente dispõe de um campo para comentar cada trabalho.

– **Inquérito**: o moodle disponibiliza Inquéritos orientados para o conhecimento das atitudes e práticas relativamente à aprendizagem on-line.

– **Questionário**: permite ao docente criar testes objetivos com diferentes tipos de perguntas (múltipla escolha; verdadeiro/falso; respostas curtas). Os questionários e as perguntas ficam registados na base de dados para reutilização em diferentes cursos e contextos. Na construção de um questionário, o professor pode fazer algumas escolhas, como mostrar ou não os resultados no final do questionário.

– **Workshop**: atividade de avaliação entre pares (participantes) com uma vasta gama de opções. Os participantes podem avaliar os projetos e trabalhos de outros participantes.

– **Fórum**: forma de interação e comunicação assíncrona fundamental em ambiente de aprendizagem a distância. É nos fóruns que tem lugar o debate, a partilha de ideias e o esclarecimento de dúvidas. Um fórum pode ser configurado para que os educandos sejam automaticamente inscritos na discussão, o que significa que receberão cada mensagem colocada no fórum na sua caixa de e-mail.

– **Chat**: chat ou conversa síncrona permite aos participantes discutir um tema ou afinar estratégias a distância mas em tempo real. A atividade de Chat pode ser agendada e associada apenas a determinada sessão com objetivos definidos ou constituir um espaço aberto, informal, sempre disponível. Um aspecto importante para o docente é a possibilidade de manter em arquivo o conteúdo das conversas realizadas.

– **Wiki**: página web que pode ser editada colaborativamente, ou seja, qualquer participante pode inserir, editar, apagar textos. Oferece suporte a processos de aprendizagem colaborativa. As versões antigas são arquivadas e podem ser recuperadas a qualquer momento.

13.2. Mecanismos de interação e tutoria

Não basta garantir as estruturas tecnológicas de TIC, ao contrário, elas devem ser efetivas na comunicação dos envolvidos. Portanto, para

além da descrição do AVA, importa descrever os mecanismos de atendimento ao público e as estratégias utilizadas para motivar estudantes, tutores e professores a promoverem ensino-aprendizagens colaborativas no AVA.

Uma estratégia é a oferta de uma disciplina específica de Ambientação, com o título de *Educação Aberta e a Distância*, que não irá se restringir ao ensino das condições de acesso e introdução ao Moodle, além da produção do Guia de Curso/Estudo aos educandos, já referenciados.

Além disso, busca-se introduzir novas formas de interação capazes de realizar um acompanhamento efetivo dos estudantes, evitando sua evasão. Para tanto, os tutores (professores mediadores) são essenciais, pois tem o mérito de estabelecerem uma comunicação permanente e continuada em diferentes espaços geográficos e tempos, de modo a possibilitar ao discente a aquisição de conhecimentos e habilidades, bem como desenvolver a sociabilidade, por meio de atividades da comunicação, interação e troca de experiências.

O tutor (professor mediador), no exercício da função auxiliar docente participa ativamente da prática pedagógica. Trata-se de um profissional que deverá ser graduado na área do curso e selecionado pelo campus proponente, no mínimo em número de seis (6), ou seja, dois (2) para cada polo de apoio presencial e com carga horária de trabalho semanal de 20 horas presenciais, incluindo finais de semana.

Os tutores serão responsáveis pela mediação do processo pedagógico com estudantes geograficamente distantes ou presentes nos polos de apoio presencial. São atribuições do tutor a distância, a saber: esclarecer dúvidas; promover espaços de construção coletiva de conhecimentos; selecionar material de apoio e sustentar teoricamente os conteúdos; assistir ou auxiliar o professor nos processos avaliativos de ensino-aprendizagem.

Os tutores deverão também ser devidamente capacitados para utilização das TIC's, atuando por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem, preferencialmente na sede do campus proponente e seus polos.

13.3 Papel do Professor e Papel do Tutor (Professor Mediador)

Sobre a relação do professor com o tutor, o Núcleo Docente Estruturante - NDE do Curso de Pedagogia definiu que o professor deverá fazer uma apresentação da disciplina para o tutor que acompanhará o seu trabalho, pois acredita-se na importância de ter a figura do tutor como co-formador.

O NDE, quanto ao papel do tutor e ao papel do professor, definiu algumas questões: o tutor deverá ser responsável pelos lançamentos de notas no Moodle; já o professor fará o lançamento de notas no WebGiz; o tutor deverá corrigir questões online, apesar de existir alguns questionários que já são fechados e o próprio sistema corrige. O tutor precisa participar de fóruns que são online, portanto, para que o tutor realize correções nos fóruns são necessários alguns esclarecimentos por parte dos professores; o tutor também deverá realizar correções de provas escritas desde que tenha um roteiro elaborado pelo professor para que fique claro o que deve ser considerado na correção; todos os professores de cada semestre deverão realizar uma reunião com o tutor; toda a comunicação do professor com o tutor deve ocorrer por meio do Moodle para que fique tudo registrado; o professor é responsável pela elaboração da apostila e do guia da disciplina; o professor é responsável em elaborar as questões da prova presencial bem como do gabarito e encaminhar ao tutor para aplicação; o professor deverá elaborar três provas, sendo uma para aplicar normalmente, uma segunda prova que seria uma forma de “segunda chance” para quem não atingiu a nota e uma terceira prova para aqueles educandos que faltaram no dia da avaliação presencial; o professor da disciplina deve participar de pelo menos uma videoconferência ou webconferência. O NDE definiu ser importante o professor marcar um fórum para esclarecer dúvidas dos educandos antes das provas.

13.4 O Design Instrucional

O curso de Licenciatura em Pedagogia contará com o apoio de um profissional com formação específica em “Design Instrucional”. Este profissional auxiliará os docentes nas suas atividades e processos em termos

de formas e funcionalidade. Ele cuidará do *layout* tanto do material quanto do ambiente virtual de aprendizagem.

Seu papel é facilitar o caminho dos participantes no processo de aprendizagem. É fazer com que eles, vejam sentido nas novas informações que estão recebendo.

13.5 Os encontros presenciais obrigatórios

Haverá, no mínimo, um encontro presencial obrigatório por disciplina e este ocorrerá no último sábado de cada disciplina. A finalidade deste encontro presencial é proporcionar um momento de atividades avaliativas que correspondam a um trabalho coletivo e a realização da avaliação individual presencial.

Assim, para cada disciplina deverá ocorrer, no mínimo, um encontro presencial para a realização de trabalhos em grupo e avaliação presencial que será aplicada pelo tutor, portanto, o número de disciplinas será o número de encontros presenciais.

- Aula Inaugural do Curso

No início do curso haverá uma aula inaugural na qual os docentes serão convidados a participar. A presença de DDE's e CGE's, do Coordenador do Curso e dos professores do NDE do Campus também se fará necessária. Nesta aula inaugural, que também poderá ocorrer por videoconferência, é importante que os DDE's e CGE's façam uma explanação sobre a instituição e o "Educando de EaD"; que o Coordenador do Curso explique a estrutura pedagógica do Curso e, que os docentes convidados falem sobre suas disciplinas.

Assim, os trezentos educandos deverão se reunir com seus tutores em seus respectivos Pólos. Os tutores devem aproveitar o máximo a presença dos educandos nos Pólos para ensinar a logar, esclarecer as dúvidas, treinar esses educandos para a utilização da plataforma. Neste dia o educando receberá o material impresso referente ao primeiro semestre: Guia Geral do Curso,

Materiais impressos das disciplinas (Apostila e Guia da Disciplina). O tutor distribuirá o material aos educandos.

14. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Ao instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, a Resolução nº 2, de 1º de Julho de 2015, prevê no Art. 1º: *princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam* (BRASIL, 2015, p.2).

Com o intuito de garantir aos docentes a formação plena para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e os processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, a Resolução nº 2, de 1º de Julho de 2015, define uma base comum nacional quanto à estrutura e currículo dos cursos de licenciatura, destacando a obrigatoriedade para o cumprimento do Estágio Curricular Supervisionado:

(...) II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

(...) § 6º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico. (BRASIL, 2015, p. 2).

Segundo Tardif (2002, p. 13), os professores possuem, desenvolvem e adquirem saberes variados, provenientes de suas experiências pessoais e profissionais. Os conhecimentos curriculares adquiridos na universidade, ou seja, na formação inicial, assim como os didático-pedagógicos que advém da

formação profissional são entendidos como cultura pessoal que constituem sua prática pedagógica.

Quanto à formação inicial do professor, o mesmo deve compreender que assumir-se como sujeito também da produção do saber, desenvolvendo a concepção de que ensinar não é apenas transmitir conhecimento, mas articular vários conhecimentos e criar possibilidades para sua produção ou construção constitui um dos saberes indispensáveis para sua prática docente (RAYMUNDO, 1996, p.364).

O Estágio Curricular Supervisionado, constitui um terreno fértil para a construção de saberes que permitirão ao futuro docente estruturar sua prática pedagógica, por meio da articulação de fundamentos teóricos, metodológicos e práticos adquiridos nas disciplinas do curso de licenciatura em pedagogia, assim como, viabilizar a relação próxima do futuro pedagogo com o ambiente que envolve seu cotidiano; assim, *a partir desta experiência os acadêmicos começarão a se compreenderem como futuros professores, pela primeira vez encarando o desafio de conviver, falar e ouvir, com linguagens e saberes distintos do seu meio, mais acessível à criança.* (PIMENTA, 1997).

Elemento indispensável na formação docente, o estágio supervisionado constitui o currículo do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, modalidade à distância do Instituto Federal do Sul de Minas e é regido pelas Normas de Estágio Curricular Supervisionado oferecido pelo IFSULDEMINAS em consonância com a Lei nº 11.788/08. Este deverá ser realizado junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, obrigatoriamente em instituições de ensino, sob a supervisão de um professor habilitado desta. O discente poderá iniciar suas atividades de estágio a partir do 5º (quinto) período do curso, com professor supervisor definido e com carta de aceite assinada.

A carga horária total do estágio supervisionado compreenderá 400 (quatrocentas) horas, sendo estas organizadas entre a Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e a gestão destes e dos anos intermediários e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, regular ou EJA, distribuídas entre atividades de orientação, observação, pesquisa e regência, conforme Quadro 01.

Segundo a Resolução nº 2, de 1º de Julho de 2015, Art. 15, parágrafo 7, os portadores de diploma de licenciatura com exercício comprovado no magistério e exercendo atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 100 (cem) horas (BRASIL, 2015, p. 13).

Caso o acadêmico realize estágio não obrigatório antes do 5º (quinto) período e este não será contabilizado como horas de estágio obrigatório.

Quadro 01 – Organização da distribuição de horas de Estágio Curricular Supervisionado em seus respectivos semestres.

Disciplinas	Semestres e quantidade de horas de estágio por disciplina			
	5º	6º	7º	8º
Alfabetização	30	30	-	-
Artes	15	15	-	-
Ciências	-	10	20	-
Educação Física	15	15	-	-
Gestão Escolar	-	-	35	35
Língua Portuguesa	20	20	20	-
Geografia	-	10	20	-
História	-	10	20	-
Matemática	20	20	20	-
Total por semestre	100	130	135	35

Legenda:

Nível de Ensino	Cor
Educação Infantil.	
Anos iniciais do Ensino Fundamental – 1º, 2º e 3º anos.	
Anos iniciais do Ensino Fundamental – 4º e 5º anos.	
Ensinos Fundamental I e II e Médio – Regulares ou EJA.	

As atividades vinculadas ao estágio supervisionado devem compreender desde a **observação** nas unidades escolares no que concerne às reuniões pedagógicas e de pais, assim como da prática pedagógica de professores já atuantes em sala de aula para as devidas problematizações. A análise de planos de ensino, projetos político pedagógicos, currículos oficiais da educação infantil, ensinos fundamental e médio, resultados das avaliações em larga escala, viabilizaram o entendimento de questões relacionadas à gestão

escolar.

Quanto à **regência**, os futuros professores deverão realizar um trabalho de pesquisa e planejamento, devidamente orientados pelos coordenadores de estágio, a fim de desenvolver em sala de aula atividades que os permitam vivenciar práticas de ensino inovadoras e que estejam à luz dos fundamentos teórico-metodológicos trabalhados durante o curso de pedagogia (articulação com as disciplinas). Serão levadas em consideração, as horas destinadas à pesquisa e planejamento das aulas que serão ministradas nas diferentes áreas do conhecimento, conforme determinação conjunta dos coordenadores de estágio dos polos, assim como a quantidade de horas de observação e regência.

O estágio supervisionado será avaliado por meio de fichas de registro contendo itens fundamentais da **observação** em sala de aula ou na instituição de ensino: local de realização do estágio, endereço, telefone, quantidade de horas realizadas e suas respectivas datas, atividades observadas e assinatura do professor e diretor da escola. Quanto à **regência**, será avaliado relatório final contendo: plano de aula, narrativa elaborada a partir da execução da aula, sistematização das impressões do futuro professor quanto a suas observações e regência.

As fichas e relatórios terão seus formatos definidos pelos coordenadores de polos também em parceria.

Vale ressaltar que a **observação** e a **regência** serão realizadas na Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), somadas às questões de análise da gestão escolar, estas por sua vez, devem se estender da Educação Infantil até o Ensino Médio, regular ou EJA.

Os coordenadores de polo serão contratados mediante abertura de edital e deverão ter formação específica em pedagogia, com especialização na área de educação.

A realização do estágio dar-se-á mediante termo de compromisso celebrado entre o acadêmico e a parte concedente, com interveniência obrigatória da Instituição de Ensino. Entende-se por parte concedente, escolas de educação infantil, ensino fundamental ou médio, privadas, municipais ou estaduais. O estágio não gera vínculo empregatício de qualquer natureza.

15. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)/ ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Conforme a Resolução nº 2/2015, para os cursos de formação docente, compreendemos que as atividades acadêmicas, científicas e culturais complementares à formação são aquelas previstas no Núcleo de Estudos Integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em:

[...] a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição; b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos; c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC; d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social. (Resolução CNE/CP 02/2015, p. 10)

Dessa forma, tais atividades não se resumem a ações de naturezas didática e acadêmica, envolvendo práticas socioculturais que estejam, de algum modo, relacionadas à formação do docente. Entende-se que, também no Ensino Superior, os discentes devem estar imersos em atividades que contribuam tanto para sua formação cidadã, quanto para a sua prática profissional, principalmente porque, os professores a serem formados serão os educadores futuros. As atividades aqui consideradas se revestem, portanto, de singular relevância para a complementação da formação do pedagogo.

Essas atividades, que totalizam 200 horas, são obrigatórias, e podem ser realizadas pelos graduandos durante o período de integralização do curso, devendo ser devidamente comprovadas por meio da apresentação de certificados ou declarações, relatórios, cuja veracidade deverá ser passível de verificação.

O(A) discente deverá comprovar, mediante a programação ajustada com a Coordenação de AACC, e sob acompanhamento e supervisão desta, atividades complementares extra-classes, que perfaçam a duração

estabelecida na estrutura curricular, concernente às seguintes categorias/modalidades:

I - Iniciação Científica

II - Pesquisa Orientada

III - Eventos na Área de Educação

IV - Atividades de Extensão

V - Monitoria

VI - Gestão ou Representação Estudantil

VII - Laboratório de Informática ou de Idiomas

VIII - Atividades de aperfeiçoamento e enriquecimento cultural de cunho educacional

Segue abaixo o Regulamento das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC)/ Atividades Complementares (AC) do curso de Licenciatura em Pedagogia – modalidade EaD.

15.1 Regulamento das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC)/ Atividades Complementares

As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais constituem um conjunto de ações que o educando realiza, perfazendo um total de 200 (duzentas) horas, visando enriquecer a formação acadêmica oferecida pelo curso de Pedagogia. A ideia subjacente é que a formação do pedagogo não se resume ao conhecimento que é apresentado no âmbito escolar. O graduando, sujeito de sua própria formação, deve procurar outras maneiras de agregar elementos à constituição de sua pessoa e de seu ser profissional.

O regulamento, abaixo descrito, orienta as atividades do curso de Pedagogia no sistema Superior à Distância.

I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este regulamento dispõe sobre o regime de atividades complementares próprias do Curso de Pedagogia à Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais e estabelece a sua forma de realização, atendendo à normatização da CP 02 de fevereiro de 2002/CNE e publicadas no DOU de 04.03.2002, Resoluções do MEC.

Art. 2º Compreende-se como atividade complementar aquela acadêmico-científico-cultural especificada ou não, na organização curricular do curso de Pedagogia EaD que visa complementar a formação do acadêmico de acordo com o perfil profissiográfico do graduando.

Art. 3º As atividades complementares devem atender integralmente à legislação e estar articuladas com os objetivos da IFSULDEMINAS e do Curso de Pedagogia EaD.

Art. 4º As atividades complementares previstas e quantificadas na organização curricular serão cumpridas nas formas e condições descritas neste regulamento, abrangendo as seguintes modalidades: extensão, eventos na área de educação, pesquisa e iniciação científica, monitoria, participação em congressos apresentando trabalhos, frequentando cursos, mini-cursos, "workshops" e/ou como ouvinte, representação estudantil, laboratórios de informática e/ou de idiomas, atividades de aperfeiçoamento e enriquecimento cultural de cunho educacional e em consonância com o perfil profissiográfico do curso.

Art. 5º A escolha e a validação das atividades complementares deverão objetivar a flexibilização do currículo pleno e a contextualização do processo ensino-aprendizagem, propiciando ao acadêmico a ampliação epistemológica, a diversificação temática e o aprofundamento interdisciplinar como parte do processo de individualização da sua formação acadêmica.

II- DO ÓRGÃO GESTOR

Art. 6º. A Coordenação de AAC será o órgão responsável pela administração do regime de atividades complementares e cumprimento das normas regimentais e regulamentares aplicáveis.

Art. 7º. Cabe à Coordenação de AACC:

- I - coordenar e controlar a oferta e atendimento das diversas modalidades de atividades complementares do Curso;
- II - acompanhar a execução das programações específicas por modalidades;
- III - validar a participação discente nas atividades complementares;
- IV - registrar e gerenciar, para efeitos curriculares, as bases de dados sobre a participação e avaliação de cada discente do curso;

III – DA VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 8º. O conjunto das atividades complementares será desenvolvido observando o limite global mínimo de 200 (duzentas) horas e específico de carga horária por modalidade durante o curso regular, inclusive habilitação específica, conforme a discriminação constante da respectiva organização curricular e as normas estabelecidas no presente documento.

Art. 9º. Serão consideradas válidas, as atividades complementares oferecidas pelo IFSULDEMINAS, bem como aquelas em parceria ou co-patrocínio com outras instituições, desde que articuladas como o perfil profissiográfico do curso.

Parágrafo único: É vedada a validação de qualquer modalidade de atividade complementar realizada anteriormente ao ingresso do acadêmico no curso, salvo em se tratando de situação de transferência.

IV – DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 10. O (A) discente deverá desenvolver uma programação com duração prevista na organização curricular do Curso de Pedagogia EaD.

Art. 11. A carga horária reservada às atividades complementares será de, no mínimo, 200 (duzentas) horas, desenvolvidas durante o tempo de integralização do curso.

Art. 12. É vedado o cômputo concomitante ou sucessivo, como atividade complementar, de cargas horárias ou conteúdos, trabalhos, atividades ou práticas próprios das disciplinas do currículo pleno, do Estágio Curricular Obrigatório, da Prática do Componente Curricular (PCC) ou ainda os destinados à elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Parágrafo Único - Não serão consideradas a esse efeito as atividades de pesquisa ou extensão e demais modalidades que não estejam expressa e previamente vinculadas ao regime de atividades complementares.

Art. 13. O(A) discente deverá comprovar, mediante a programação ajustada com a Coordenação de AACCC, e sob acompanhamento e supervisão desta, atividades complementares extra-classes, que perfaçam a duração estabelecida na estrutura curricular, concernente às seguintes modalidades:

I - Iniciação Científica

II - Pesquisa Orientada

III - Eventos na Área de Educação

IV - Atividades de Extensão

V - Monitoria

VI - Gestão ou Representação Estudantil

VII - Laboratório de Informática ou de Idiomas

VIII - Atividades de aperfeiçoamento e enriquecimento cultural de cunho educacional

I - iniciação científica:

a) elaboração de estudos ou trabalhos monográficos de iniciação científica, de artigos, ensaios, opúsculos ou similares no campo da educação, de autoria individual comprovada e/ou em equipe, sob orientação de docente e supervisão da Coordenação de AACC, totalizando no máximo 20 (vinte) horas por obra, a juízo da Coordenação;

b) os trabalhos intelectuais, sob qualquer das formas referidas na alínea anterior, que, por sua extensão, valor intrínseco e contribuição doutrinária, tenham sido aceitos e publicados em revista ou seção especializada de periódicos (não computados para efeito da alínea “a”), totalizando no máximo 20 (vinte) horas por obra, a juízo da Coordenação.

II - pesquisa orientada, observado o limite máximo de 40 (quarenta) horas, não se computando as exigidas em cada disciplina específica:

a) elaboração de trabalhos de pesquisa no campo da Educação, sob orientação docente e supervisão da Coordenação de AACC, exceto as exigidas como disciplinas curriculares, na forma da regulamentação específica, totalizando no máximo até 20 (vinte) hora por obra, a juízo da Coordenação do Curso;

b) participação em projetos de pesquisa institucional, inter-institucional ou de iniciativa docente, com supervisão da Coordenação de AACC, devidamente comprovada por certidão ou declaração do órgão responsável, de que conste o aproveitamento e a carga horária efetiva cumprida pelo acadêmico, na forma da regulamentação específica, totalizando no máximo 20 (vinte) horas por obra, a juízo da Coordenação.

III - eventos na área de Educação, patrocinados ou não pelo IFSULDEMINAS, desde que aceitos pela Coordenação de AACC, na forma da regulamentação específica, excetuado o exigido como disciplina curricular, com o mínimo de 50 (cinquenta) horas e o máximo de 100 (cem) horas:

- a) comparecimento em palestras, defesas de teses ou dissertações, em seminários, simpósios, congressos ou conferências e afins, totalizando no máximo 4 (quatro) horas por evento, a juízo da Coordenação;
- b) participação como debatedor em eventos na área de Educação, totalizando no máximo 8 (oito) horas por evento, a juízo da Coordenação;
- c) apresentação de trabalhos, como expositor em eventos na área de Educação (exceto os computados para efeito das alíneas a ou b do inciso 1), totalizando no máximo 10 (dez) horas-aula por evento, a juízo da Coordenação do Curso.

IV - atividades de extensão, com o mínimo de 20 (vinte) horas e o máximo de 60 (sessenta) horas, não se computando para esse efeito as atividades inseridas na programação específica do estágio supervisionado:

- a) participação efetiva em projetos, programas ou serviços de extensão na área de Educação (extensão solidária ou comunitária), como função específica ou associados ao ensino, patrocinados ou não pelo IFSULDEMINAS, mediante a Coordenação de AACC, ou por esta aceito e validado, na forma da regulamentação específica, totalizando no máximo 20 (vinte) horas, a juízo da Coordenação;
- b) participação em atividades ou eventos culturais, patrocinados pelo IFSULDEMINAS ou outra instituição congênere, desde que aprovados pela Coordenação de AACC, na forma da regulamentação específica, totalizando no máximo 20 (vinte) horas, a juízo da Coordenação.

V - monitoria, perfazendo o máximo de 40 (quarenta) horas:

- a) exercício, com proficiência, da função de monitor em disciplina do Curso, comprovada perante a Coordenação de AACC, na forma da regulamentação específica, totalizando no máximo 40 (quarenta) horas, a juízo da Coordenação.

Obs.: o(a)discente monitor será selecionado pelo regimento regular do Curso, obedecendo à Edital próprio.

VI - gestão ou representação estudantil, comprovada perante a Coordenação de AACC, na forma da regulamentação específica, totalizando no máximo 40 (quarenta) horas:

- a) participação em órgão de direção de entidades de natureza acadêmica e sócio-cultural no âmbito do IFSULDEMINAS, totalizando no máximo 10 (dez) horas por período letivo, a juízo da Coordenação;
- b) investidura como representante estudantil junto a colegiados acadêmicos ou administrativos do IFSULDEMINAS, cuja composição a preveja, totalizando no máximo, 10 (dez) horas por período letivo, a juízo da Coordenação.

VII - laboratório de informática e idiomas, totalizando no máximo 50 (cinquenta) horas:

- a) participação em cursos especiais e programas de capacitação ou treinamento, na área da Educação/Tecnologia Educacional, com utilização de recursos computacionais em laboratório, sob orientação docente, no âmbito do IFSULDEMINAS, ou fora dele, desde que validados, na forma da regulamentação específica, perante a Coordenação de AACC, totalizando no máximo 10 (dez) horas por período letivo, a juízo do Coordenação de AACC;
- b) participação em cursos especiais e programas de aprendizagem e aperfeiçoamento de idiomas estrangeiros, com utilização de laboratórios e recursos multimídia, sob orientação docente, no âmbito do IFSULDEMINAS, ou fora dele, desde que aceitos e validados, na forma da regulamentação específica perante a Coordenação de AACC, totalizando no máximo 10 (dez) horas por período letivo, a juízo da Coordenação;

VIII - Atividades de aperfeiçoamento e enriquecimento cultural de cunho educacional, totalizando no máximo 120 (quarenta) horas no decorrer do curso:

a) Participação em atividades culturais: filme, teatro, apresentações artísticas, feiras, exposições e festivais, totalizando no máximo 5 (cinco) horas por atividade.

b) Visitas técnicas: patrimônio cultural, patrimônios tombados, cidades históricas, monumentos, museus, memoriais, parques temáticos, escola-modelo, creches, berçários, SESI, SESC, SENAI, ONGs, APAE e entidades afins, laboratórios e hospitais, totalizando no máximo 5 (cinco) horas por visita.

c) Leituras de livros e artigos científicos de revistas indexadas, totalizando no máximo 10 (dez) horas por leitura e o máximo de 5 leituras.

d) Leituras de matérias publicadas em jornais, revistas não indexadas e sites/blogs referentes ao curso de Pedagogia ou a área Educacional, totalizando no máximo 5 (cinco) horas por leitura e o máximo de 5 leituras.

Segue abaixo o Quadro que apresenta os critérios de integralização da carga horária das atividades complementares do curso de Licenciatura em Pedagogia – modalidade EaD:

Quadro 2. Critérios para integralização da carga horária das Atividades Complementares.

Modalidades	Carga Horária Total	Comprovação
INICIAÇÃO CIENTÍFICA		
a) Elaboração de estudos ou trabalhos monográficos de iniciação científica, de artigos, ensaios, opúsculos ou similares no campo da educação, de autoria individual comprovada e/ou em equipe, sob orientação de docente e supervisão da Coordenação de AACC.	20 horas por obra, a juízo da Coordenação	Documento publicado com Certificado / Declaração

b) Os trabalhos intelectuais, sob qualquer das formas referidas na alínea anterior, que, por sua extensão, valor intrínseco e contribuição doutrinária, tenham sido aceitos e publicados em revista ou seção especializada de periódicos (não computados para efeito da alínea "a").	20 horas por obra, a juízo da Coordenação	Documento publicado com Certificado / Declaração
PESQUISA ORIENTADA (limite máximo de 40 horas)		
a) elaboração de trabalhos de pesquisa no campo da Educação, sob orientação docente e supervisão da Coordenação de AACC, exceto as exigidas como disciplinas curriculares, na forma da regulamentação específica	20 horas por obra, a juízo da Coordenação	Pesquisa e Certificado / Declaração
b) participação em projetos de pesquisa institucional, inter-institucional ou de iniciativa docente, com supervisão da Coordenação de AACC, devidamente comprovada por certidão ou declaração do órgão responsável, de que conste o aproveitamento e a carga horária efetiva cumprida pelo acadêmico, na forma da regulamentação específica	20 horas por obra, a juízo da Coordenação	Projeto e Certificado / Declaração
EVENTOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO, patrocinados ou não pelo IFSULDEMINAS, desde que aceitos pela Coordenação de AACC, na forma da regulamentação específica, excetuado o exigido como disciplina curricular, com o mínimo de 50 (cinquenta) horas e o máximo de 100 (cem) horas		
a) comparecimento em palestras, defesas de teses ou dissertações, em seminários, simpósios, congressos ou conferências e afins	Máximo de 4 (quatro) horas por evento, a juízo da Coordenação	Relatório e comprovante de participação
b) participação como debatedor em eventos na área de Educação	Máximo 8 (oito) horas por evento, a juízo da Coordenação	Relatório e comprovante de participação

c) apresentação de trabalhos, como expositor em eventos na área de Educação (exceto os computados para efeito das alíneas a ou b).	máximo 10 (dez) horas-aula por evento, a juízo da Coordenação do Curso.	Trabalho apresentado e Certificado / Declaração
ATIVIDADES DE EXTENSÃO, com o mínimo de 20 (vinte) horas e o máximo de 60 (sessenta) horas, não se computando para esse efeito as atividades inseridas na programação específica do estágio supervisionado		
a) participação efetiva em projetos, programas ou serviços de extensão na área de Educação (extensão solidária ou comunitária), como função específica ou associados ao ensino, patrocinados ou não pelo IFSULDEMINAS, mediante a Coordenação de AACC, ou por esta aceito e validado, na forma da regulamentação específica.	máximo 20 (vinte) horas, a juízo da Coordenação	Certificado / Declaração
b) participação em atividades ou eventos culturais, patrocinados pelo IFSULDEMINAS ou outra instituição congênera, desde que aprovados pela Coordenação de AACC, na forma da regulamentação específica	máximo 20 (vinte) horas, a juízo da Coordenação	Certificado / Declaração
MONITORIA, perfazendo o máximo de 40 (quarenta) horas		
a) exercício, com proficiência, da função de monitor em disciplina do Curso, comprovada perante a Coordenação de AACC, na forma da regulamentação específica	máximo 40 (quarenta) horas, a juízo da Coordenação	Certificado / Declaração
GESTÃO OU REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL, comprovada perante a Coordenação de AACC, na forma da regulamentação específica, totalizando no máximo 40 (quarenta) horas		
a) participação em órgão de direção de entidades de natureza acadêmica e sócio-cultural no âmbito do IFSULDEMINAS.	Máximo 10 (dez) horas por período letivo, a juízo da Coordenação	Relatório e comprovante de participação

b) investidura como representante estudantil junto a colegiados acadêmicos ou administrativos do IFSULDEMINAS, cuja composição a preveja	Máximo 10 (dez) horas por período letivo, a juízo da Coordenação.	Relatório e comprovante de participação
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA OU DE IDIOMAS, totalizando no máximo 50 (cinquenta) horas		
a) participação em cursos especiais e programas de capacitação ou treinamento, na área da Educação/Tecnologia Educacional, com utilização de recursos computacionais em laboratório, sob orientação docente, no âmbito do IFSULDEMINAS, ou fora dele, desde que validados, na forma da regulamentação específica, perante a Coordenação de AACC	Máximo 10 (dez) horas por período letivo, a juízo da Coordenação	Relatório e comprovante de participação
b) participação em cursos especiais e programas de aprendizagem e aperfeiçoamento de idiomas estrangeiros, com utilização de laboratórios e recursos multimídia, sob orientação docente, no âmbito do IFSULDEMINAS, ou fora dele, desde que aceitos e validados, na forma da regulamentação específica perante a Coordenação de AACC	Máximo 10 (dez) horas por período letivo, a juízo da Coordenação.	Relatório e comprovante de participação
ATIVIDADES DE APERFEIÇOAMENTO E ENRIQUECIMENTO CULTURAL DE CUNHO EDUCACIONAL, totalizando no máximo 120 (quarenta) horas no decorrer do curso		
a) Participação em atividades culturais: filme, teatro, apresentações artísticas, feiras, exposições e festivais.	5 horas por atividade	Relatório e comprovante de participação
b) Visitas técnicas: patrimônio cultural, patrimônios tombados, cidades históricas, monumentos, museus, memoriais, parques temáticos, escola-modelo, creches, berçários, SESI, SESC, SENAI, ONGs, APAE e entidades afins, laboratórios e hospitais	5 horas por visita	Relatório e comprovante de participação

c) Leituras de livros e artigos científicos de revistas indexadas	10 horas por leitura – Máximo de 5 leituras	Relatório
d) Leituras de matérias publicadas em jornais, revistas não indexadas e sites/blogs referentes ao curso de Pedagogia ou a área Educacional	5 horas por leitura – Máximo de 5 leituras	Relatório

V – DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 15 Com intuito de favorecer o contato discente com a maior variedade de atividades complementares possível, adotou-se a seguinte sistemática para a realização e conclusão destas atividades:

§1º. De acordo com os seus interesses pessoais, o discente poderá realizar em todos os semestres do curso a carga horária que melhor se adapte a sua realidade.

§2º. A carga horária total máxima de cada uma das modalidades não poderá ser superior a 90 horas ao final do curso, com exceção da modalidade “Atividades de aperfeiçoamento e enriquecimento cultural de cunho educacional” (máximo de 120 horas).

§3º. O aluno deverá apresentar cópias autenticadas dos certificados que atestem seu vínculo com a atividade complementar.

§4º. As atividades complementares deverão ser integralizadas junto à coordenação de curso de preferência no semestre que foram realizadas.

VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E INTEGRALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 16º. De posse dos documentos comprobatórios, em qualquer tempo, o discente deverá solicitar o registro no seu currículo escolar das horas correspondentes como Atividades Complementares, de acordo com o que está previsto no respectivo Projeto Pedagógico.

Art. 17º. A instância responsável pela avaliação e convalidação das atividades realizadas pelos discentes é composta pelo professor-coordenador das

atividades complementares, no caso, o coordenador do curso e pelo Colegiado do Curso.

§1º. As medidas legais e cabíveis serão aplicadas nos casos de falsificação de documentos, prática caracterizada como crime de Falsidade Ideológica prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro.

Art. 18º. Os casos omissos serão resolvidos pelo respectivo professor-coordenador das atividades complementares, no caso, o coordenador do curso de Ciências Biológicas, e pelo Colegiado do Curso de Ciências Biológicas do IFSULDEMINAS.

O não cumprimento das 200 horas associadas às Atividades Complementares implicará na reprovação e suspensão da emissão do diploma. Ao final da avaliação da documentação fornecida pelos estudantes, o docente responsável pela disciplina de Atividades Complementares deverá qualificá-la como suficiente (aprovado) ou insuficiente (reprovado).

VII – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. Cabe à Coordenação de AACC e à Coordenação do Curso de Pedagogia EaD, conforme o caso, na forma das regulamentações específicas, a co-responsabilidade de promover, gerenciar, coordenar e implementar as atividades complementares, e de fazer observar o regime respectivo e a programação ajustada, a cada módulo letivo, com os acadêmicos participantes.

Art. 20. Será designado pela Coordenação do Curso de Pedagogia EaD, um docente responsável pelo acompanhamento e registro das Atividades Complementares realizadas pelo (a) acadêmico (a), a quem será estabelecida a Coordenação de AACC.

§ 1º A Coordenação de AACC deverá apresentar, ao final de cada módulo letivo, um relatório detalhado das atividades complementares executadas pelo(a) discente à Coordenação do Curso.

Art. 21. Dos atos ou decisões da Coordenação de AACC, caberá recurso à Coordenação do Curso.

Art. 22. As propostas deverão atender o desenvolvimento administrativo e pedagógico do IFSULDEMINAS e corroborados pelo Colegiado do Curso de Pedagogia EaD.

Art. 23. Os casos omissos serão dirimidos pela Coordenação do Curso conjuntamente com seu Colegiado.

Seguem abaixo os modelos de formulários a serem utilizados para fins de integralização das atividades complementares:

FORMULÁRIO DE INTEGRALIZAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

IDENTIFICAÇÃO DO DISCENTE

Aluno (a):

Registro Acadêmico (Matrícula):

Curso: Pedagogia EaD

Período do Curso:

Data da Entrega:

INICIAÇÃO CIENTÍFICA	Carga Horária
(<input type="checkbox"/>) Elaboração de estudos ou trabalhos monográficos de iniciação científica, de artigos, ensaios, opúsculos ou similares no campo da educação, de autoria individual comprovada e/ou em equipe, sob orientação de docente e supervisão da Coordenação de AACC.	
(<input type="checkbox"/>) Os trabalhos intelectuais, sob qualquer das formas referidas na alínea anterior, que, por sua extensão, valor intrínseco e contribuição doutrinária, tenham sido aceitos e publicados em revista ou seção especializada de periódicos (não computados para efeito da alínea "a").	
PESQUISA ORIENTADA	
(<input type="checkbox"/>) elaboração de trabalhos de pesquisa no campo da Educação, sob orientação docente e supervisão da Coordenação de AACC, exceto as exigidas como disciplinas curriculares, na forma da regulamentação específica	
(<input type="checkbox"/>) participação em projetos de pesquisa institucional, inter-institucional ou de iniciativa docente, com supervisão da Coordenação de AACC, devidamente comprovada por certidão ou declaração do órgão responsável, de que conste o aproveitamento e a carga horária efetiva cumprida pelo acadêmico, na forma da regulamentação específica	
EVENTOS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO	
(<input type="checkbox"/>) comparecimento em palestras, defesas de teses ou dissertações, em seminários, simpósios, congressos ou conferências e afins.	
(<input type="checkbox"/>) participação como debatedor em eventos na área de Educação	
(<input type="checkbox"/>) apresentação de trabalhos, como expositor em eventos na área de Educação	
ATIVIDADES DE EXTENSÃO	
(<input type="checkbox"/>) participação efetiva em projetos, programas ou serviços de extensão na área de Educação (extensão solidária ou comunitária), como função específica ou associados ao ensino, patrocinados ou não pelo IFSULDEMINAS, mediante a Coordenação de AACC, ou por esta aceito e validado, na forma da regulamentação específica.	
(<input type="checkbox"/>) participação em atividades ou eventos culturais, patrocinados pelo IFSULDEMINAS ou outra instituição congênere, desde que aprovados pela Coordenação de AACC, na forma da regulamentação específica	
MONITORIA	
(<input type="checkbox"/>) exercício, com proficiência, da função de monitor em disciplina do Curso, comprovada perante a Coordenação de AACC, na forma da regulamentação específica	

GESTÃO OU REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL	
() participação em órgão de direção de entidades de natureza acadêmica e sócio-cultural no âmbito do IFSULDEMINAS.	
() investidura como representante estudantil junto a colegiados acadêmicos ou administrativos do IFSULDEMINAS, cuja composição a preveja	
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA OU DE IDIOMAS	
() participação em cursos especiais e programas de capacitação ou treinamento, na área da Educação/Tecnologia Educacional, com utilização de recursos computacionais em laboratório, sob orientação docente, no âmbito do IFSULDEMINAS, ou fora dele, desde que validados, na forma da regulamentação específica, perante a Coordenação de AACC	
() participação em cursos especiais e programas de aprendizagem e aperfeiçoamento de idiomas estrangeiros, com utilização de laboratórios e recursos multimídia, sob orientação docente, no âmbito do IFSULDEMINAS, ou fora dele, desde que aceitos e validados, na forma da regulamentação específica perante a Coordenação de AACC	
ATIVIDADES DE APERFEIÇOAMENTO E ENRIQUECIMENTO CULTURAL DE CUNHO EDUCACIONAL	
() Participação em atividades culturais: filme, teatro, apresentações artísticas, feiras, exposições e festivais.	
() Visitas técnicas: patrimônio cultural, patrimônios tombados, cidades históricas, monumentos, museus, memoriais, parques temáticos, escola-modelo, creches, berçários, SESI, SESC, SENAI, ONGs, APAE e entidades afins, laboratórios e hospitais	
() Leituras de livros e artigos científicos de revistas indexadas	
() Leituras de matérias publicadas em jornais, revistas não indexadas e sites/blogs referentes ao curso de Pedagogia ou a área Educacional	

 Assinatura do discente

 Coordenador de Curso

RELATÓRIO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1. IDENTIFICAÇÃO DO DISCENTE

Aluno (a):

Matrícula:

Curso: Pedagogia EaD

Período do Curso:

Data da Entrega:

Período de Execução:

2. IDENTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE COMPLEMENTAR

() Participação em atividades culturais:

() Participação em eventos na área da educação:

() Participação em atividades de vivência profissional complementar:

() Visita Técnica:

3. ELEMENTOS ESTRUTURAIS

3.1 Título: resume a ideia do trabalho, o nome do evento ou atividade.

3.2 Objetivos: Descrever qual (ais) o (s) objetivo (s) a serem alcançados durante a atividade ou evento.

3.3 Programação: Elencar o roteiro das atividades e ou acontecimentos durante o evento ou atividade.

3.4 Texto: É um texto corrido, sendo necessário a identificação tópica dos pontos A, B e C (abaixo). Eles são apenas didáticos e servem para orientar o discente no momento da elaboração:

Introdução: Parte inicial do texto onde se expõe o assunto como um todo. Informações sobre o contexto e a importância do assunto ou atividade.

Desenvolvimento: sintetiza o conteúdo das atividades realizadas, apresentando os principais pontos abordados durante a mesma e com exposição crítica de opiniões acerca da atividade.

Conclusão: Apresenta os avanços acadêmicos que a atividade proporcionou para o discente e a sociedade como um todo.

3.5 Anexos: São documentos auxiliares e não obrigatórios, tais como: tabelas, gráficos, organogramas, formulários, fotos, documentos, etc. A função dos mesmos é de enriquecer e ou elucidar as informações contidas no corpo do relatório.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES**1. IDENTIFICAÇÃO DO DISCENTE**

Aluno (a):

Matrícula:

Curso: Pedagogia EaD

Período do Curso:

Data da Entrega:

Período de Execução:

2. IDENTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE COMPLEMENTAR

- () Participação em atividades culturais:
- () Participação em eventos na área da educação:
- () Participação em atividades de vivência profissional complementar:
- () Visita Técnica:

TÍTULO
Objetivos:
Programação:

TÍTULO**Introdução:****Desenvolvimento:****Conclusão:**

TÍTULO**Anexos:**

RELATÓRIO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES**1. IDENTIFICAÇÃO DO DISCENTE**

Aluno (a):

Matrícula:

Curso: Pedagogia EaD

Período do Curso:

Data da Entrega:

Período de Execução:

2. IDENTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE COMPLEMENTAR

() Leituras:

TÍTULO
Objetivo:
Descrição do material (referência bibliográfica):
Resumo:

Competências desenvolvidas e Conclusão:

RELATÓRIO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES**1. IDENTIFICAÇÃO DO DISCENTE**

Aluno (a):

Matrícula:

Curso: Pedagogia - EaD Período do Curso: Data da Entrega:

Período de Execução:

2. IDENTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE COMPLEMENTAR

() Gestão ou Representação Estudantil:

TÍTULO
Objetivo:
Descrição das atividades desenvolvidas:

Competências e habilidade desenvolvidas:

Conclusão:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS
- Campus Muzambinho -



DECLARAÇÃO

Local, ____/____/____

Declaramos para fins de integralização das Atividades Complementares junto à Coordenadoria do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSULDEMINAS, que o estudante _____, do Curso de Licenciatura em Pedagogia, matrícula nº _____ realizou na instituição _____, com a carga horária de ____ horas, no período de ____/____/____ a ____/____/____ as seguintes atividades:

Responsável pela Declaração

(nome, assinatura e carimbo da Instituição)

***Responsável pelas Atividades
Complementares/Coordenador de Curso
IFSULDEMINAS***

(nome e assinatura)

16 PRÁTICAS ENQUANTO COMPONENTE CURRICULAR - PCCs

Conforme § 1º, inciso I, do artigo 13º da Resolução CNE/CP nº 02/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e formação continuada, fica estabelecida a obrigatoriedade da realização de 400 (quatrocentas) horas de práticas enquanto componentes curriculares (PCCs). Com isso, os cursos de licenciatura devem propiciar atividades práticas e teóricas aos estudantes relacionadas ao exercício da docência do futuro professor da educação infantil e do ensino fundamental, além de apresentá-los à vivência de práticas educativas relacionadas a ações cotidianas não escolares.

A referida Resolução aponta ainda que o caráter integrador de conteúdos deve ser adotado em fases iniciais do curso. Deste modo, o curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade EaD, do IFSULDEMINAS, disponibiliza aos estudantes **6 (seis)** disciplinas de Práticas enquanto Componentes Curriculares (PCCs), as quais encontram-se distribuídas ao longo da grade curricular e, **ofertadas desde o 1º período do curso**. Essas disciplinas **totalizam 400 (quatrocentas) horas ao final do curso**.

Nas disciplinas de Práticas enquanto Componentes Curriculares, cabe aos estudantes de Licenciatura em Pedagogia, a partir da integração dos conhecimentos obtidos ao longo do semestre letivo, a elaboração de material (is) - técnico, científico, didático e pedagógico - relacionado aos conteúdos de Pedagogia ministrados. Cabe também aos estudantes a confecção de **Projetos e/ou Portfólios** relativos às ações e atividades realizadas pelos discentes durante o desenvolvimento das disciplinas de PCCs. Neste caso, o portfólio corresponde à produção de documentação descritiva das atividades planejadas e executadas pelos estudantes de Pedagogia ao longo da disciplina de PCC, contendo registro textual e fotográfico.

Os estudantes serão divididos em grupos para planejamento, execução, implantação, avaliação e apresentação das atividades desenvolvidas ao longo das disciplinas de Práticas enquanto Componentes Curriculares. Isso incrementará a capacidade dos discentes quanto às práticas frequentes e comuns à profissão de professor, em que a execução de tarefas e ações constitui-se em trabalho em equipe.

Ao final do semestre letivo, o(s) material(is) elaborado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) ao professor responsável pela disciplina e poderá, ainda, caso o professor responsável julgue necessário, ser apresentado a uma comissão de avaliação composta por docentes vinculados ao IFSULDEMINAS. No caso dessa comissão deverá ser composta por, **no mínimo**, 3 (três) docentes, os quais também serão responsáveis pela orientação das atividades desenvolvidas pelos estudantes ao longo do processo de elaboração do(s) material(is) técnico-científico-didático-pedagógico. Após confecção e apresentação do(s) material(is) pelos estudantes, a comissão de avaliação deverá qualificar o(s) material(is) e respectivos documentos apresentados(s) como suficiente (aprovado) ou insuficiente (reprovado).

O material produzido pelos estudantes e que auxiliará o registro das ações e atividades implementadas pelos discentes para cumprimento das disciplinas de PCCs poderá ser constituído por:

- criação de material de áudio, visual ou audiovisual relacionado à área da Educação;
- proposição, execução e avaliação de atividades lúdicas voltadas para práticas educacionais;
- planejamento e criação de projetos associados à área de Educação, envolvendo os níveis de ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental;
- planejamento, criação, organização e desenvolvimento de campanhas destinadas à sensibilização da comunidade quanto a assuntos atrelados à Educação;
- planejamento, criação, organização e desenvolvimento de campanhas de integração escola-comunidade;

A PCC, em cada uma das disciplinas que a abrigará, será uma reflexão sobre o conteúdo de Pedagogia que está sendo aprendido pelo estudante e que será ensinado por este quando de sua atuação profissional como professor. As atividades são desenvolvidas no ambiente educativo, futuro campo de atuação do profissional, e servem como oportunidade para o

confronto entre a teoria e a prática, com vistas à investigação científica. Tais atividades respeitam os níveis de assimilação, o que depende das condições teórico-metodológicas do educando.

A inserção da prática enquanto componente curricular objetiva associá-la à dimensão do conhecimento por meio da reflexão sobre a atuação profissional e permite ainda a articulação entre as demais disciplinas, não se restringindo apenas ao estágio, e tendo como finalidade a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar.

Finalmente, o não cumprimento das 400 horas associadas às Práticas enquanto Componentes Curriculares implicará na reprovação e suspensão da emissão do diploma.

17. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada de forma processual com caráter diagnóstico e formativo, envolvendo professores, tutores e estudantes.

Na avaliação serão considerados aspectos qualitativos e quantitativos incluídos o desenvolvimento de hábitos, atitudes e valores, visando diagnosticar estratégias, avanços e dificuldades, de modo a reorganizar as atividades pedagógicas.

A avaliação dos estudantes com necessidades específicas será acompanhada pelo NAPNE e equipe multidisciplinar do campus.

Na avaliação dos estudantes com necessidades específicas, o IFSULDEMINAS oferece adaptações de instrumentos de avaliações e os apoios necessários, previamente solicitados pelo estudante com necessidades específicas, inclusive tempo adicional para realização de provas, conforme as características da deficiência ou outra necessidade especial.

A avaliação do desempenho dos estudantes de graduação a distância do IFSULDEMINAS deverá estar em conformidade com o Art. 4º do Decreto 5.622/2005, o qual estabelece que a avaliação do desempenho do estudante

para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dar-se-á no processo, mediante:

- I. cumprimento das atividades programadas nos Polos de Apoio Presencial e Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- II. realização de exames presenciais.
- III. Mais de cinquenta por cento da nota semestral dos componentes curriculares devem ser distribuídas em duas atividades avaliativas presenciais, em um mesmo dia, sendo uma atividade coletiva de consulta e pesquisa e outra avaliação individual.
- IV. O estudante terá direito a avaliação presencial em primeira chamada e uma segunda oportunidade.
- V. O estudante terá direito ao Exame Final presencial, em caráter individual.

Ao estudante será permitido requerer a Seção de Registros Acadêmicos do Campus/Campi ou Secretaria do Polo de Apoio Presencial uma segunda oportunidade de avaliação, até 7 (sete) dias úteis após cessado o impedimento, quando por motivo justificável não tenha comparecido a primeira oportunidade.

Não haverá nova oportunidade para realização de nova avaliação no caso de perda da segunda oportunidade.

A justificativa de falta somente será efetivada com a entrega do documento que comprove a ocorrência do fato na secretaria do polo, no prazo de 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data de aplicação da avaliação.

É de exclusiva responsabilidade do docente responsável pela disciplina, a inserção de dados no sistema acadêmico.

17.1 Verificação do Rendimento Escolar e da Aprovação

De acordo com o aproveitamento dos discentes em cada disciplina do curso, será considerado:

- I) **APROVADO**, o estudante que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis) pontos.
- II) Terá direito ao **EXAME FINAL** da disciplina o estudante que obtiver Média da Disciplina (MD) igual ou superior a 4,0 e inferior a 6,0. Após o exame final, será considerado aprovado o estudante que obtiver nota final (NF) maior ou igual a 6,0. A média final da disciplina após o exame final (NF) será calculada pela média ponderada do valor de sua média da disciplina (MD), peso 1, mais o valor do exame final (EF), peso 2, sendo essa soma dividida por 3. O exame final poderá abordar todo o conteúdo contemplado na disciplina. O exame final será presencial, em caráter individual. O exame final terá o valor de 10 (dez) pontos (WebGiz) que, no caso de lançamento da nota no AVA, este corresponderá a 100 pontos.
- III) **Estará REPROVADO** o estudante que nota final inferior a 6,0 (seis) pontos.
- IV) Prevalecerá como nota final (NF) do semestre como estabelecido no regimento vigente para os cursos de graduação do IFSULDEMINAS.

Não haverá “Segunda Oportunidade” para a prova de **Exame Final**. Segundo a Resolução nº 118/2016 de 15 de dezembro de 2016, no Capítulo III - Dos direitos do corpo discente, Art. 5º, item XII, fica estabelecido que as justificativas de ausências, mediante apresentação de documentação comprobatória, devem ser apresentadas até **48 horas**, contadas a partir do término do evento, ou seja, da data da prova de Exame Final.

O estudante terá direito à **revisão de nota do Exame Final**, desde que requerida na Seção de Registros Acadêmicos (SRA – Secretaria) num prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** após a publicação da nota.

17.2 Avaliação da Aprendizagem de forma presencial:

- a) Serão realizadas de forma presencial um trabalho em grupo no último sábado de cada disciplina. Este terá valor de vinte por cento (20%) da nota total da disciplina. Além deste trabalho em grupo serão realizadas

- também a Prova Presencial, Segunda Oportunidade e o Exame Final. As avaliações presenciais (Prova individual presencial, Segunda Oportunidade) terão valor de quarenta por cento (40%) da nota total da disciplina.
- b) O docente da disciplina deverá elaborar a proposta de um trabalho em grupo e três (03) provas, sendo:
- uma primeira **Prova Presencial**;
 - uma segunda prova como “**Segunda Oportunidade**”, para aqueles educandos que faltaram no dia marcado para a aplicação da Prova Presencial;
 - uma terceira prova, referente ao **Exame Final**, para os educandos que não atingiram 60% dos pontos na Prova Presencial.
- c) O valor das avaliações presenciais elencadas na letra “a” será de quarenta por cento (40%) do valor da nota total da disciplina. Já os trabalhos em grupo terão valor de vinte por cento (20%) do valor da nota total da disciplina.
- d) Nas avaliações elencadas na letra “a”, cinquenta por cento (50%) das questões deverão ser dissertativas e os demais cinquenta por cento (50%) das questões deverão ser objetivas, tais como: múltipla escolha, V ou F, etc.;
- e) O NDE sugere que para as avaliações elencadas na letra “a” estas sejam formuladas com 10 questões cada uma;
- f) São exceções à regra contida na letra “d” as disciplinas de Elaboração de Projetos de Pesquisa e Elaboração de TCC;
- g) O docente da disciplina é o responsável pela elaboração do trabalho em grupo, das questões das avaliações elencadas na letra “a” bem como dos gabaritos;
- h) O tutor será responsável pela aplicação dos trabalhos em grupo e das avaliações elencadas na letra “a”;
- i) Em todas as disciplinas haverá uma *webconferência* via *hangout* (Moodle) referente a uma revisão do conteúdo para a Prova Presencial, uma semana antes da mesma ocorrer. Essa *webconferência* acontecerá sempre às segundas-feiras no período noturno. Esta é uma responsabilidade do professor responsável pela disciplina e este terá

todo o suporte necessário para a realização da mesma. Para a realização desta *webconferência* deverá estar a disposição do professor um profissional da área de TI para auxiliá-lo neste procedimento.

17.3 Avaliação da Aprendizagem através do Ambiente Virtual

- a) O valor total das avaliações realizadas no ambiente virtual será de quarenta por cento (40%) do valor total da nota da disciplina, sendo trinta e cinco por cento (35%) para as atividades *online* e cinco por cento (5%) para uma atividade de AUTOAVALIAÇÃO (do educando, da disciplina, do curso).
- b) Deverá ser planejada pelo docente, no mínimo, uma atividade *online* a cada quinze horas (por exemplo, uma disciplina de quarenta e cinco horas terá três (03) questões *online*);
- c) As atividades no ambiente virtual deverão ser planejadas utilizando-se recursos distintos do Moodle, tais como: Fórum, Chat, V ou F, Múltipla Escolha, Tarefa, Lição, Enquete e Palavra Cruzada.
- d) O docente poderá solicitar ainda, como atividades avaliativas, trabalhos, fichas de observações, relatórios e auto-avaliação.

17.4 Atribuições do Docente em relação às avaliações

O docente deverá elaborar um texto ou gravar um vídeo apresentando a si mesmo e à sua disciplina – com esclarecimentos e orientações sobre os encontros presenciais, divisão da carga horária da disciplina, formas de avaliação da aprendizagem, unidades trabalhadas, etc. – que deverá ser postado no ambiente virtual.

O docente deverá planejar pelo menos uma **videoconferência**– os *educandos se reúnem nos pólos e o professor realiza sua aula ao vivo* – ou uma **webconferência**– *o educando assiste de onde estiver e a aula fica gravada no ambiente virtual*.

O docente deverá elaborar **um roteiro**, claro e conciso – para a correção das questões dissertativas – **ou gabarito** – para a correção das questões

objetivas – contendo o que deve ser considerado na correção da Prova Presencial, Segunda Oportunidade e Prova de Exame Final, bem como dos objetivos do trabalho em grupo e das demais atividades avaliativas realizadas no ambiente virtual.

O docente será o responsável pelo lançamento de todas as notas no Webgiz, até duas semanas após a data de aplicação.

17.5 Atribuições do Tutor em relação às avaliações

O tutor será o responsável pelo lançamento de todas as notas no Moodle, até duas semanas após a data de aplicação.

O tutor será o responsável pela correção das questões dissertativas de atividades avaliativas realizadas de forma presencial e através do ambiente virtual.

O tutor deverá participar de todos os fóruns e, a atribuição de notas pela participação dos educandos nos fóruns, será de sua responsabilidade, desde que devidamente orientado pelo docente da disciplina, através de um roteiro claro e conciso do que deverá ser considerado.

18. Terminalidade Específica e Flexibilização Curricular

Conforme Resolução CONSUP Nº 102/2013, que define as diretrizes de Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS, têm-se:

18.1 Terminalidade Específica

Segundo a Resolução CNE/CEB nº 02/2001, que instituiu as Diretrizes Nacionais para Educação Especial - DNEE, a terminalidade específica

[...] é uma certificação de conclusão de escolaridade – fundamentada em avaliação pedagógica – com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as habilidades e competências atingidas pelos educandos com grave deficiência mental ou múltipla.

A terminalidade específica é, então, um recurso possível aos educandos com necessidades especiais, devendo constar do regimento e do projeto pedagógico institucional. As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) acrescentam que, após a educação infantil, a escolarização do estudante com necessidades educacionais especiais deve processar-se nas mesmas etapas e modalidades de educação e ensino que os demais educandos, ou seja, no ensino fundamental, no ensino médio, na educação profissional, na educação de jovens e adultos, e na educação superior. Essa educação deve ser suplementada e complementada, quando necessário, por meio dos serviços de apoio pedagógico especializado.

Segundo o Parecer MEC/SEESP/DPEE nº 14/2009,

O direito de educandos obterem histórico escolar descritivo de suas habilidades e competências, independente da conclusão do ensino fundamental, médio ou superior, já constitui um fato rotineiro nas escolas, não havendo necessidade de explicitá-lo em Lei (MEC/SEESP/DPEE, 2009).

Desta forma, as escolas devem buscar alternativas em todos os níveis de ensino que possibilitem aos estudantes com deficiência mental grave ou múltipla o desenvolvimento de suas capacidades, habilidades e competências, sendo a certificação específica de escolaridade uma destas alternativas. Essa certificação não deve servir como uma limitação, ao contrário, deve abrir novas possibilidades para que o estudante tenha acesso a todos os níveis de ensino possíveis, incluindo a educação profissional e a educação de jovens e adultos, possibilitando sua inserção no mundo do trabalho.

A mesma legislação (Resolução CNE/CEB nº 02/2001) prevê que as escolas da rede de educação profissional poderão avaliar e certificar competências laborais de pessoas com necessidades especiais não matriculadas em seus cursos, encaminhando-as, a partir deste procedimento, para o mundo do trabalho. Assim, essas pessoas poderão se beneficiar, qualificando-se para o exercício de funções. Cabe aos sistemas de ensino assegurar, inclusive, condições adequadas para aquelas pessoas com dificuldades de inserção no mundo do trabalho, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora.

A terminalidade específica, bem como as demais certificações das competências laborais de pessoas com necessidades especiais, configura-se como um direito e uma possibilidade de inserção deste público no mundo do trabalho, com vistas a sua autonomia e a sua inserção produtiva e cidadã na vida em sociedade.

18.2 Flexibilização Curricular

As adaptações curriculares devem acontecer no nível do projeto pedagógico e focalizar principalmente a organização escolar e os serviços de apoio. As adaptações podem ser divididas em:

1. Adaptação de Objetivos: estas adaptações se referem a ajustes que o professor deve fazer nos objetivos pedagógicos constantes do seu plano de ensino, de forma a adequá-los às características e condições do educando com necessidades educacionais especiais. O professor poderá também acrescentar objetivos complementares aos objetivos postos para o grupo.

2. Adaptação de Conteúdo: os tipos de adaptação de conteúdo podem englobar a priorização de áreas ou unidades de conteúdos, a reformulação das sequências de conteúdos ou, ainda, a eliminação de conteúdos secundários, acompanhando as adaptações propostas para os objetivos educacionais.

3. Adaptação de Métodos de Ensino e da Organização Didática: modificar os procedimentos de ensino, tanto introduzindo atividades alternativas às previstas, como introduzindo atividades complementares àquelas originalmente planejadas para obter a resposta efetiva às necessidades educacionais especiais do estudante. Modificar o nível de complexidade delas, apresentando-as passo a passo. Eliminar componentes ou dividir a cadeia em passos menores, com menor dificuldade entre um passo e outro.

4. Adaptação de materiais utilizados: são vários recursos – didáticos, pedagógicos, desportivos, de comunicação - que podem ser úteis para atender às necessidades especiais de diversos tipos de deficiência, seja ela permanente ou temporária.

5. Adaptação na Temporalidade do Processo de Ensino e Aprendizagem: o professor pode organizar o tempo das atividades propostas para o estudante,

levando-se em conta tanto o aumento como a diminuição do tempo previsto para o trato de determinados objetivos e os seus conteúdos.

18.3 Avaliação Inclusiva

O fazer docente se objetiva na relação ensino-aprendizagem que permeia a relação professor-estudante, constituindo a base de qualquer instituição escolar. É preciso enfatizar que tal fazer não se concretiza em um grau maior de importância, é um fazer que parte de uma concepção de relação horizontal com os estudantes não podendo haver uma valorização maior tanto de um como de outro.

Dentre as ações que compõem o fazer docente encontra-se a avaliação, com o objetivo de refletir sobre o processo ensino-aprendizagem. O importante, porém, mais do que o instrumento em si, é o referencial teórico que direciona o fazer docente e esclarece a intencionalidade com que esse instrumento é utilizado. Na avaliação classificatória o resultado é tido como verdadeiro e imutável. Assim, o papel político pedagógico da nota legitima o fracasso devido ao caráter de terminalidade da prova, o que dificulta a superação e o crescimento, estereotipando o estudante.

A avaliação em uma perspectiva inclusiva e democrática deve considerar a aprendizagem não a partir dos mínimos possíveis, mas sim, a partir dos mínimos necessários, possibilitando o acompanhamento do desenvolvimento do processo ensino aprendizagem, propiciando reflexão tanto da eficácia do fazer docente diante da especificidade deste educando, quanto do progresso no desempenho deste educando.

Para Luckesi (2004), o ato de avaliar a aprendizagem implica em acompanhamento e reorientação permanente da aprendizagem. Ela se realiza através de um ato rigoroso e diagnóstico, tendo em vista a obtenção dos melhores resultados possíveis, frente aos objetivos que se pretendem alcançar.

Como expõe Luckesi (2004), avaliar, na perspectiva inclusiva, significa subsidiar a construção do melhor resultado possível e não pura e simplesmente aprovar ou reprovar algo. A realização de avaliação diagnóstica é extremamente pertinente à realidade do ensino técnico/tecnológico para identificação dos conhecimentos, experiências e saberes resultantes da

trajetória pessoal e de vida. Essa avaliação permite também a identificação de insuficiências formativas. Sua utilização pode orientar o estudante na complementação e/ou prosseguimento dos estudos e no exercício profissional. Para se realizar uma avaliação inclusiva faz-se necessário considerar alguns pressupostos, entre eles:

- disponibilidade do professor em fazer da avaliação mais um momento de aprendizagem;
- estabelecimento de um ambiente de confiança;
- esclarecimento aos educandos do que se espera da avaliação;
- previsão de tempo adequado para resolução das atividades avaliativas;
- atribuição de valores às questões, conforme a singularidade das necessidades especiais;
- consideração do processo de resolução, do raciocínio;
- utilização de enunciados sucintos, elaborados com objetividade e clareza, com apoio de figuras que auxiliem na interpretação da questão, quando a deficiência for intelectual;
- adequação do ambiente e dos instrumentos necessários para realização da atividade avaliativa, quando a deficiência for física ou sensorial;
- comunicação dos resultados o mais rápido possível objetivando discriminar as necessidades o quanto antes;
- valorização das habilidades em detrimento das limitações.

Ressalta-se que o processo de avaliação dependerá de conhecimento sobre especificidade de cada caso, considerando a trajetória do sujeito para promover, o melhor possível, o seu desenvolvimento integral. Os objetivos não atingidos pelos estudantes deverão ser retomados em sala de aula. Deve-se considerar que também, na perspectiva inclusiva, os resultados advindos da

utilização de instrumentos avaliativos, são provisórios e não definitivos. O que o estudante demonstrou não conhecer em um momento, poderá vir a conhecer em outro, superando, inclusive, o determinismo de um prognóstico preestabelecido.

19. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

A Avaliação Institucional tem como objetivo geral promover a qualidade da oferta dos cursos do IFSULDEMINAS, sendo constituída pela autoavaliação, sob responsabilidade da Comissão Permanente de Avaliação – CPA. Essa comissão é composta por representantes da comunidade externa ao Instituto, do corpo técnico-administrativo, e por representantes discentes e docentes. Para avaliação, adota método participativo da comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa, utilizando-se diferentes instrumentos, como o uso de questionários validados previamente e, também, por meio de reuniões pedagógicas com discentes e docentes, e avalia as seguintes dimensões: projeto pedagógico do curso (condições de oferta do curso), estrutura física, corpo docente e discente, corpo técnico administrativo.

As avaliações são realizadas por toda a comunidade acadêmica e ocorrem no início de cada semestre, sempre referente ao semestre anterior cursado. Decorrido o processo de avaliação, os resultados são tabulados e analisados estatística e qualitativamente pelos membros da CPA para divulgação e propostas de melhoria.

Além da autoavaliação institucional conduzida pela CPA, ocorre também, periodicamente, a avaliação externa do curso instituída pela Lei nº 10.861/2004, que institui o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sistema e-MEC). Essa avaliação externa é constituída por uma análise *in loco* realizada por especialistas da área, que se utilizam de um Instrumento de Avaliação dos Cursos Superiores.

Outra forma de avaliação corresponde ao ENADE (Exame Nacional de Desempenho do Estudante), que permite o reconhecimento ou credenciamento do curso avaliado. Esse instrumento avalia o desempenho dos estudantes do Ensino Superior por meio da aplicação de um exame de conhecimentos adquiridos, e integra o Sistema Nacional de Avaliação do Curso

Superior (SINAES). Tem como objetivo acompanhar o processo de aprendizagem e o rendimento dos educandos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, às habilidades e competências desenvolvidas.

De acordo com a Lei nº 10.861/2004, Art. 5º, § 5º: o ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação. Por isso, os estudantes selecionados pelo INEP para participarem do ENADE deverão comparecer e realizar, obrigatoriamente, o Exame, como condição indispensável para sua colação de grau e emissão de histórico escolar. São avaliados pelo Exame todos os educandos do primeiro ano do curso, como Ingressantes, e do último ano do curso, como Concluintes.

Ingressantes são todos aqueles que, até uma determinada data estipulada a cada ano pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tiverem concluído entre 7% e 22% da carga horária mínima do currículo do curso. Já, os concluintes são todos os estudantes que integralizaram pelo menos 80% da carga horária mínima do currículo do respectivo curso, até uma determinada data estipulada pelo INEP a cada ano, ou ainda, os que tenham condições acadêmicas de conclusão do curso durante o referido ano letivo.

A partir dos resultados oriundos do conjunto de avaliações exposto acima, são implantadas, no âmbito do curso, ações acadêmico-administrativas que objetivam tanto o aperfeiçoamento da formação discente como o incremento da estrutura institucional. Os resultados dessas avaliações são divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de reuniões, endereços eletrônicos das IES e confecção de documentos informativos. Tais resultados exibem as informações coletadas ao longo do processo avaliativo, assim como as ações planejadas e propostas para melhoria das condições de oferta do curso e das demais dimensões avaliadas, sendo uma ferramenta importante para identificar forças e fragilidades.

A partir das informações disponibilizadas, os diferentes setores e atores envolvidos passam a traçar propostas juntamente com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), objetivando a correção de rumos que assegurem a melhoria na qualidade do processo ensino-aprendizagem. Ressalta-se que o **Colegiado de Curso** juntamente com o **Núcleo Docente**

Estruturante deverá organizar espaços de discussão e acompanhamento do processo didático-pedagógico do curso, por meio de reuniões e levantamentos semestrais que permitirão observar, além da produção dos professores, o investimento realizado no sentido da socialização de pesquisas em diferentes espaços da comunidade e o desempenho dos estudantes.

20. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

Com o intuito de promover a articulação entre os fundamentos teórico-metodológicos e a prática educacional, o Trabalho de Conclusão de Curso, TCC, previsto como componente curricular nesse curso, viabilizará a iniciação à pesquisa e investigação educacionais dos futuros professores, por meio da problematização da prática docente, visto que ao escrever; levantar temas; elaborar hipóteses, comprovando-as ou refutando-as; observar e intervir sobre a realidade, o futuro professor pedagogo constituirá o seu processo de desenvolvimento profissional reflexivo para futuras tomadas de decisões.

Serão contempladas como Trabalho de Conclusão de Curso, as seguintes propostas:

1. Produção de pesquisa educacional que resulte em resumo expandido, pôster, texto completo publicados em anais ou apresentados em forma de comunicação oral em eventos científicos;
2. Relatos de Experiências apresentados por meio de pôster ou comunicação oral em eventos da área de educação;
3. Escrita de artigo científico para a publicação ou avaliação por meio de bancas avaliadoras compostas por professores do IFSULDEMINAS.

O TCC será realizado individualmente ou em duplas, sob a orientação de um professor do IFSULDEMINAS, preferencialmente do Curso de Pedagogia. O Trabalho de Conclusão de Curso a ser desenvolvido será elaborado no sexto, sétimo e oitavo períodos, durante o desenvolvimento das

disciplinas: Metodologia da Pesquisa em Educação, Elaboração de Projeto de Pesquisa e Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso, respectivamente.

Vale ressaltar que cada docente orientador deverá ter no máximo cinco (5) trabalhos para orientação, caso seja necessário, será aberto edital para convocação de orientadores voluntários, que não façam parte da equipe de docentes do presente curso.

Caso os TCCs sejam submetidos a uma banca avaliadora, os mesmos devem ser apresentados por escrito e oralmente. A composição da banca será três professores, sendo um deles o orientador do educando. Esta banca julgará os quesitos: trabalho escrito; apresentação pública (tempo, segurança, profundidade e clareza) e domínio do conteúdo.

A banca emitirá um dos seguintes conceitos finais: Suficiente (S) ou Insuficiente (I). Para os casos de reprovações, a banca emitirá um parecer sobre os procedimentos a serem realizados pelo discente para nova investidura no pleito: reordenação e revisão do projeto conforme as observações propostas; ou elaboração de novo projeto e apresentação em período posterior.

21. APOIO AO DISCENTE

No primeiro encontro presencial, referente à Aula Inaugural, os estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFSULDEMINAS, são recepcionados pela equipe gestora das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto em cerimônia onde os discentes são acolhidos e recebem informações sobre o cotidiano acadêmico, com respectivas oportunidades, desafios e responsabilidades. Posteriormente, a coordenação do curso de licenciatura em Pedagogia torna-se responsável pelo detalhamento e clarificação das informações transmitidas na cerimônia de recepção dos discentes.

O coordenador do curso de Licenciatura em Pedagogia informa aos estudantes ingressantes sobre as características gerais do curso e as aptidões apresentadas pelos egressos, que as qualificam profissionalmente. Durante

esse contato, os educandos são informados a respeito da matriz do curso e dos professores vinculados às disciplinas, enfatizando os docentes que lecionam no primeiro período do curso.

Cada *campus* conta com apoio para assuntos didáticos, pedagógicos, socioeconômicos e emocionais ligados aos discentes, a partir dos serviços ofertados pela orientação educacional e, também, pela Coordenadoria Geral de Assistência ao Educando (CGAE), um setor diretamente ligado ao discente, procurando oferecer-lhes o apoio necessário ao seu bem-estar.

A equipe da CGAE tem como objetivo primordial a formação de cidadãos críticos e responsáveis. Para isso, busca intervir positivamente na formação dos educandos da instituição e proporcionar-lhes ambiente e condições adequadas ao seu processo de aprendizagem. Coordenar, acompanhar, e avaliar o atendimento aos educandos, bem como orientar aqueles que apresentam problemas que interferem no seu desempenho acadêmico e no cumprimento das normas disciplinares da instituição fazem parte das ações desenvolvidas pela CGAE.

Como forma de apoio financeiro, o IFSULDEMINAS oferece oportunidades aos discentes por meio da participação em processos seletivos como: bolsas nas modalidades “estágio” e “monitoria”; assistência estudantil; projetos de pesquisa financiados por órgãos de fomento; e projetos de extensão com bolsas.

A Política de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS será norteadada pelos seguintes princípios:

- i. Oferta do ensino público, gratuito e de qualidade;
- ii. Garantia da qualidade dos serviços prestados ao discente;
- iii. Atendimento às necessidades socioeconômicas, culturais, esportivas e pedagógicas, visando à formação integral do discente;
- iv. Igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão nos cursos do IFSULDEMINAS, garantindo a equidade no atendimento aos discentes;
- v. Promoção da educação inclusiva, entendida como defesa da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceitos e/ou discriminação

relacionadas às pessoas com deficiência, à classe social, ao gênero, à etnia/cor, à religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física/mental/intelectual;

vi. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

vii. Garantia do acesso à informação a respeito dos programas e projetos oferecidos pela Instituição.

A gratuidade do ensino compreende a proibição de cobrança de taxas e contribuições vinculadas à matrícula e primeira via de emissão de documentos de identificação escolar e comprobatórios de situação acadêmica para todos os níveis de ensino, bem como uniformes para cursos de nível técnico integrado e subsequente. A compra de apostilas e livros didático-pedagógicos pelo estudante, colocados à venda por empresas terceirizadas, não pode ser condição obrigatória para acompanhamento das disciplinas e essa comercialização não pode causar prejuízos ao processo ensino-aprendizagem.

A Política de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS é composta pelos seguintes programas: Programa de Assistência à Saúde; Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais; Programa de Acompanhamento do Serviço Social; Programa Auxílio Estudantil (modalidade moradia, alimentação, transporte, material didático e auxílio creche); Auxílio Participação em Eventos-EVACT; Auxílio para Visitas Técnicas; Programa Mobilidade Estudantil – Nacional e Internacional; Programa de Acompanhamento Psicológico; Programa de Acompanhamento Pedagógico; Programa de Incentivo ao Esporte, Lazer e Cultura; Programa de Inclusão Digital.

As ações desenvolvidas no âmbito desses programas estão explicitadas na Resolução CONSUP nº 101/2013, que dispõe sobre a aprovação das Políticas de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS e suas formas de implementação. A Resolução CONSUP nº 012/2013, dispõe sobre o Regulamento do Programa de Monitoria de Ensino.

Tem por objetivos:

- estimular a participação de discentes dos cursos Técnicos de Nível Médio e dos cursos de Graduação no processo educacional, nas atividades relativas ao ensino e na vida acadêmica do IFSULDEMINAS;
- favorecer o processo de ensino-aprendizagem e o oferecimento de atividades de reeducação escolar ao discente, com vistas à redução de repetência escolar, de evasão e de falta de motivação;
- criar condições para a iniciação da prática da docência, por meio de atividades de natureza pedagógica, desenvolvendo habilidades e competências próprias desta atividade;
- propor formas de acompanhamento de discentes em suas dificuldades de aprendizagem;
- utilizar métodos alternativos ao ensino da disciplina participante do programa;
- contribuir, por meio da formação de monitores de ensino, com a formação de recursos humanos para o ensino.

Nos planos de acessibilidade, o IFSULDEMINAS prevê nos seus regulamentos:

Acessibilidade arquitetônica – condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Acessibilidade atitudinal – refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

Acessibilidade pedagógica – ausência de barreiras nos métodos e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente. A forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional determinará, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

Acessibilidade nas comunicações – eliminação de barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, etc., incluindo textos em Braille, grafia ampliada, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).

Acessibilidade digital – direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

21.1 Atendimento a pessoas com Deficiência ou com Transtornos Globais

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/96), Art. 59, os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais, “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as suas necessidades”. Cabe às instituições educacionais prover os recursos necessários ao desenvolvimento dos educandos com necessidades educacionais específicas, garantindo aos mesmos o acesso, a permanência e a conclusão com êxito no processo educacional. Conforme PDI 2014-2018 do IFSULDEMINAS, os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais analisam os laudos médicos quando apresentados e, no caso de ingresso do candidato, encaminham as providências para que os novos estudantes tenham pleno acesso aos serviços pedagógicos.

Os *campi* contam com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), instituído pela Resolução CONSUP nº 030/2012, órgão responsável por assessorar e acompanhar as ações no âmbito da Educação Inclusiva, tendo as seguintes competências:

- I. Refletir e promover a cultura da inclusão no âmbito do IFSULDEMINAS por meio de projetos, assessorias e ações educacionais, contribuindo para as políticas e ações inclusivas nas esferas municipal, estadual e federal;
- II. Implantar e implementar políticas de acesso, permanência e conclusão do processo educacional com êxito, respeitando as especificidades do discente, em articulação com os poderes públicos e sociedade civil;
- III. Assegurar ao discente com necessidades especiais o espaço de participação, de modo que, em seu percurso formativo, adquira conhecimentos e também valores sociais consistentes que o levem a atuar na sociedade de forma autônoma e crítica;
- IV. Propiciar o envolvimento da família do discente com necessidades especiais nas ações inclusivas, visando sua participação no processo educacional e inserção do educando no mundo do trabalho;
- V. Zelar para que, na elaboração de documentos institucionais, seja contemplada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no ensino regular;
- VI. Promover eventos que envolvam a sensibilização e capacitação da comunidade escolar e sociedade civil;
- VII. Captar e gerir os recursos financeiros disponibilizados pelo poder público e iniciativa privada, definindo prioridades de ações e aquisição de equipamentos, softwares, materiais didático-pedagógicos e materiais para a Sala de Recursos Multifuncionais;
- VIII. Sugerir a contratação de profissionais especializados para atuarem junto aos discentes com necessidades especiais, possibilitando a estruturação dos Núcleos de Acessibilidade;
- IX. Fazer cumprir a organização curricular diferenciada, bem como a adequação de métodos, técnicas, recursos educativos e demais especificidades pedagógicas que se fizerem necessárias;

X. Incentivar projetos de pesquisa e projetos de extensão na área da Educação Inclusiva.

PARÁGRAFO ÚNICO: Entende-se por Núcleo de Acessibilidade aquele composto por profissionais, não necessariamente que compõem o NAPNE, que auxiliarão diretamente os discentes com necessidades especiais.

Assim, objetiva-se garantir o que determina a legislação em vigor - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), Decreto 7.611/2011, Resolução nº 04/2009 e Decreto nº 5.626/2005, as quais devem ser observadas por todos os envolvidos no processo educativo.

Os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação que ingressarem no Curso de Licenciatura em Pedagogia poderão ser acompanhados pelo NAPNE, com apoio dos setores de Assistência ao Educando e Pedagógico, docentes, familiares e demais integrantes da comunidade escolar, que fará uma primeira avaliação dos mesmos, encaminhando-os se necessário a profissionais da área da saúde, bem como, acompanhando-os em seu processo educativo, a fim de garantir a permanência e a conclusão do curso com êxito, dentro de suas possibilidades, auxiliar sua inserção no mercado de trabalho e, sobretudo, assegurar o cumprimento da legislação nacional e das Políticas de Inclusão do IFSULDEMINAS.

22. MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL

O material didático a ser disponibilizado ao educando será elaborado pelo professor responsável pela disciplina que irá ministrar e deverá contemplar a ementa da mesma. Esse poderá constituir-se de gravações feitas pelo professor, pelas transmissões simultâneas estabelecidas entre professor e educando que poderão ser gravadas e disponibilizadas e, ainda, obrigatoriamente por material impresso no formato de apostila.

O educando terá acesso a essas gravações tanto pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), ou por outro veículo midiático, como, por exemplo, o canal do Youtube. O material impresso será disponibilizado ao discente no

primeiro encontro presencial que antecede um novo semestre. Para tanto, o professor deverá entregar sua apostila pronta com 30 dias de antecedência ao início do semestre letivo no qual irá lecionar.

O mesmo material da apostila poderá ser disponibilizado no AVA, e para tanto, deverá ser entregue em formato de arquivo a ser lançado na plataforma, no prazo de 30 dias que antecedem o início da disciplina que irá ministrar. Essa postagem deverá ser feita pelo professor, mas que contará com todo apoio e auxílio de um profissional responsável. Nessa mesma data, o professor deverá entregar, ainda, um Guia explicativo da disciplina a ser postado no AVA, e três avaliações a serem realizadas ao longo do processo de ensino e aprendizagem, sendo: uma primeira **Prova Presencial**; uma segunda prova como **Segunda Oportunidade**, para aqueles educandos que faltaram no dia marcado para a aplicação da Prova Presencial; uma terceira prova, referente ao **Exame Final**, para os educandos que não atingiram 60% dos pontos na Prova Presencial.

O professor terá autonomia para a confecção do material didático a fim de garantir o trabalho pedagógico contemplado no ementário. A apostila poderá ser montada da seguinte forma: digitada por ele, montada por meio de recortes que poderão constar de referências bibliográficas (considerando que poderá utilizar até 30% de cópias de uma obra), e webgrafia com textos e artigos de repositórios de domínio público disponibilizados na internet, como a exemplo, os da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O Centro de Educação a Distância (CEAD) possui uma sala de apoio aos professores na postagem do material instrucional, uma sala de elaboração de material didático e um estúdio para gravação e transmissão de aulas.

23. CORPO DOCENTE

Os nomes, titulações, regime de trabalho e área de atuação dos docentes vinculados ao curso de Licenciatura em Pedagogia – modalidade EaD do IFSULDEMINAS, encontram-se listados no quadro abaixo.

Quadro 3. Nome, titulação, regime de trabalho e área de atuação dos docentes vinculados ao curso de Licenciatura em Pedagogia – modalidade EaD do IFSULDEMINAS.

Nome	Titulação	Regime de trabalho	Área de atuação
Adriana Correia Almeida Batista	- Graduação em Pedagogia - Mestrado e Doutorado em Educação	Dedicação exclusiva	- Educação.
Amauri Araújo Antunes	- Graduação em Artes Cênicas; Graduação em Letras; Graduação em Artes; Graduação em Filosofia. - Mestrado em Teoria e História Literária; - Doutorado em Teatro	Dedicação exclusiva	- Artes
Andrezza Simonini Souza	- Graduação em Letras; - Especialização em Língua Inglesa. - Mestrado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem.	Dedicação Exclusiva.	- Português.
Ariana Vieira Silva	- Graduação em Engenharia Agrônômica; - Mestrado em Agronomia; - Doutorado em Agronomia	Dedicação Exclusiva	Agronomia e, no curso de Pedagogia, Trabalhos acadêmicos/científicos
Daniela Ferreira Cardoso Cruvinel	- Graduação em Ciências Biológicas - Mestrado em Tecnologia Ambiental		
Ediano Dionísio do Prado	- Graduação em ciências sociais. - Aperfeiçoamento em Licenciatura Plena em Sociologia. - Mestrado em sociologia.	Dedicação Exclusiva.	Sociologia
Emerson José Simões	- Graduação em Artes Cênicas e Direção Teatral	Dedicação Exclusiva	Artes
Everaldo Rodrigues Ferreira	- Graduação e Mestrado em Letras. - Especialização em Língua Portuguesa, Redação e Leitura.	Dedicação Exclusiva.	Língua portuguesa

Giovane José da Silva	- Graduação (licenciatura e bacharelado), mestrado e doutorado em História. - Graduação em filosofia.	40 hrs	- História e EaD;
Hugo Baldan Junior	- Graduação em estudos sociais. - Mestrado Meio Ambiente e Recursos Hídricos. - Doutorado em Ciências	Dedicação exclusiva	-Educação Ambiental.
Ieda Mayumi Sabino Kawashita	- Graduação em Educação física. - Mestrado em Educação.	Dedicação Exclusiva.	-Educação física
Ivan Paulino Pereira	- Graduação em Tecnologia em Análise e desenvolvimento de Sistema Licenciatura em computação. - Especialização em Engenharia de Software Com Ênfase em Software Livre	Dedicação Exclusiva.	- Informática.
Karla Aparecida Zucoloto	-Graduação em Pedagogia. - Mestrado e Doutorado em educação.	Dedicação Exclusiva.	- Educação.
Larissa Sales Martins	Graduação em enfermagem. Especialização em Gestão em Saúde	20 horas	Saúde
Ligia Lopes Rueda Kocian	Graduação em educação física. Graduação em pedagogia. Especialização em Dança e Consciência Corporal	Dedicação Exclusiva.	Educação física e pedagogia
Lívia Carolina Vieira	- Graduação em História - Graduação em Pedagogia - Mestrado em Educação. Doutorado em Educação	Dedicação Exclusiva	- Filosofia.
Lorena Temponi Boechat Reis	Graduação em pedagogia. Mestrado em educação, administração e comunicação. Doutorado em engenharia agrícola	Dedicação Exclusiva.	Educação e informática
Luciana de Abreu Nascimento	Graduação em pedagogia. Mestrado em educação e saúde na infância e adolescência	Dedicação Exclusiva.	Educação
Luciana Vanessa de Almeida Buranello	Graduação em ciências e matemática. Mestrado e doutorado em educação para ciência	Dedicação Exclusiva.	Educação matemática

Marcos Roberto Cândido	Graduação em história. Mestrado em linguística	20 horas	História
Marcus Fernandes Marcusso	Graduação em história. Mestrado em educação	Dedicação Exclusiva.	História
Maria Aparecida Rodrigues Cangussu	Graduação em pedagogia. Mestrado e doutorado em educação	Dedicação Exclusiva.	Educação
Maria Lúcia de Queiroz G. Hernandes	Graduação em pedagogia. Mestrado e doutorado em educação.	Dedicação Exclusiva.	Educação
Michele Correa Freitas Soares	Graduação em Pedagogia Mestrado em Educação	Dedicação Exclusiva.	Educação
Renato Brasil Mazzeu	Graduação em ciências sociais. Mestrado em sociologia	Dedicação Exclusiva.	Sociologia
Renê Lepiani Dias	Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia	Dedicação Exclusiva	Geografia
Ricardo Aparecido Avelino	- Graduação, Especialização e mestrado em Educação Física.	Dedicação Exclusiva.	- Educação Física.
Sueli Machado Pereira de Oliveira	Graduação em pedagogia. Mestrado e Doutorado em educação, conhecimento e inclusão social	Dedicação Exclusiva.	Educação
Valéria de Rezende Pereira	- Graduação Letras - Especialização em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa - Mestrado em Linguística	Dedicação Exclusiva.	Língua portuguesa
Valdirene Pereira Costa	Graduação em pedagogia. Mestrado em educação	Dedicação Exclusiva.	Educação

23.1. Núcleo Docente Estruturante - NDE

A Resolução CONSUP nº 107/2014 dispõe sobre a aprovação do Regimento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos Cursos de Graduação do IFSULDEMINAS. O NDE é um órgão consultivo responsável pela concepção e consolidação do Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) de Graduação e tem por finalidade a atualização e revitalização dos mesmos. São atribuições do NDE:

- a) contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- b) colaborar com a atualização periódica do PPC;

- c) conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação nos Colegiados dos respectivos Cursos, sempre que necessário;
- d) contribuir para a análise e avaliação do PPC, das ementas, dos conteúdos programáticos e dos planos de ensino dos componentes curriculares;
- e) zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação;
- f) indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- g) auxiliar o acompanhamento das atividades do corpo docente;
- h) analisar e propor ações a partir dos resultados das avaliações institucionais.

O NDE será constituído pelo Coordenador do Curso e, pelo menos, mais 4 (quatro) docentes do curso, devendo eleger entre eles o presidente, por um período de no mínimo 3 anos.

Pelo menos 60% (sessenta por cento) dos docentes que compõem o NDE deverão possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *Stricto Sensu* e preferencialmente com formação acadêmica na área do curso. Soma-se que pelo menos 60% dos docentes que compõem o NDE devem ser efetivos, com atividades profissionais exercidas em regime de tempo integral.

O NDE reunir-se-á ordinariamente 2 (duas) vezes por semestre e extraordinariamente sempre que convocado pelo presidente. As decisões serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes. O quórum mínimo para dar início à reunião é de 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos membros.

23.2. Funcionamento do Colegiado de Curso

O Colegiado de Cursos é um órgão vinculado ao Departamento de Desenvolvimento Educacional/Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão, que possui função normativa, executiva e consultiva, dentro do princípio pedagógico da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão; com

composição, competências e funcionamento definidos nas Normas Acadêmicas.

A Resolução CONSUP nº 032/2011 dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Colegiado de Cursos. O Colegiado de Curso é órgão primário normativo, deliberativo, executivo e consultivo.

A coordenação didática e a integração de estudos de cada Curso de Graduação serão efetuadas por um Colegiado. São atribuições do Colegiado do Curso:

- I. estabelecer o perfil profissional e a proposta pedagógica do curso;
- II. elaborar o seu regimento interno;
- III. elaborar, analisar e avaliar o currículo do curso e suas alterações;
- IV. analisar, aprovar e avaliar programas, cargas horárias e plano de ensino das disciplinas componentes da estrutura curricular do curso, propondo alterações quando necessárias;
- V. fixar normas para a coordenação interdisciplinar e promover a integração horizontal e vertical dos cursos, visando garantir sua qualidade didático-pedagógica;
- VI. fixar o turno de funcionamento do curso;
- VII. fixar normas quanto à matrícula e integração do curso, respeitando o estabelecido pelo Conselho Superior;
- VIII. deliberar sobre os pedidos de prorrogação de prazo para conclusão de curso;
- IX. emitir parecer sobre processos de revalidação de diplomas de Cursos de Graduação, expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior;
- X. deliberar, em grau de recurso, sobre decisões do Presidente do Colegiado do Curso;
- XI. apreciar, em primeira instância, as propostas de criação, reformulação, desativação, extinção ou suspensão temporária de oferecimento de curso, habilitação ou ênfase, de acordo com as normas expedidas pelo CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão);
- XII. elaborar a demanda de novas vagas para docentes do Curso, manifestando-se sobre as formas de seleção e admissão, em consenso com o Núcleo Docente Estruturante (NDE);

- XIII. conduzir e validar o processo de eleição de Coordenador e Vice-Coordenador do Curso, observando o regimento próprio;
- XIV. receber, analisar e encaminhar solicitações de ações disciplinares referentes ao corpo docente ou discente do Curso;
- XV. julgar solicitações de afastamento de docentes do Curso, nos casos de participação em eventos científicos e atividades acadêmicas;
- XVI. emitir parecer sobre processos de transferência interna e externa de educandos a serem admitidos ou desligados do Curso.

O Colegiado do Curso será constituído de: um presidente; dois docentes da área básica; três docentes da área profissionalizante e dois discentes. O Coordenador do Curso ocupará o cargo de Presidente do Colegiado de Curso, com mandato de 2 (dois) anos, podendo participar de mais um mandato subsequente conforme as Normas Eleitorais estabelecidas pelo Colegiado do Curso.

Os docentes representantes da área básica e da área profissional terão o mandato de 2 (dois) anos. Esses serão eleitos por seus pares. Serão eleitos também por seus pares os docentes suplentes da área básica e da área profissional. A representação discente será eleita pelo segmento, que também elegerá os suplentes, com duração do mandato de 1 (um) ano.

O Colegiado do Curso reunir-se-á, ordinariamente a cada bimestre, por convocação de iniciativa do seu Presidente ou atendendo ao pedido de 1/3 (um terço) dos seus membros. As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, mencionando-se a pauta. Em caso de urgência ou excepcionalidade, o prazo de convocação previsto no parágrafo anterior poderá ser reduzido e a indicação de pauta omitida, justificando-se a medida do início da reunião.

23.3. Atuação do(a) Coordenador(a)

A atuação do(a) Coordenador(a) considera, em uma análise sistêmica e global, os seguintes aspectos: gestão do curso, relação com os docentes e discentes e representatividade nos colegiados superiores.

Professora Valdirene Pereira Costa possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guaxupé (1998),

Especialização em Psicopedagogia Institucional (2002) pela mesma Instituição e é Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da UNICAMP - área Filosofia, História e Educação (2007).

Desde 2002 exerce o cargo de Professora do Ensino Superior. Durante o período de 2005 a 2008 foi Coordenadora do Curso de Pedagogia de uma instituição de ensino da rede particular e, no período de 2011 a 2014, atuou como coordenadora do curso de Programa Especial de Formação Pedagógica Docente do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho.

Desde 2011 está vinculada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia IFSULDEMINAS – *Campus* Muzambinho/MG, na qual é Servidora Pública Federal e atua como Professora em regime Integral com Dedicção exclusiva.

24. MATRÍCULA, CANCELAMENTO DE MATRÍCULA, RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA, APROVEITAMENTO DE DISCIPLINAS, MUDANÇA DE CAMPUS E DE POLO PRESENCIAL, VAGAS REMANESCENTES (TRANSFERÊNCIA EXTERNA E PORTADOR DE DIPLOMA DE GRADUAÇÃO), AVALIAÇÃO, DEPENDÊNCIA, REUNIÕES PEDAGÓGICAS.

Este Projeto Político-Pedagógico seguirá o regimento vigente para os cursos de graduação do IFSULDEMINAS.

25. INFRAESTRUTURA DO CAMPUS MUZAMBINHO (CAMPUS PROPONENTE)

O patrimônio imobiliário do IFSULDEMINAS – *campus* Muzambinho - está constituído de glebas de terras distribuídas nos municípios de Muzambinho, Minas Gerais (183 ha) e Guaxupé, Minas Gerais (80,01 ha), perfazendo uma área total de 263,01 hectares. As áreas encontram-se ocupadas por construções civis, áreas de produção, áreas naturais e demais estruturas.

25.1 Setor Pedagógico

O IFSULDEMINAS – *campus* Muzambinho, conta com uma área de 2.245 m² destinada ao setor pedagógico, abrangendo as seguintes instalações:

- Secretaria de Registros Escolares: destinada ao cadastro, transcrição, manutenção e emissão de registros escolares dos que frequentam ou frequentaram a Escola. O ambiente de trabalho está informatizado com o software GIZ.
- Sala de reprografia: destinada à confecção de provas e apostilas, equipada com máquinas fotocopadoras.
- Sala de professores.
- Sala do Departamento de Desenvolvimento Educacional.
- Auditório com capacidade para 200 pessoas, destinado a fins diversos, com TV 29”, vídeo e DVD, com acesso à internet e projeto do tipo *Datashow*.
- Laboratórios de informática: destinados a ensino-aprendizagem, operação e utilização de softwares na área profissionalizante e com acesso à internet. Serve ainda de infraestrutura para cursos técnicos.
- Sala de multimídia com TV 29”, vídeo, DVD e projeto do tipo *Datashow*, além de contar com lousa digital.
- Sala da Coordenação de Orientação Educacional.
- Sala da Coordenação Geral de Ensino.
- Sala da Seção de Integração Escola – Comunidade - SIE-C.
- Coordenação de Cursos e Coordenação Pedagógica.

25.2 O Centro de Educação a Distância – CEAD do Campus Muzambinho

A Instituição possui o Centro de Educação a Distância – CEAD com toda infraestrutura necessária: Sala de Coordenadores de Curso, Sala de Coordenadores de Tutoria, Sala de Armazenamento e distribuição de Material Didático, sala de apoio didático-pedagógico, sala de apoio aos professores na postagem do material instrucional, sala de elaboração de material didático,

estúdio para gravação e transmissão de aulas, banheiros, biblioteca, laboratório de informática, sala de aula e reunião.

25.2.1 Infraestrutura do Polo de Apoio Presencial do Campus Muzambinho

- Sala de Coordenação do polo
- Sala de Tutoria
- Laboratório de Informática com internet banda larga
- Laboratórios específicos do Curso ou Convênios de uso pelos educandos
- Sala de aula equipada com Multimídia, tela, televisão, computador
- Sanitários por sexo e com atendimento a pessoas com necessidades especiais.
- Biblioteca
- Sala de vídeoconferência
- Equipamentos de televisão, videocassetes, áudio-cassetes, fotografia, impressoras, linhas telefônicas, inclusive dedicadas para Internet e serviços 0800, fax, equipamentos para produção audiovisual computadores ligados em rede e/ou *stand alone* e outros, dependendo da proposta do curso.
- Centros de documentação e informação ou midiatecas (que articulam bibliotecas, videotecas, audiotecas, hemerotecas e infotecas, etc.) para prover suporte a estudantes, tutores e professores.

25.3 Biblioteca Monteiro Lobato

A área da Biblioteca "Monteiro Lobato", atualmente, corresponde a 713,3e m², sendo a área do acervo equivalente a 93 m². Possui cerca de 23.000 obras e todos os livros possuem sistema magnético de segurança. O empréstimo de livros pode ser realizado por via eletrônica - Programa GIZ e todo o acervo cadastrado pode ser consultado via *web*, no endereço eletrônico

do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, *campus* Muzambinho, no link da Biblioteca (link: <http://www.muz.ifsuldeminas.edu.br/index.php/estrutura/biblioteca>) – Consulta de livros.

A consulta ao acervo é feita por meio de terminais específicos para busca *on-line* e todas as obras seguem o sistema de Classificação Decimal Dewey (CDD). Para catalogação utiliza-se a tabela AACR2. Concomitantemente ao acervo, estão disponíveis para consulta periódicos assinados pelo IFSULDEMINAS e, também, periódico doados à Instituição. A biblioteca apresenta também Sala para Estudo Individual, Sala de Estudos em Grupo, Sala de Multimídia, que oferece suporte aos professores, educandos e funcionários para aulas, palestras e sessões de filmes técnicos e de lazer; Videoteca e Mapoteca; Sala de Leitura; Gibiteca; Núcleo de Conectividade com acesso à Internet.

Possui ainda sala de Processamento Técnico, com área de 13 m², reservada para o tratamento do material bibliográfico. Esse ambiente conta com 01 microcomputador, 01 impressora e 01 scanner. Há também uma área reservada à Reprografia de 4,5 m², com máquina de fotocópia e impressora a laser. O horário de funcionamento da Biblioteca é de segunda à sexta feira das 7 horas às 23 horas, e aos sábados funciona esta encontra-se aberta ao público entre 8 horas às 14 horas.

A biblioteca conta ainda com a assinatura do portal de periódicos da CAPES. O portal de periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza às instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Esse conta com um acervo de acima de 33 mil títulos com textos completos, 130 bases referenciais, dez bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

O portal de periódicos foi criado devido ao déficit de acesso das bibliotecas brasileiras à informação científica internacional, dentro da perspectiva de que seria demasiadamente caro atualizar o acervo a partir da compra de periódicos impressos para cada uma das universidades do sistema superior de ensino federal. Foi desenvolvido ainda com o objetivo de reduzir os

desnivelamentos regionais ao acesso dessa mesma informação no Brasil. O portal de periódicos ofertado pela CAPES é considerado um modelo de consórcio de bibliotecas único no mundo, pois é inteiramente financiado pelo governo brasileiro. É também a iniciativa do gênero com a maior capilaridade no planeta, cobrindo todo o território nacional.

O portal de periódicos atende às demandas dos setores acadêmico, produtivo e governamental e propicia o aumento da produção científica nacional e o crescimento da inserção científica brasileira no exterior. Portanto, trata-se de uma ferramenta fundamental às atribuições da CAPES de fomento, avaliação e regulação dos cursos brasileiros técnicos, de graduação e pós-graduação.

25.4 Laboratórios específicos do curso de Licenciatura em Pedagogia

O Campus Muzambinho conta com dois laboratórios didáticos específicos para atender a área da Educação: Brinquedoteca e Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – projeto LIFE da CAPES.

25.4.1 Laboratório Específico: Brinquedoteca do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho

A brinquedoteca do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho será um núcleo de apoio pedagógico ao curso de Licenciatura em Pedagogia, bem como ao Programa Especial de Formação Pedagógica Docente, no qual os educandos poderão pensar, discutir, analisar, e investigar o valor do brinquedo e das brincadeiras no desenvolvimento da criança e, ainda, compreender que esta é livre para brincar, aprender, interagir, criar e, nesse sentido, o lúdico desenvolve um papel essencial.

A brinquedoteca do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho terá como objetivo:

- Contribuir para a conceituação de jogo, brinquedo e brincadeira e sua importância na educação;

- Formar profissionais que valorizem o lúdico;
- Desenvolver pesquisas que apontem a relevância dos jogos, brinquedos e brincadeiras para a educação;
- Oferecer informações, organizar cursos e divulgar experiências;
- Estimular ações lúdicas entre os educandos do curso e as crianças que frequentarem a brinquedoteca (Projeto Casa Lar);
- Oportunizar o brincar para as crianças envolvidas no Projeto “Casa Lar”.

A brinquedoteca terá como apoio pedagógico a **Brinquedista**, com formação pedagógica necessária para compreender o desenvolvimento da criança, curiosidade e disposição para descobrir brinquedos, jogos e brincadeiras novas, gostar e saber brincar. O papel dessa profissional é favorecer a ação do brincar, elaborar projetos coletivos com professores e educandos a longo, médio e curto prazo sobre o trabalho metodológico, as aulas práticas, as tarefas de iniciação científica e demais atividades que garantam a missão e objetivos que se propõem alcançar com a brinquedoteca.

Nesse contexto de brinquedoteca, podemos contar com o apoio da **Associação Brasileira de Brinquedotecas**, uma associação filantrópica de caráter cultural e educacional, que tem como objetivos:

- Divulgar o conceito de Brinquedotecas;
- Evidenciar a importância do brincar e das atividades lúdicas na infância;
- Fornecer subsídios e orientação para pessoas interessadas em montar Brinquedotecas;
- Promover cursos para a conscientização do valor do brinquedo no desenvolvimento infantil, para organização de Brinquedotecas, para preparação de profissionais especializados e para orientação educacional aos pais;
- Manter um banco de dados e uma biblioteca sobre brinquedos e Brinquedotecas;
- Estimular a criação de Brinquedotecas e o resgate da criatividade;
- Realizar projetos que estendam a possibilidade de brincar a todas as crianças;
- Defender o direito das crianças e uma infância saudável e digna.

A Associação Brasileira de Brinquedotecas – ABBRI oferece cursos de preparação de brinquedistas e organização de brinquedotecas e **certifica a participante com o título de “Brinquedista”**.

De acordo com KISHIMOTO, T. M. (USP, 2001), as brinquedotecas devem propiciar situações de interação e aprendizagem bem como possibilitar o desenvolvimento da autonomia e das capacidades afetivas, cognitivas e sociais, constituindo-se uma espaço onde a liberdade, a arte, a vontade, a sensibilidade, a cultura, o prazer de brincar e o respeito à criança estejam sempre presentes.

SOBRE A ORGANIZAÇÃO DE UMA BRINQUEDOTECA

. **Linha científica:** atividades relativas ao conhecimento da natureza, ao funcionamento dos organismos e das máquinas, buscando despertar toda forma de curiosidade nas crianças e adolescentes;

• **Linha artística:** atividades criativas envolvendo todas as formas de arte, promovendo um conhecimento maior das técnicas e formas de arte como uma forma de educação dos sentidos para o belo;

• **Linha lúdica:** atividades em grupo em forma de jogo ou brincadeira que despertem e desenvolvam habilidades diversas, em particular a capacidade de imaginar e sonhar.

25.4.2 Laboratório Específico: Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – Programa LIFE da CAPES

O IFSULDEMINAS foi contemplado com a verba de R\$ 200 mil para aquisição de bens e materiais permanentes, destinados à criação de Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores através do programa LIFE, da CAPES. Os laboratórios foram criados nos *campus* Inconfidentes, Machado e Muzambinho, objetivando promover a integração entre os cursos graduação/Licenciatura e a articulação com os projetos PIBID

(Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) e Novos Talentos. Com a implantação das unidades, foi possível incentivar o desenvolvimento de metodologias voltadas para a inovação das práticas pedagógicas, elaboração de materiais didáticos de caráter interdisciplinar e o uso de tecnologia da informação e comunicação.

A estrutura do LIFE do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho encontra-se a disposição de todos os educandos matriculados nos cursos de Licenciaturas.

26. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, o educando deverá concluir com aprovação todos os componentes curriculares descritos na matriz, o Trabalho de Conclusão de Curso, o Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Práticas enquanto Componentes Curriculares e demais atividades previstas neste Projeto Pedagógico de Curso.

Em relação à expedição de Diplomas e Certificados, as Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação do IFSULDEMINAS (Resolução CONSUP nº 071/2013) disciplina:

- Art. 52. O IFSULDEMINAS expedirá diploma de TECNÓLOGO, LICENCIADO ou BACHAREL aos que concluírem todas as exigências do curso em que estiver matriculado ou de uma de suas habilitações ou modalidades, de acordo com a legislação em vigor.
 - § 1º. A colação de grau no IFSULDEMINAS é obrigatória, conforme a data prevista no Calendário Escolar.
 - § 2º. É vedada a colação de grau antes da data prevista no calendário escolar, salvo em caráter excepcional.
 - § 3º. Caso o educando esteja ausente na colação de grau na data prevista no Calendário Escolar, uma nova data será definida pelo Reitor do IFSULDEMINAS ou seu representante legal, conforme sua disponibilidade.

27. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 5.296/2004, de 02 de dezembro de 2004.** Regulamenta a Lei nº 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, e nº10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências. Brasília, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 5.622/2005, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 2005

BRASIL. **Decreto nº 5.626/2005, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS. Brasília, 2005

BRASIL. **Decreto nº 7.037/2009.** Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3. Brasília, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 4.281/2002, de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 7.611/2011, de de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.** Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.098/2000, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial² da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei nº 10.861/2004, de 14 de abril de 2004.** Institui o SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.645/2008, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Define Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.536, de 11 de dezembro de 1997.** Regulamenta o parágrafo único do art. 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.795/99, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. **Parecer 14/2009 MEC/SEESP/DPEE.** Terminalidade Específica. Brasília, 2009.

BRASIL. **Parecer 67/2003.** Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação – Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2003.

BRASIL. **Parecer CNE 776/97.** Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Brasília, 1997.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 02/2013.** Consulta sobre a possibilidade de aplicação de “terminalidade específica” nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio. Brasília, 2013.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº28/2001.** Estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2001.

BRASIL. **Portaria MEC nº 40/2007.** Institui o e-MEC. Brasília, 2007.

BRASIL. **Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, 1999.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

BRASIL. **Resolução CNE/CES 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, 2006.

BRASIL. **Resolução CNE/CES 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 2012.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, 2015.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

IFSULDEMINAS. **Resolução PROEN de 2017**. Dispõe sobre Normas complementares à Resolução CONSUP no 071/2013 que se aplicam os cursos de graduação ofertados na modalidade EaD no âmbito do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2017.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 012/2013, de 29 de abril de 2013**. Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Programa de Monitoria de Ensino. Pouso Alegre, 2013.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 028/2011, de 05 de agosto de 2011**. Dispõe sobre a aprovação da Normativa de Transferência Interna. Pouso Alegre, 2011.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 028/2013, de 17 de setembro de 2013**. Dispõe sobre a aprovação das Normas Acadêmicas dos Cursos Integrados da Educação Técnica Profissional de Nível Médio. Pouso Alegre, 2013.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 030/2012, de 19 de julho de 2012**. Dispõe sobre a aprovação do Regimento do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – NAPNE do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2012.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 032/2011, de 05 de agosto de 2011.** Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Colegiado de Cursos. Pouso Alegre, 2011.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 059/2015, de 01 de setembro de 2015.** Dispõe sobre a alteração no PDI 2014/2018, Alteração no percentual de ingresso de discentes no IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2015.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 071/2013, de 25 de novembro de 2013.** Dispõe sobre a aprovação da reestruturação da Resolução 037/2012 – Normas Acadêmicas dos Cursos de Graduação. Pouso Alegre, 2013.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 101/2013, de 16 de dezembro de 2013.** Dispõe sobre a aprovação das Políticas de Assistência Estudantil do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2013.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 102/2013, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.** Dispõe sobre a aprovação das Diretrizes de Educação Inclusiva do IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2013.

IFSULDEMINAS. **Resolução CONSUP nº 107/2014, de 18 de dezembro de 2014.** Dispõe sobre a aprovação do Regimento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) – Cursos de Graduação - IFSULDEMINAS. Pouso Alegre, 2014.

IFSULDEMINAS. **Resolução nº 047/2012, de 13 de novembro de 2012.** Dispõe sobre a aprovação das Normas de Calendário Acadêmico do IFSULDEMINAS.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS. **Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI 2014 – 2018.**

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.